



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

**O SURDO E O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE
MANAUS**

JOAB GRANA REIS

**MANAUS-AM
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

JOAB GRANA REIS

**O SURDO E O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE
MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-PPGE, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão

**MANAUS-AM
2006**

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte pela Biblioteca Central – UFAM)

Reis, Joab Grana

R375s O surdo e o mercado de trabalho na cidade de Manaus/
Joab Grana Reis.-Manaus: UFAM, 2006.
127f.; il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Amazonas, 2006.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Arminda Rachel Botelho Mourão

1. Surdez 2. Mercado de trabalho – Inclusão – Exclusão 3.
Educação Especial 4. Zona Franca de Manaus I. Título

CDU 331.5-056.263(811.3)(043.3)

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE**

**O SURDO E O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE
MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-PPGE, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 26 de outubro 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão -UFAM (Orientadora)
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Selma Baçal Oliveira - UFAM
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Cunha Pereira
Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP

**MANAUS-AM
2006**

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais
Edson e Tereza,
Por haverem trabalhado
muito para prover nosso sustento e
por nos fazer acreditar na vida.
Sou fruto da dedicação, esforço
e oração destes guerreiros.
A eles dedico
esta vitória.*

*A
todos
os surdos
do Estado do
Amazonas, ofereço
esta pesquisa. Que possamos
contribuir para o rompimento das
barreiras da exclusão, marca presente ao
longo de sua história.*

*Aos
meus tios
José Rodrigues e
Luzia Grana,
meu eterno reconhecimento
pelo carinho e incentivo sempre.*

A estes dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita presença em minha vida.

Aos meus pais, pela compreensão em minha ausência.

À minha querida irmã Edila Grana, pela ajuda e colaboração.

À minha querida Tia Maria Luzia Grana Batista, pelo apoio, dedicação, amor e palavras de incentivo ao longo desta produção.

À minha prima Juju, pelo momento de descontração e ajuda.

À prof.^a Haydêe dos Santos Carneiro e Prof.^a Maria Reni Carvalho Formigo, pelo momento de compreensão em meu afastamento do espaço de trabalho.

A todos amigos e amigas do Centro Municipal de Educação Especial (CMEEE) e da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos.

À SEMED (Secretaria Municipal de Educação), pela concessão de minha liberação durante 1 ano de pesquisa.

Às minhas amigas intérpretes que me auxiliaram no momento das entrevistas: Mestranda Mariana Moraes dos Santos e Prof.^a Intérprete Maria Estelita Pereira.

Agradeço ao Presidente da FEN(E)IS, Marlon Jorge, e ao Presidente da ASMAM, Franklin, pela ajuda no momento da coleta de dados.

A todos os Surdos Trabalhadores que participaram da pesquisa.

Às empresas que nos concederam o espaço para a pesquisa.

A todas as minhas amigas (os) que me apoiaram nesta caminhada: Rosejanne Farias, Roseane Menezes, Cristiane Martins, Camilo, Luciane Falcão, Rita de Cássia; Andrezza Belota; Daniele; Elisa, Cíntia Oliveira e outras.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação, pela possibilidade de mergulhar em novas fontes de conhecimentos.

Ao Prof.^o Dr.^o Aristonildo, pelos momentos de ajuda e compreensão.

À Prof.^a Dr.^a Nídia Limeira de Sá, pela escolha do projeto.

À Prof.^a Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão, meu agradecimento todo especial pelo desafio de haver aceito orientar o meu projeto no momento em que fiquei sem orientadora. E principalmente pelas discussões, orientações e encaminhamento nos grupos de estudos. Pelos incentivos e motivações para a elaboração e publicações dos artigos e apresentações em diferentes eventos. Obrigada por tudo.

AGRADEÇO

*Todas
as pessoas
nascem iguais
em dignidade, e
nada justifica que
não sejam dados os
mesmos direitos a todos.
Todos têm igual direito ao
respeito das outras pessoas, e
nada justifica que não tenham,
desde
o
começo,
as
mesmas
oportunidades.*

Dalmo de Abreu Dallari

RESUMO

Em sendo a sociedade capitalista extremamente competitiva e excludente, as exigências para o acesso ao mercado de trabalho vêm aumentando já que a nova organização social do trabalho estabelece novos parâmetros de ingresso no mercado e, nesta perspectiva, a competência e a qualificação são conceitos recorrentes no mundo do trabalho e no mundo da escola. Para o surdo, que é uma minoria, a situação torna-se ainda mais difícil, pois este se depara com inúmeras barreiras que dificultam sua inserção no mercado de trabalho. Dentre os entraves podemos elucidar: baixo nível de escolaridade, ausência de um ambiente lingüístico, formação profissional incipiente, visão da sociedade numa perspectiva da deficiência. Os avanços em relação ao processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais, na área do trabalho, se materializa com o Decreto n.º3.298/1999, que regulamenta a Lei 7.853/1989, que explicita: “A Empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa com deficiência”. Apesar disto, constatamos que as condições oferecidas ainda são mínimas. Nesta perspectiva objetiva-se analisar o processo de inclusão do surdo no mercado de trabalho no setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus e as barreiras enfrentadas para o acesso ao trabalho; identificar as principais dificuldades encontradas pelo surdo para sua inserção no mercado de trabalho; identificar as principais funções e cargos ocupados pelos surdos nas empresas; analisar a política de emprego das empresas para inserção do surdo no mercado de trabalho, dentro da proposta de inclusão social; verificar quais as exigências de qualificação do surdo para o mercado de trabalho. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada em 2 (duas) fábricas do Distrito Industrial, especificamente no setor de recursos humanos e com 15 surdos trabalhadores das respectivas empresas. Os dados indicam que o baixo nível de escolaridade é um dos fatores de entrave de acesso ao mercado de trabalho, visto que o mínimo de escolaridade exigida pelas empresas é o Ensino Médio. Com relação à efetivação da lei, constatou-se a precariedade em sua implementação. Verificou-se que os cargos ocupados são no setor de produção e montagem. O acesso do surdo no mercado de trabalho é uma realidade marcada pela exclusão, considerando que não existe uma preparação nas empresas para a acessibilidade dessas pessoas, como a presença de um intérprete em cursos ou palestras. Em síntese, as práticas sociais são marcadas pelo preconceito e discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: surdez; educação; inserção no mercado de trabalho, inclusão, exclusão.

ABSTRACT

The capitalist society is competitive and extremely exculpatory and the requirements for the access to the work market come increasing since the new social organization of the work establishes new parameters of ingress in the market and, in this perspective, the ability and the qualification are recurrent concepts in the world of the work and the world of the school. For the deaf person, who is a minority, the situation becomes more difficult, therefore this if comes across with innumerable barriers that make it difficult its insertion in the work market. Amongst the impediments we can elucidate: low level of education, absence of a linguistic environment, incipient professional formation, vision of the society in a perspective of the deficiency. The advances in relation to the process of social inclusion of the people with necessities special, in the area of the work if materialize with the Decree Nº 3,298/1999 that it regulates Law 7,853/1989, that shows: The Company with one hundred or more used is obliged to fill of 2% 5% of its rehabilitated beneficiary positions of the Social welfare or with person with deficiency. Although this, we evidence that the offered conditions are minimum. In this paper we analyze the process of inclusion of the deaf person in the market of work in the electro-electronic sector of the Zona Franca of Manaus and the barriers faced for the access to the work; To identify the main difficulties found for the deaf person for its insertion in the work market; to identify the main functions and busy positions for the deaf people in the companies; To analyze the politics of job of the companies for insertion of the deaf person in the work market, inside of the proposal of social inclusion; To verify which the requirements of qualification of the deaf person for the work market. The data had been collected by means of half-structure interview in 2 (two) plants of the Industrial District, specifically in the sector of human resources and with 15 diligent deaf people of the respective companies. The data indicates that the low level of education is one of the factors that difficult the access to the work market, since the minimum of education demanded for the companies is high school level. Looking through the law is evidenced its precariousness in its implementation. It was verified that the busy positions are in the sector of production and assembly. The access of the deaf person in the work market is a reality marked for the exclusion, considering that a preparation in the companies for the accessibility of these people does not exist, as the presence of an interpreter in courses or lectures. In synthesis practical the social ones are marked by the preconception and discrimination.

Key - words: deafness; education; insertion in the work market, inclusion, exclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	84
Gráfico 2.....	85
Gráfico 3.....	86
Gráfico 4.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados na empresa	81
Tabela 2 – Caracterizando os funcionários surdos que fizeram parte da amostra da pesquisa – Empresa - 1	82
Tabela 3 – Caracterizando os funcionários surdos que fizeram parte da amostra da pesquisa – Empresa - 2	82
Tabela 4– Cargos ou funções ocupadas pelo surdo nas empresas.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apae – Associação de pais e amigos dos excepcionais

Adefa – Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas

Asmam – Associação de Surdos do Amazonas

Ceja – Centro de Educação de Jovens e Adultos

Cesb – Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro

Cipa – Comissão Interna de Prevenções de acidentes

Feneis – Federação Nacional e Integração da Pessoa Surda

FMI – Fundo Monetário Internacional

Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEs – Pessoas com Necessidades Especiais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Sine – Sistema Nacional de Emprego

Seduc – Secretaria do Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Unesco – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA IDENTIDADE E CULTURA SURDA.....	20
1.1 Representações e práticas sócio-históricas da relação sujeito surdo e sociedade.....	20
1.2 Educação de surdos no Brasil.....	30
1.3 Principais abordagens educacionais.....	32
1.3.1 Abordagem Educacional Oralista.....	32
1.3.2 Abordagem Educacional Comunicação Total.....	34
1.3.3 Abordagem Educacional Bilingüismo.....	35
1.4 Conhecendo o surdo numa perspectiva do respeito à diferença lingüística.....	37
1.4.1 Diferença Lingüística uma questão de respeito.....	39
1.4.2 Um olhar sobre a Identidade: uma questão de reconhecimento individual.....	44
1.4.3 Um olhar sobre a Cultura.....	48
CAPÍTULO II – INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO MEDIANTE AS EXIGÊNCIAS PRODUTIVAS ESTABELECIDAS EM CADA CONTEXTO HISTÓRICO.....	50
2.1 Configuração do modo de produção na sociedade capitalista.....	50
2.2 Crise do sistema capitalista e a estruturação do Toyotismo como uma nova lógica no modo de produção.....	53
2.3 Qualificação e competência: configurando as novas exigências no mundo do trabalho.....	55
2.4 Reestruturação produtiva: uma sociedade desigual.....	59
2.5 Escolarização: Garantia de acesso ao trabalho?.....	61
2.6 Escolarização do surdo e suas perspectivas de inclusão no mercado de trabalho.....	66
2.7 Aspectos Legais: Direito ao trabalho garantia assegurada para o processo de inclusão, porém uma situação contraditória.....	69
CAPÍTULO III – INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR ELETRO-ELETRÔNICO DA ZONA FRANCA DE MANAUS.....	75
3.1 Zona Franca de Manaus: Início da Industrialização no Estado do Amazonas.....	75
3.2 Configurando o contexto do surdo inserido no mercado de trabalho no setor eletroeletrônico.....	79
3.2.1 Negação para o acesso no espaço de pesquisa: empresa.....	80
3.2.2 Preceito legal Lei n.º 7.853/89, regulamentada pelo Decreto n.º 3.298/99, que garante a inserção de pessoas com nas empresas.....	82
3.2.3 Como os trabalhadores surdos são encaminhados para as empresas.....	85
3.2.4 Exigências da empresa para a admissão de pessoas com necessidades especiais.....	89
3.2.5 Principais dificuldades encontradas pelo surdo em relação ao atendimento educacional.....	94
3.2.6 Ações das empresas para a inserção do surdo.....	99
3.2.7 Cargos e funções ocupadas pelos surdos nas empresas.....	103
3.2.8 Participação dos surdos nas diferentes atividades desenvolvidas nas empresas.....	105
3.2.9 Percepção em relação à discriminação e preconceito por ser surdo.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade extremamente competitiva e excludente, onde exigências maiores acontecem, principalmente, com relação ao acesso ao mercado de trabalho, situação que historicamente vem se agravando em conseqüências da construção das novas relações socioeconômicas, principalmente, decorrentes dos ideais neoliberais onde a competência e qualificação são as palavras de ordem.

E para o surdo, considerado também como minoria, a situação torna-se difícil, pois se depara com inúmeros fatores que dificultam sua inserção no mercado de trabalho. Entre os entraves, podemos explicitar: baixo nível de escolaridade, ausência de um ambiente lingüístico, formação profissional incipiente, visão da sociedade numa perspectiva da deficiência e outros.

Com relação aos amparos legais, tem a Constituição Brasileira é a primeira a enfatizar a situação profissional da pessoa com necessidades especiais. Em seu artigo 7.º, inciso XXXI, proíbe discriminação quanto a salários ou critérios de admissão, e no artigo 227, inciso II, parágrafo primeiro, propõe a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, com treinamento para o trabalho e facilitação ao acesso a bens de serviço coletivos, visando a eliminação não só de preconceitos, como também obstáculos arquitetônicos. Apesar disso, constata-se, na realidade, o mínimo da efetivação da referida lei, que não garante o respeito ao surdo enquanto cidadão.

Nesta perspectiva, o presente estudo analisou a situação do surdo trabalhador, visando entender e explicitar a realidade dessa minoria diante da sua inserção no mercado de trabalho na cidade de Manaus, especificamente no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus no setor eletroeletrônico.

Para isso procuramos identificar as principais dificuldades encontradas pelo surdo para sua inserção no mercado de trabalho, considerando o baixo nível de escolaridade e as exigências das empresas, assim como verificar quais são as principais funções e cargos ocupados pelos surdos nas empresas. A partir da proposta de inclusão social, analisamos a política de emprego, verificando quais as exigências de qualificação do surdo para o mercado de trabalho.

Assim, apesar da legislação, constatamos que o número de surdos que tem acesso ao mercado de trabalho é bastante restrito, situação decorrente de inúmeros fatores e, principalmente, por não ter seu direito respeitado enquanto cidadão, fato que acompanha as minorias em nosso país.

Observamos que as condições para que um surdo permaneça no mercado de trabalho e possa competir em situação de igualdade com os ditos “normais” são muito complicadas. Sabemos que são sujeitos que têm direito de igualdade diante da oportunidade de inserção no mercado de trabalho, no entanto muitas vezes acabam sendo marginalizados, humilhados e isolados da sociedade, situação decorrente de uma representação social na qual são considerados como incapazes, não havendo respeito às suas diferenças. (FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS, 1995).

Apesar de terem condições de assumir funções e realizarem com eficácia seu trabalho, muitos empregadores acabam apresentando inúmeras justificativas para não empregar o surdo, enquanto que deveriam atender o que está disposto na Lei n.º 7.853/89 regulamentada pelo Decreto n.º 3.298/1999, os quais garantem em seu texto legal o acesso ao trabalho das pessoas com necessidades especiais.

A Constituição Federal e todos os outros documentos legais asseguram direitos iguais ao cidadão brasileiro que tenha uma deficiência; o discurso social, em geral, também tem se caracterizado pela defesa desses direitos; entretanto, ainda se fazem necessárias muitas ações para que as pessoas com necessidades especiais possam realmente usufruir seus direitos na educação, na saúde, no trabalho, enfim, em todas as instâncias da vida social organizada.

Para responder aos objetivos, formulamos as seguintes questões norteadoras:

- 1) Com relação à escolaridade do surdo, será que o baixo nível acadêmico não interfere no acesso dele ao mercado de trabalho como também na participação em cursos profissionalizantes?
- 2) Como está sendo efetivada a política de inclusão social dos surdos nessas empresas?
- 3) Como está ocorrendo a efetividade da lei nas empresas para absorção da força de trabalho com a pessoa surda? Quais os cargos ocupados?
- 4) Como está ocorrendo o processo de comunicação dos surdos na empresa? Há intérprete?

O trabalho foi desenvolvido no setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus. A pesquisa teve um caráter qualitativo, pois nos preocupamos em trabalhar com um universo de significado que envolve a pessoa surda em diferentes espaços na nossa sociedade como: na educação, na sua relação social, na sua inserção no mercado de trabalho e nas principais barreiras encontradas, considerando que se trata de uma minoria que sofre ainda preconceito e discriminação.

Para a abordagem da pesquisa utilizamos o método histórico crítico, por se tratar de uma pesquisa que busca analisar questões sociais historicamente

construídas e transformadas mediante as relações social, política, econômica e cultural.

De acordo com Lakato, este método “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (1991, p. 106).

Para a coleta de dados realizamos a pesquisa em duas etapas: a primeira ocorreu em 2 (duas) fábricas do Distrito Industrial do setor eletro-eletrônico de Manaus. Tivemos como critério de escolha os espaços que tivessem o maior número de surdos empregados, informações que foram obtidas por meio da Asmam (Associação de Surdos do Amazonas) e da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos).

A segunda etapa foi realizada com os surdos trabalhadores das respectivas empresas pesquisadas. É importante ressaltar que as coletas de dados nas fábricas tiveram inúmeros obstáculos, devido à resistência na concessão de informações, sendo inclusive necessário haver mudanças em relação às empresas selecionadas, por causa da ausência de disponibilidade em nos atender. Fato que não poderemos desconsiderar como primeiro dado de análise, afinal que significados estão ocultos nestas ações?

Como nos sinaliza Bakhtin (**apud** GRIGOLETTO, 2005, p. 121):

Um membro de uma comunidade nunca encontra a palavra neutra, isenta de aspirações e avaliações de outro ou despovoados das vozes dos outros. Absolutamente, a palavra ele a recebe da voz do outro e repleta de voz do outro.

Portanto, não podemos deixar de considerar as vozes ocultas e o sentido das palavras, visto que têm um significado social e ideológico.

Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas (ANEXO I), com perguntas relacionadas às exigências das empresas para o acesso do surdo nas empresas (nível de escolaridade, qualificação profissional) e as condições de acessibilidade oferecidas a esses funcionários no espaço das fábricas.

Para os trabalhadores surdos consideramos questões como em relação ao nível de escolaridade, dificuldades para o acesso ao trabalho, participação em cursos, palestras e acesso a intérpretes nas empresas.

Na primeira etapa da coleta de dados, entrevistamos pessoas do setor de RH de cada empresa. Todas as entrevistas foram agendadas pelos entrevistados,

sendo inclusive realizadas nos espaços das fábricas com uma duração média de uma hora. Durante o encontro solicitamos a permissão do uso do gravador, dessa forma foi possível registrar todas as informações concedidas.

Em relação à coleta de dados com trabalhadores surdos, realizamos fora do espaço da empresa, devido a própria organização e funcionamento, pois não é permitida a saída dos trabalhadores, principalmente da linha de produção, local onde trabalha a maioria dos funcionários surdos.

A empresa 1 nos concedeu a lista de seus funcionários, o que nos ajudou em realizarmos os contatos com a colaboração da Feneis e Asmam, considerando que na lista havia alguns associados.

Quanto à empresa 2 (dois), não foi possível termos acesso aos nomes dos funcionários, o que dificultou o contato com os trabalhadores dessa fábrica.

Devido a esse fator, apresentou-se a necessidade de participarmos dos espaços de reuniões dos surdos, fora da escola e do local de trabalho. Ou seja, freqüentamos as praças e shoppings de Manaus, locais de maior concentração de surdos, com isso podemos identificar os trabalhadores da referida empresa e solicitar as entrevistas.

As entrevistas foram agendadas no espaço de uma escola que é específica para atendimento de pessoas surdas, fato que possibilitou o acesso devido ser um ponto de referência para os surdos. Como também algumas entrevistas foram realizadas na residência do entrevistado por sua solicitação.

Durante as entrevistas contamos com a presença do intérprete de Libras. As informações foram registradas com uma filmadora, devido o uso da Língua de Sinais.¹ Em outro momento usamos o gravador, visto que alguns entrevistados não autorizaram a filmagem.

De posse do material coletado durante a pesquisa de campo, realizamos as transcrições na íntegra e posteriormente selecionamos as falas que continham as informações significativas para atender o propósito da pesquisa.

Considerando as diversas alternativas de análise numa pesquisa qualitativa, optamos pela análise do discurso procedimento metodológico que nos possibilitou verificar as falas dos sujeitos, pois não se configuram sem um sentido ou de forma ingênua. Como nos explicita Bakhtin (2004, p. 95), “a palavra está sempre carregada

¹ As línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual (ou espaço-visual), pois as informações lingüísticas são recebidas pelos olhos e produzidas pelas mãos (KARNOPP e QUADROS, 2004, p.47).

de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, ou seja, os discursos são carregados de significados.

Buscando a Análise de Discurso numa perspectiva foucaultiana,² definimos como “uma prática que permite desmascarar e identificar outras práticas discursivas” (INIGUEZ, 2004, p. 93). Daí não ser uma caminhada fácil, visto que nos deparamos com uma trilha deslizante e tortuosa, considerando que a enunciação³ é carregada de significado.

Para as análises dos discursos utilizamos como parâmetro de investigação os objetivos apresentados na pesquisa que se configuram em 5 (cinco):

Objetivo Geral que consiste em analisar o processo de inclusão do surdo no mercado de trabalho no setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus e as barreiras enfrentadas para o acesso ao trabalho.

Com relação aos objetivos específicos temos 4 (quatro) que são:

- 1) Identificar as principais dificuldades encontradas pelo surdo para sua inserção no mercado de trabalho, considerando o baixo nível de escolaridade;
- 2) Identificar as principais funções e cargos ocupados pelos surdos nas empresas;
- 3) Analisar a política de emprego das empresas para inserção do surdo no mercado de trabalho, dentro da proposta de inclusão social;
- 4) Verificar quais as exigências de qualificação do surdo para o mercado de trabalho.

Dessa forma desenvolvemos o procedimento metodológico da análise do discurso elucidando as representações e as práticas sociais realizadas nas empresas para a inserção do surdo mercado de trabalho, buscando responder na pesquisa de campo os objetivos propostos.

Para sistematização da análise dos dados utilizamos as questões empregadas nas entrevistas para a construção dos tópicos de análise. Organizamos os enunciados em blocos de respostas considerando as questões trabalhadas.

² A relação de poder como uma forma de dominação estabelecida, mediante a posição e o lugar que o sujeito ocupa. Exemplo: empregado e empregador/professor e aluno.

³ Para Bakhtin, o enunciado é a língua. Quando o enunciado é posto no mundo, ele se une às condições em que foi produzido, recebendo o status de enunciação. Se o enunciado pode se repetir, por seu caráter lingüístico, a enunciação nunca se repete, por seu caráter contingente, social e histórico: o contexto nunca é o mesmo (SOUZA, 2006, p. 31).

Para sistematização da análise trabalhamos com os objetivos e a organização dos enunciados em blocos de respostas considerando as informações e questões similares, inclusive fazendo uma comparação nos discursos empregados pela empresa e pelos surdos trabalhadores. Utilizamos para identificar as empresas a sigla EP (empresa) e para identificação dos surdos trabalhadores utilizamos S (sujeito).

O presente estudo desdobrou-se num conjunto de 03 (três) capítulos. No primeiro, abordamos os diferentes contextos históricos, visando à compreensão das práticas sociais excludentes, devido um padrão de normalização de homem. Discorreremos sobre as principais abordagens educacionais que norteiam a educação de surdos e suas implicações na formação do sujeito surdo, considerando sua cultura, identidade e diferença lingüística.

No segundo capítulo trazemos a discussão sobre o trabalho e sua nova configuração, perante a reestruturação produtiva. Os processos de inclusão e exclusão considerando uma política neoliberal e globalizada e a questão da inserção do surdo diante das novas exigências no mundo do trabalho.

No terceiro capítulo configuramos o espaço da pesquisa, Zona Franca de Manaus e a inserção do surdo no mercado de trabalho no setor eletro-eletrônico.

Como resultados, destacamos que o baixo nível de escolaridade do surdo não atende as exigências das empresas, visto que o mínimo exigido é o Ensino Médio; com relação à efetivação da lei, constatou-se a precariedade em sua implementação; sua inserção no mercado de trabalho é marcada pela ausência da acessibilidade, principalmente referente à barreira da comunicação e outros que poderemos constatar no presente estudo.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA IDENTIDADE E CULTURA SURDA

Este capítulo visa discutir inicialmente as representações e práticas sócio-históricas da relação sujeito surdo e sociedade, no sentido de compreender como o homem vem construindo sua existência e de que forma as pessoas com necessidades especiais foram tratadas, considerando que em cada contexto exigia-se um padrão de homem para atender a sociedade vigente.

Propomos também elucidar como a Educação de Surdos vem sendo construída diante das práticas sociais marcadas pelo preconceito, exclusão e discriminação. E a luta da minoria surda pelo exercício do seu direito enquanto cidadão participante dessa sociedade que desconsidera sua diferença lingüística, sua identidade e sua cultura. Afinal a cultura “assume a centralidade na constituição da subjetividade e da identidade da pessoa como ator social” (PERLIN, 2004, p. 77).

1.1 Representações e práticas sócio-históricas da relação sujeito surdo e sociedade

Analisando a trajetória histórica da visão sobre as pessoas com necessidades especiais,⁴ constatamos diferentes percepções, que vão se modificando na medida em que são estabelecidas novas formas de relações políticas, sociais, econômicas e culturais.

⁴ Utilizaremos o termo pessoas com necessidades especiais, ou pessoas com necessidades educacionais especiais em vez de deficiente, visto que “proporá substituí-lo por uma expressão menos conotativa, mais neutra e descritiva, limitando-se a designar o defeito físico, e evitando qualquer implicação moral ou social que desvalorize a pessoa” (SEMPRINI, 1999, p. 62).

E para compreendermos os fenômenos que acontecem em nossa sociedade precisamos contextualizar os fatos, considerando que não ocorrem de forma pontual e isolada. Com essa finalidade, construiremos esse movimento histórico de mudanças e contradições onde temos demarcado claramente práticas sociais excludentes.

Iniciaremos essa construção a partir da Sociedade Primitiva, onde o homem retirava da natureza o que necessitava para sua sobrevivência, como o abrigo em cavernas, os alimentos das árvores e buscava explicações no sobrenatural para os fenômenos que aconteciam ao seu redor.

Com o intuito de satisfazer suas necessidades de sobrevivência, o homem se apodera da natureza transformando-a mediante a ação do trabalho que, segundo Marx (2003a, p. 33):

O processo de trabalho é atividade deliberada para a adaptação das substâncias naturais aos desejos humanos, é a condição geral necessária para que se efetue um intercâmbio entre o homem e a natureza; é a condição permanente imposta pela natureza à vida humana e, por conseguinte, independente das formas da vida social - ou melhor, é comum a todas as formas sociais.

Pelo trabalho temos progressivamente a ação do homem sobre a natureza, a qual transforma e conseqüentemente sofre mudanças, pois suas atividades vão gradativamente assumindo nova forma de ser e organiza-se.

A princípio houve a invenção dos machados de pedras, que, segundo Marx (s/d, p. 22), “junto com o fogo permitiam a construção de pirogas feitas com um só tronco de árvore e, em certas regiões, a feitura de pranchas e vigas necessárias à edificação de casas”. Outro instrumento utilizado foi o arco e a flecha que serviram para a caça. E com a invenção do fogo começa a empregar os peixes ou outros animais na alimentação. Segundo Marx (s/d, p. 22):

Os dois fenômenos são complementares, porque o peixe só pode ser plenamente empregado como alimento graças ao fogo. Com esta nova alimentação, porém, os homens fizeram-se independentes do clima e da localidade; seguindo o curso do rio e as costas dos mares, puderam ainda, em estado selvagem, espalhar-se sobre a maior parte superfície da terra.

Dessa forma o homem passa de nômade à sedentarização, pois começa a estabelecer moradia, cultivar o próprio alimento e a criar animais, configurando uma nova forma de organização na sociedade.

Tendo em vista a necessidade constante de locomoção, nesta configuração de sociedade Lancillotti (2003, p. 48) ressalta que as pessoas que apresentavam alguma “deficiência” eram tidas como “peso morto” para o seu grupo social, não havendo, portanto, nenhuma preocupação com esses indivíduos que eram abandonados à própria sorte. Afinal não teriam condições de buscar meios para sua sobrevivência, o melhor que se fazia era deixá-los, visto que não havia preocupação em mantê-los no grupo.

No entanto, à medida que o homem vai se constituindo enquanto grupo social surge novas descobertas e nova forma de organização na sociedade.

Quanto à terra, utilizava-a como meio básico para o funcionamento das comunidades tribais, que se dava como propriedade comum. Portanto o trabalho era organizado pela combinação simples da apropriação e das necessidades sociais.

De acordo com Oliveira (2003, p. 13), o trabalho “determinado por relações de parentesco constitui a forma mais complexa de cooperação comunitária. Tais relações funcionam como relações de produção, relações políticas, esquema ideológico”, tem, portanto, uma forma de organização social estabelecida pela relação de parentesco. Oliveira (Idem, p.15) ressalta ainda que:

O desenvolvimento das forças produtivas é acelerado com a fixação da comunidade na terra, condição de existência da apropriação e de seus mecanismos sociais, do que resulta a formação simultânea e gradativa da economia de excedentes, promotora da distribuição e da redistribuição complexas e fator decisivo da desintegração da organização comunitária tribal.

Com a dissolução das antigas relações fundamentais, surge a Sociedade Escravista caracterizada na Grécia e na Roma como as necessidades básicas do homem livre sendo esta garantida pela exploração do trabalho escravo que, segundo Oliveira (Idem, p. 31), “é o realizador do trabalho, o que produz o produtor direto, mas, como propriedade de outro homem, é também meio de produção, propriedade móvel que pode ser vendido”.

Com essa divisão de classes, o homem considerado cidadão da pólis não teria mais que prover sua subsistência. Afinal o braço escravo liberta o cidadão para dedicar-se às funções retóricas, política e de lazer, consideradas mais dignas. Dessa forma, poderia pensar de forma sistematizada, daí as contribuições de grandes pensadores e filósofos como Platão, Aristóteles e outros.

A respeito dessa divisão de classes, Lancillotti (2003, p. 48) enfatiza que:

Em Atenas, a vida da pólis, a valorização retórica, da capacidade de argumentação e a contemplação possibilitaram, a partir da obra de Platão, que se estabelecesse a cisão entre o corpo e a mente. À mente caberia mandar e governar, atividades dignas realizadas pelos homens livres, ao corpo caberiam as tarefas degradantes, e degradadas, realizadas pelo escravo.

Durante a época da civilização grego-romana, a palavra falada e as altas habilidades ainda prevaleciam como parâmetro para a educação e ascensão social e os surdos sofriam eliminação física por apresentar “deficiência”, visto que fugiam aos padrões de normalidade estabelecidos na sociedade.

Segundo Lancillotti (2003), Platão propunha que as pessoas imperfeitas fossem abandonadas à própria sorte e para Aristóteles essa prática viabilizaria o controle demográfico. Portanto, temos novamente uma situação de eliminação e abandono.

Outro contexto que podemos mencionar para ilustrar a exterminação das pessoas com necessidades especiais era o que ocorria na Esparta no século 4 a.C, pois os cuidados com o corpo começam como uma política de eugenia, prática de melhoramento da espécie, que recomenda abandonar as crianças deficientes ou frágeis demais e procurar fortalecer as mulheres para gerarem filhos robustos.

Vale ressaltar a importância que se dava aos meninos fortes, uma vez que receberiam uma educação rígida. Quanto às crianças consideradas frágeis não sobreviveriam, fato decorrente de não atender as exigências da época, restando apenas sua eliminação da sociedade.

A Idade Média caracterizava-se pelo domínio teológico e econômico da Igreja Católica, tanto na educação como na fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade naquela época.

A sociedade era formada pelos donos da terra, senhores feudais e pelos servos que em conseqüência das invasões bárbaras, passaram a morar próximo dos

castelos a fim de obter proteção dos donos, ocasionando neste período a ruralização, predominando as trocas de mercadorias e redução da circulação das moedas.

Com o princípio religioso da moral cristã, que todos os homens são possuidores de uma alma, passaram a ser questionada e intolerável a prática de abandono, situação aceita e justificada na sociedade escravista.

No entanto há uma ambivalência nas ações desta sociedade, pois, apesar da concepção cristã, muitas pessoas consideradas diferentes dos padrões de normalidade da época foram vítimas de perseguição, tortura e crueldade, pois eram consideradas possuidoras de demônios pela “Santa Inquisição”.

Durante esse período os surdos foram proibidos de receber comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também havia sanções bíblicas contra o casamento de duas pessoas surdas. A visão de que o surdo não tinha condições de ser educado persistiu até o séc 15, portanto durante esse tempo viveu totalmente à margem da sociedade e não tinha nenhum direito assegurado.

Neste contexto aconteceram várias transformações que irão mudar as relações na sociedade, pois à medida que a burguesia se fortalece surge a semente do liberalismo, tendo como defensor das idéias liberais John Locke. Esses novos ideais consistem em exprimir os anseios da liberdade e fazem oposição ao absolutismo.

É importante ressaltar o processo econômico que predominava na época: o mercantilismo. O que significou uma política global do Estado Moderno europeu de caráter centralizador absolutista e voltado para os interesses da classe burguesa que já ascendia socialmente, que ocorreu por causa do processo de decomposição do sistema feudalista.

No Renascimento temos como característica marcante as grandes descobertas (invenção da bússola, imprensa). Quanto ao homem, passa a assumir uma atitude polêmica com a tradição religiosa, busca a laicização do saber e luta contra os preconceitos e intolerâncias predominante na época.

Com o avanço dessas idéias, a humanidade buscou compreender o homem enquanto sujeito do conhecimento, daí as grandes contribuições de grandes pensadores como Descartes,⁵ Locke,⁶ entre outros.

Graças à caracterização desse novo contexto social, a ciência deixa de ser contemplativa desligada da aplicação do saber e passa a ser uma ciência associada à técnica. O interesse pelo conhecimento, partindo dessas novas concepções, é baseado no método que contribui para as revoluções científicas.

Na Educação, há uma preocupação na formação do homem **Gentleman**, do **honnête homme**, do cortesão modelo de uma nobreza aburguesada e uma educação esboçada no dualismo. Comênio (2006) defendia a universalização do ensino: “que ensinar tudo a todos”; Locke ressaltava que deveria ser diferente a educação de quem governa e de quem será governado.

Com relação ao tratamento das pessoas com necessidades especiais, Ribeiro (2003, p. 41) ressalta que:

Com o advento da Idade Moderna, houve maior valorização do ser humano pelo predomínio da filosofia humanista. Iniciaram-se investigações sobre a pessoa excepcional do ponto de vista da Medicina. Cresceram os estudos e experiência sobre a problemática das deficiências atreladas à hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia, etiologia, caracterização de quadros típicos, distorções anatômicas, etc.

A partir do século 16, começa a possibilidade de o surdo ser educado, que se inicia mediante o preceptorado, para aqueles surdos de família abastadas, herdeiros de fortunas, sendo sua educação condição para que pudesse receber sua herança.

Em virtude do avanço da medicina, segundo Soares (1999), a partir do Renascimento, alguns médicos, principalmente os que se dedicavam ao estudo da anatomia, passaram a se preocupar e a estudar a fala dos surdos, bem como suas possibilidades de aprendizagens e principalmente seu ensino por meio da escrita.

⁵Descartes é um racionalista, considerado o pai da filosofia moderna que analisa o processo de conhecimento por meio da razão, tem preocupação com o método que é o procedimento da razão na investigação da verdade que significa direção, caminho para um fim.

⁶ John Locke é um empirista que enfatiza o papel da experiência no processo do conhecimento.

Ainda no século 16, na Espanha, o monge Ponce de Leon estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid. Iniciou sua docência com membros importantes da família de aristocratas espanhóis. Desenvolveu uma metodologia de educação de surdos que incluía dactilologia (representação do alfabeto por intermédio das mãos), escrita e a oralização. Foi responsável pela criação de uma escola de professores surdos.

Alguns autores ressaltam que o fato de essas crianças pertencerem a uma família nobre contribuiu para que esse trabalho ganhasse repercussão em toda a Europa (SOARES, 1999). Percebemos mediante esse movimento histórico que os surdos passam ter um tratamento diferente, fato decorrente dos avanços que tivemos na sociedade.

O século 18, denominado como Século das Luzes, é palco de grandes transformações na Europa como: a Revolução Francesa que defendia os princípios de "igualdade, liberdade e fraternidade", na qual os burgueses eram contra os privilégios hereditários da nobreza e propõe a igualdade dos direitos e oportunidades.

Outro acontecimento marcante foi a entrada da máquina a vapor em substituição as antigas fontes de energia até então empregadas (força manual, tração animal, energia hidráulica) na produção que marca o início da Revolução Industrial.

Com o processo de acumulação que aconteceu nos séculos 16 e 17 com a exploração colonial pela Europa Ocidental, converge na implantação do sistema fabril, no final do século 18, na Inglaterra, por meio da canalização no setor industrial, ocasionando substituição no trabalho manual. Com relação a esse processo de desenvolvimento, Oliveira (2003, p. 77) enfatiza que:

O lento processo de ruptura das relações feudais promoveu a separação gradativa do trabalhador dos meios de produção, no campo e nas manufaturas. O camponês foi aos poucos expropriado e, como artífice, transformado em trabalhador livre, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Diante deste contexto, temos uma nova organização do trabalho e dos meios de produção, como também a fragmentação do domínio do conhecimento do

processo global da produção, fato que discutiremos no segundo capítulo deste estudo.

No século 18, na França surge o Abade Charles Michel de L'Épée, uma pessoa importante na história da educação dos surdos. Seu trabalho é influenciado pela língua de sinais utilizada pelos surdos em Paris. Acreditava que este instrumento lingüístico fosse o vínculo natural da aquisição dos conhecimentos e da comunicação pela pessoa surda (CALDEIRA, 1998). “Assim, L'Épée considerou a linguagem de sinais não como desdém, mas com respeito” (SACKS, 1990, p. 32).

De acordo com Galeano (1997, p.4), o abade L'Épée “fundou em 1755, em Paris, a primeira escola pública para ensino de pessoas surdas, substituindo a prática do ensino feito individualmente”.

Durante essa época L'Épée sofreu inúmeras críticas, principalmente na Alemanha onde o oralismo ganhara espaço com Samuel Heinick.⁷

Sacks (1990) ressalta que o século 18 foi o período em que os surdos mais se expandiram e se desenvolveram, com o aumento de escolas e do ensino de qualidade, pois a língua de sinais proporcionou sua participação efetiva na sociedade.

A respeito da participação do surdo na sociedade, Sacks (1990, p. 37) elucida que:

Esse período agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos, testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigido por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a saída dos surdos na negligência e da obscuridade, sua emancipação à cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possível.

Em conseqüência das divergências e contradições em relação à educação de surdos, no ano de 1880, em Milão, foi realizado o Congresso Internacional de Surdo, no qual foi definida qual abordagem educacional seria adequada no ensino da pessoa surda. E a abordagem educacional proclamada foi a Oralista, a partir desta determinação o uso da língua de sinais foi terminantemente proibida.

⁷ Samuel Heinick empregou as primeiras idéias da filosofia educacional oralista para os surdos e defendia o ensino por meio da língua oral e desconsiderava totalmente o uso da língua de sinais. Foi também responsável pela criação da primeira escola pública para surdo baseada no método oral.

Quanto ao contexto do século 19, caracteriza-se pela extensão da Revolução Industrial ou segunda fase por alguns autores que consistem na expansão da maquinaria a outros países da Europa, como Bélgica, França e a Alemanha, como também para os Estados Unidos e Japão. É importante elucidar que cada local teve um ritmo próprio de desenvolvimento, devido sua realidade socioeconômica e esses avanços foram decorrentes do avanço da ciência (FALCON, 1989).

Em relação à educação de surdos, após a metade do século 19, tanto na Europa como nos EUA houve uma disseminação de instituições que utilizavam o oralismo puro ou a abordagem oral manual.

A partir do século 19 tivemos significativas mudanças, principalmente decorrentes do avanço da ciência contribuindo para a questão econômica. Em relação ao surdo, tivemos a construção e a comercialização dos primeiros aparelhos auditivos.

Se no contexto do século 19 ocorreram avanços, no século 20 surgiram inúmeros entraves que, de acordo com Aranha (1996), caracterizam-se pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, desencadeando falência, retratação de mercado, desemprego em massa, degradação do proletariado, as duas grandes guerras e outros fatores que contribuíram para o enfraquecimento do sistema econômico.

Por causa dessas crises no sistema econômico ocorreu a substituição do Capitalismo Liberal pelo Capitalismo de Organização na qual o Estado tem maior interferência, e os Estados Unidos criam o Estado de Bem-estar Social (Welfare State), no qual o Estado benfeitor implanta medidas de controle da economia e estimula a produção de bens de serviços sociais. Temos neste contexto deflagrado a crise no sistema econômico capitalista, no qual busca mecanismos para superar esse desequilíbrio considerando as perdas financeiras. Questões que discutiremos no segundo capítulo deste estudo com a finalidade de compreender as novas exigências do mundo do trabalho diante dessas mudanças econômicas.

Neste período, Ribeiro (2003, p. 42) explicita que as preocupações com as pessoas vistas como “deficientes” “eram baseadas no assistencialismo e com enfoque médico terapêutico, acarretando proteção e segregação, em função dos atendimentos serem em instituições segregadoras”. Trata-se de uma prática onde o imaginário social é construído numa perspectiva da deficiência, da incapacidade, da normalidade e da cura.

Nesta concepção social, o enfoque médico e terapêutico ganha destaque novamente e a abordagem oralista passa ser o principal objetivo da educação de surdos.

A abordagem educacional oralista predominou até a década de 1960, ano em que Willian Stokoe comprovou cientificamente que a língua de sinais é uma língua como qualquer outra, ou seja, “expressa qualquer coisa que uma língua falada é capaz de expressar” (SACKS, 1990, p. 96).

Apesar desta constatação, da abordagem educacional oralista continuou a se perpetuar, porque traz na sua concepção uma visão da sociedade majoritária, onde o normal é quem fala utilizando os recursos oral e auditivo, portanto, a língua de sinais não poderia ser considerada, uma vez que é uma forma de comunicação espacial visual e corporal.

Com o avanço de estudos e pesquisas surge, a partir de 1980, a abordagem educacional bilíngüe, que ganha mais força e adeptos em vários países na década de 1990.

Como foi explicitado anteriormente, a trajetória da Educação de Surdos foi marcada pela negação do seu direito de ser ensinada pela sua língua natural, a língua de sinais, afinal a sociedade majoritária estabeleceu que, para que se integrassem na sociedade, teriam de desenvolver a língua oral. Após alguns anos, de uma prática oralista, o resultado foi uma demanda de surdos com defasagem de conhecimento e de escolaridade, como também com uma reduzidíssima possibilidade de competir igualmente no mercado de trabalho.

O bilingüismo nos propõe um novo olhar em relação à pessoa surda, no sentido de ser valorizado em suas diferenças, principalmente, por considerar sua forma diferenciada de comunicação, por um canal espaço-visual, e não auditiva e oral. Portanto, temos a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua na modalidade oral ou escrita. Afinal é “pela linguagem e na linguagem que se podem construir os conhecimentos” (LACERDA, 2000, p. 38).

A respeito da Língua de Sinais, Brito (1993, p. 90) elucida que:

Possui suas regras próprias é tão completa quanto qualquer língua oral. Apresenta estrutura sistemática em todos os níveis lingüísticos e permite a tradução de qualquer assunto ou conceito. Expressa sentimentos, estados psicológicos, conceitos concretos e abstratos e processos de raciocínio.

Graças a essa nova perspectiva, busca-se construir um espaço na sociedade onde essas pessoas possam ser aceitas como sujeitos históricos, com valores e condições sócio-educacionais diferentes dos ouvintes. Caso contrário, continuarão não sendo respeitados enquanto cidadãos com direitos e deveres para com a sociedade.

1.2 Educação de surdos no Brasil

No Brasil, em 1855, tivemos a chegada do professor de surdo, também surdo e diretor do Instituto de Borges, o francês Hernet Huet. Este veio a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para meninos surdos denominado na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Em 1957, ou seja, cem anos após a fundação, pela Lei n.º 3.198, de julho, passaria a dominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines.

A respeito da finalidade dessa escola para surdos, Klein (2004, 90) destaca que:

No decorrer de várias décadas, essa escola prestou um atendimento residencial, ou seja, de internato. Havia um caráter predominantemente assistencialista, procurando a profissionalização – aprendizagem de algum ofício – de modo a inserir os alunos no meio produtivo para que assim pudessem se sustentar.

Em relação à abordagem educacional, da mesma forma como aconteceu em outros países, ocorreu a disputa entre os defensores da abordagem oralista e os defensores do uso da Língua de Sinais, trazendo grandes repercussões na educação de surdos. De acordo com Sá (1999, p. 76), no Brasil, tivemos a seguinte configuração:

O Brasil seguiu as diretrizes internacionais, mas foi em 1957, exatamente 100 anos após a criação do INES, que a abordagem educacional oralista atingiu seu auge, com a proibição oficial do uso da Língua de Sinais nas salas de aula, esta era (e ainda é) a única escola especial para surdos sob responsabilidade do governo federal do país.

O Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos) sempre foi um espaço de referência educacional para as pessoas surdas, visto ser um local disseminador de propostas educacionais, portanto, recebia alunos de todos os lugares do Brasil.

Inicialmente a escola foi extremamente oralista. De acordo com Soares (1999), o Instituto Nacional de Educação de Surdos, por ser a única instituição federal, centro de referência de educação de surdos no país, foi responsável também pelo primeiro curso de formação de professores de surdos no Brasil, no qual a orientação didática metodológica seguia os preceitos do método oral. Vale ressaltar que todo o trabalho realizado recebia influência do Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris.

1.3 Principais Abordagens Educacionais que norteiam a educação de surdos

1.3.1 Abordagem Educacional Oralista

De acordo com Skliar (1998) e Brito (1993), a abordagem oralista fundamenta-se na normalização do sujeito surdo e acredita na surdez como deficiência. Tem como objetivo educacional principal o desenvolvimento da língua oral, a fim de integrá-lo socialmente, sendo a língua empregada muito mais com o objetivo do que um instrumento de aprendizagem global do aluno.

Para atender a essas finalidades, são utilizadas diversas metodologias que consistem em exercícios fonoarticulatório, treino auditivo, leitura labial e outros. É importante ressaltar que, para aprender a língua oral, o surdo passa a maior parte do tempo recebendo treinamento de fala, ficando retido no mínimo dois anos em cada série e ao final acaba restringindo sua fala a um número limitado de vocabulário.

Quadros (1997) ressalta que, apesar do investimento de anos de vida de uma criança surda na sua oralização, ela somente é capaz de captar, por meio da leitura labial, cerca de 20% da mensagem. Sua integração social é restrita, pois a compreensão maior é das pessoas próximas, as distantes apresentam dificuldades em entender o que o surdo está comunicando, outra questão está relacionada à ausência de paciência e a aceitação do outro diferente. Considerando essas perspectivas, Brito (1993, p. 88) ainda salienta:

Além de desconsiderar a situação de desvantagem dos surdos no uso da língua oral, os oralistas não levam em conta as diferenças de comunicação. Saber pronunciar um número limitado de palavras e construir frases básicas de uma língua não significa estar apto para uma integração lingüística em qualquer nível e situação.

Portanto, as análises dos resultados desta abordagem educacional não foram satisfatórias, pois as pesquisas realizadas elucidam o fracasso acadêmico em que o surdo está inserido. Sacks (1990, p. 45) nos aponta a seguinte experiência em relação a essa questão mencionada:

Um estudo realizado no Colégio de Gallaudet em 1972 revelou que o nível médio de leitura dos graduados surdos de 18 anos em escolas secundárias dos Estados Unidos era equivalente a 4ª série, outro estudo efetuado pelo psicólogo britânico R. Conrado indica uma situação similar na Inglaterra, com os estudos surdos, por ocasião da graduação, lendo no nível de criança de 09 anos.

Skliar (1998) considera em seus estudos que o oralismo é uma concepção puramente clínica e terapêutica na qual a surdez é vista como uma deficiência, por isso deve ser curada e ou reabilitada, daí o enfoque e a preocupação exclusiva com a fala oral.

Nas políticas educacionais para o atendimento das pessoas com necessidades especiais, era adotado o princípio normalizador. A esse respeito Anache (1994, p. 35) explicita que:

Normalizar não significa tornar o excepcional normal, mas sim criar condições de vida tanto quanto possível às condições normais de sociedade em que vive, tanto na família, na escola, como no trabalho.

No entanto, esse princípio foi confundido com a noção de tornar as pessoas com necessidades educacionais especiais normais, e para serem integradas na sociedade deveriam estar próximas ao padrão de normalidade das pessoas “ditas normais”.

Quanto ao surdo, este teria de falar, para que pudesse integrar-se socialmente, daí a importância e a valorização da abordagem educacional oralista.

A prática oralista preocupou-se tanto com a fala e esqueceu-se da função da escola que, com certeza, não é clínica e nem reabilitadora. O resultado da aplicação desta abordagem revelou-se inócuo, pois os sujeitos surdos nem falam oralmente e nem dominam o processo da leitura e da escrita. O MEC a esse respeito assinala que (2003, p. 70):

Mais de um século desse modelo, como prática hegemônica na educação de surdos, acarretou o seguinte resultado: uma parcela mínima de surdos conseguiu desenvolver uma forma de comunicação sinalizada, seja oral, escrita ou sinalizada, e a maioria foi excluída do processo educacional ou perpetuou-se em escolas ou classes especiais, baseadas no modelo clínico terapêutico. Isso provocou o surgimento de uma geração de pessoas que não apenas fracassou em seu processo de domínio de língua oral, como também, generalizadamente, em seu desenvolvimento lingüístico, emocional, acadêmico e social.

Diante deste quadro, questionamos: Esta formação deficitária ou ausência dificulta a entrada do surdo no mercado de trabalho? Considerando a nova exigência no mundo do trabalho, não estaria sofrendo duplamente um processo de exclusão, por ser surdo e pela negação do acesso ao saber cultural, formação profissional e acessibilidade no espaço de trabalho, considerando suas novas exigências para a aquisição de um emprego?

Essas questões precisam ser analisadas e refletidas, para que essas pessoas não sejam marginalizadas e rotuladas como incompetentes, deficientes e incapazes. Afinal configura-se uma sociedade que emprega a existência de oportunidades para todos.

1.3.2 Abordagem Educacional Comunicação Total

Segundo Brito (1993) e Quadros (1997), a abordagem da Comunicação Total, propõe o uso da língua de sinais como recurso para o ensino da língua oral, nesta são utilizados vários recursos lingüísticos (linguagem oral ou códigos manuais, pantomimas, gestos e outros) para estabelecer comunicação. Os sinais passam a ser utilizados pelos profissionais em contato com o surdo dentro da estrutura da língua portuguesa (português sinalizado).

De acordo com Bernadino (2000), a Comunicação Total, quando foi criada, tinha a finalidade de reconhecer a Língua de Sinais como direito da criança surda, mas devido a forma como foi praticada, tornou-se aliada do oralismo, perdendo seu objetivo inicial que era o reconhecimento do surdo na sua diferença lingüístico cultural.

Wrigley (1996, p.15) faz inúmeras críticas a essa abordagem educacional, pois um professor sinalizando enquanto fala, sinaliza apenas parte da mensagem e a criança acaba tendo a informação de forma fragmentada e muitas vezes errada. Esse fato é decorrente de o professor não conhecer a língua de sinais. E finaliza dizendo que “Comunicação Total é qualquer coisa, menos total e raramente comunica”.

As considerações de Brito (1993) não são distantes das conclusões de Wrigley (1996), pois concluiu que o uso da Comunicação Total pouco contribuiu para o progresso acadêmico do surdo, visto que os profissionais acabavam tentando equiparar a Libras às estruturas do português escrito, causando complicações para o aprendizado e desenvolvimento do surdo.

Essas complicações são decorrentes por se tratar de duas línguas com canais de comunicação e estrutura diferentes, portanto tornava-se difícil falar e usar a Língua de Sinais simultaneamente. Mediante seus estudos, Brito (1993, p. 46) esclarece que:

A comunicação total, ao usar simultaneamente a fala e os sinais, torna impraticável o uso adequado da língua de sinais, pois seus itens lexicais, suas morfologia, sintaxe e semântica usam freqüentemente expressões faciais e movimentos bucais, seriam incompatíveis com pronúncia das palavras da língua oral. Por exemplo, os sinais de NADA, ROUBAR E RELAÇÃO SEXUAL utilizam movimentos da língua e da bochecha, porém a

boca deve ficar fechada para isso. Como articular adequadamente estes sinais se o surdo tiver que falar ao mesmo tempo?

Como pudemos elucidar, esses são alguns dos fatores que poderíamos mencionar, porém existem outras complicações, como a necessidade do respeito em relação à produção escrita, pois o surdo ao realizar sua produção escrita terá influência da Língua de Sinais, situação similar quando se aprende uma língua estrangeira. Daí a necessidade de não atribuímos a questão da surdez, mas como um processo normal de quem aprende uma segunda língua.

1.3.3 Abordagem Educacional Bilingüismo

A abordagem bilíngüe propõe o uso da Língua de Sinais como a língua natural do surdo e como segunda língua o aprendizado da língua portuguesa, sendo esta escrita e ou oral. Respeita a diferença do surdo falar, pois o fato de ter um impedimento biológico auditivo não impossibilita de utilizar usar outro canal de comunicação, que é o uso de uma linguagem espaço-visual (Língua de Sinais).

Segundo Quadros (1997) e Brito (1993), o uso da Língua de Sinais é considerada fundamental para o desenvolvimento global do surdo, pois favorece a comunicação entre surdo e ouvinte, surdo-surdo, como também o suporte de pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo, social e psicológico. A Língua de Sinais apresenta uma estrutura própria, constituída de uma gramática, apresentando os níveis: fonológico, sintático, semântico e pragmático. Skliar (1998, p. 6) diante destas discussões faz a seguinte afirmação:

A proposta bilíngüe para surdos, partindo-se de uma perspectiva política, pode ser definida como uma epistemologia de oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas, características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas.

É necessário quebrar paradigmas no sentido de considerar que apenas a oralização como a única forma de comunicação para a pessoa surda é limitante, sendo preciso o respeito à sua diferença lingüística. Essas discussões não se sustentam mais nos discursos pautados em padrões da normalidade, e sim em

respaldos baseados nos avanços científicos, nos estudos lingüísticos, sócio-antropológicos e psicológicos.

No entanto, são inúmeros os caminhos que precisam ser trilhados, inclusive por mudanças nas políticas públicas, para que as minorias possam ter seus direitos garantidos e respeitados. Para o surdo, por exemplo, é fundamental a figura do intérprete em instituições, professores qualificados para que possam atender suas especificidades, mudança no projeto político pedagógico que garantam as adaptações necessárias de acesso, estabelecimento de um ambiente bilíngüe definido no Decreto n.º 5.626/12/2005, como “§ 1º – São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”.

Nesta perspectiva vale destacar para garantia do acesso lingüístico do surdo por meio da Lei n.º 10.436/4/2002,⁸ que legaliza em seus artigos os seguintes direitos:

Art. 1.º – É reconhecida como meio legal de comunicação a expressão língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associadas.

Art. 2.º – Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 4.º – O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – libras – como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo Único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Como podemos constatar, apesar de uma grande conquista da comunidade surda, as suas implementações legais ainda precisam de muita luta para que possam ser concretizadas. Principalmente por serem ações que demandam, também, investimentos financeiros.

⁸ Destacamos que a referida lei sofreu regulamentação pelo Decreto n.º 5.626/12/2005.

1.4 Conhecendo o Surdo numa perspectiva do respeito à diferença lingüística, identidade e cultura

Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de negar o corpo do outro (UMBERTO ECO *apud* KAUCHAKJE, 2003, p. 64).

Pensar na representação da surdez nos faz refletir sobre o olhar que se tem desse outro, pois não podemos esquecer que vivemos numa sociedade que, ao longo de sua história, discrimina, exclui, segrega, abandona e amordaça o outro “diferente”. Em cada tempo o diferente é considerado deficiente, tendo como parâmetro um padrão de homem como referência do “ser normal”, fato percebido claramente em nossa construção histórica. E agora, como os vemos e tratamos? As ações são tão diferentes do que acontecia nos primórdios da história das relações humanas? Infelizmente, apesar de estarmos em pleno século 21, a visão que se tinha nos séculos anteriores ainda continua presente em nossa sociedade, fato que podemos perceber mediante nossas práticas sociais.

Há muita contradição em relação ao que teria de ser e como as coisas se materializam de fato. Afinal temos uma legislação com inúmeros amparos legais e um tratamento excelente, tais como: lei contra a discriminação, lei para acesso a qualquer lugar público ou privado, lei para o transporte gratuito, lei para oferecer a reabilitação, resumindo, leis para atendimento às pessoas com necessidades especiais é o que não faltam.

Todavia, essas garantias na lei por si só não fazem efeito, como se fosse um “efeito mágico”, caso contrário, nossa realidade seria outra e não a que aí está: estruturas físicas dos prédios inadequadas, escolas, hospitais, ruas e outros que não possibilitam a acessibilidade⁹ de uma pessoa com necessidades especiais em nossa sociedade.

Concordamos com a compreensão de Skliar (2003, p. 158) quando expõe que:

⁹ A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (PANUZZIO, 2004, p. 88).

A presunção de que a deficiência é, simplesmente, um fato biológico e que apresenta características universais deveria ser, mais uma vez, problematizado epistemologicamente: compreender o discurso da deficiência, para logo depois revelar que o objeto desse estudo não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou aquela que usa prótese auditiva, ou aquela que não aprende segundo seu ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos históricos, culturais, sociais e econômicos que regulam e controlam a maneira pela qual são pensados e inventados os corpos, as mentes, a linguagem, a sexualidade dos outros.

Tais questionamentos se fazem necessários para nos tirar dessa visão dos corpos mutilados e incapazes, rompendo com o paradigma com relação ao olhar sobre essas diferenças, daí os movimentos das minorias (mulheres, homossexualismo, surdos, pessoas com deficiência visual, cadeirantes, negros, índios, idosos, entre outros) que manifestam por meio de suas organizações sociais, seus direitos numa sociedade onde a desigualdade é a principal marca, caracterizada como capitalista, globalizada e excludente.

Pensar no surdo neste contexto é vê-lo à margem das condições sociais, políticas, econômicas e culturais, considerando que ainda são vistos numa perspectiva de deficiência e de incapacidade. Principalmente em relação ao acesso ao mercado de trabalho.

Para fundamentar essa questão, elucidaremos as palavras de um surdo em uma reunião com professores fazendo o seguinte relato:

Queremos ter oportunidades como as outras pessoas. Na fábrica onde trabalho os ouvintes são chamados para participarem de vários cursos na empresa, concorrer à chapa na CIPA (Comissões Internas de Prevenção de Acidente) e nós ficamos sempre excluídos. Promoção no posto de trabalho, nem pensar! Queremos exercer profissões como dentista, professor de surdo, programador de informática e outras, afinal somos capazes, mas precisamos de condições e acessos, pois o fato de ser surdo não nos torna incapazes.

Podemos fundamentar o depoimento deste surdo na citação de Perlin (1998, p. 55):

Exprimidos pela participação ouvinte, os surdos são vistos como pessoas frias, desprovidas de definição cultural. Admitidos como tipos incapazes, continuam a carregar a marca de seus corpos ditos mutilados, de sua

inteligência dita fracassada, arrastando-se pela sombria incoerência de nossos dias.

Apesar da repressão, temos o grupo de resistência o qual utilizaremos a denominação de Antonio Gramsci: “os intelectuais orgânicos,¹⁰” que mediante ao acesso ao saber e assumindo uma posição política, levam para a comunidade surda suas inquietações e manifestações e começam a liberar uma voz silenciada ao longo de sua historicidade. Estes buscam um espaço para gritar, daí sua bandeira política de luta que exige respeito a sua diferença lingüística, a sua cultura e a sua identidade.

1.4.1 Diferença lingüística: uma questão de respeito

Platão, depois de observar as pessoas surdas, havia comentado com Crátilo que o significado podia ser transmitido pelas mãos, pela cabeça e por outras partes do corpo (VEER e VALSIER, p. 90).

Mediante o resgate das raízes históricas e culturais das pessoas surdas, constatamos que foram sempre marcadas pela exclusão e marginalização. Para retratar essa questão, vamos nos reportar novamente ao registro de um marco importante, onde foi negado ao surdo o direito e respeito ao uso da língua de sinais.

Em 1880, no Congresso de Milão, os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa resolveram proibir, terminantemente, a comunicação com o uso da língua de sinais, pois todos eles deveriam se comunicar pelo uso da língua oral, portanto legitimaram e oficializaram sua implementação na educação de surdos. É importante esclarecer que os surdos, na época, inclusive os professores

¹⁰ Os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes intelectuais, criadores de teorias, mas são também pessoas que difundem a concepção de mundo revolucionária. “Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual filosófica (GRAMSCI **apud** MOCHCOVITCH, 1988, p.18)

surdos, foram proibidos de votar, cabendo, portanto, o poder de decisão à sociedade majoritária.

Lulkin (1998, p. 37), com relação a esse fato ocorrido, enfatiza que:

As manifestações em favor da supremacia da língua oral, em favor da pureza natural da palavra falada, traduzem o espírito da época, marcado pela racionalidade em oposição à emoção, portanto “deveriam ser utilizados todos os meios para desenraizar a erva daninha da língua de sinais” fala de um congressista italiano.

Situando o contexto histórico que levou a referida arbitrariedade na época, o uso da língua de sinais foi proibido devido à compreensão, que seria também uma ameaça ao nacionalismo pan-europeu, pois no ano de 1870 houve a política americana do “caldeirão das raças”, ou seja, as minorias étnicas e línguas minoritárias sofreram fervorosa perseguição, situação que envolveu as pessoas surdas, visto tratar-se de uma minoria (WRIGLEY, 1996, p. 33).

Tudo foi realizado para impedir os surdos de usarem sua língua natural, até Graham Bell usou toda sua influência para isolar as crianças surdas, pois percebeu que uma ajudava e ensinava a outra a se comunicar e, conseqüentemente, fortalecendo essa comunidade lingüística. Se antes foram isoladas da sociedade, agora seriam isoladas do próprio grupo, pois haveria necessidade de impedir a “formação de uma variedade surda da raça humana” (WRIGLEY, 1996, p. 29).

Como podemos perceber, os surdos foram perseguidos nos últimos cem anos, numa perspectiva do corpo danificado que precisava ser curado ou exterminado, como nos diz Skliar (2001, p. 7):

Foram cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela cultura social vigente que requereria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

De acordo com Wrigley (1996), apesar das inúmeras barreiras, houve avanços. Em 1984, a Unesco foi a primeira organização das Nações Unidas a declarar que a linguagem das crianças surdas estava em expansão. Além disso, a

linguagem dos sinais deveria ser reconhecida como um sistema lingüístico legítimo e deveria merecer o mesmo *status* que os outros sistemas lingüísticos.

Os estudos e pesquisas nos mostram que o estabelecimento de uma língua é primordial para o desenvolvimento do sujeito em seus aspectos social, psicológico, emocional e cognitivo.

Buscaremos aprofundar essa discussão à luz dos estudos de Bakhtin, que nos enfatiza a relevância do papel do meio social e da língua e a importância das interações verbais, postulando a “dialogia” como núcleo que as fundamenta e destaca como necessária para a construção da consciência humana (BAKHTIN, 2004).

E para que haja essa dialogia, faz-se necessário que locutor e interlocutor pertençam à mesma comunidade lingüística¹¹ e dividam inúmeras condições sociais que definam a relação de pessoa para pessoa, determinando a participação no sistema lingüístico.

Daí a necessidade da comunicação surdo-surdo, pois ao utilizarem o mesmo código lingüístico, ou seja, a língua de sinais, isso favorecerá o processo de dialogia definido por Bakhtin.

Nesta perspectiva, ressaltamos a importância da educação de surdos ocorrer, em espaços que favoreçam essa interação e construção lingüística.

O estudo de Vygotsky (1998) postula a linguagem não apenas como forma de comunicação, mas também como reguladora do pensamento. Em se tratando da pessoa surda, este nos traz a seguinte contribuição na publicação do texto “O coletivo como fator no desenvolvimento da criança normal”, em 1931:

A luta da linguagem oral contra a mímica, apesar de todas as intenções dos pedagogos, como regra geral, sempre termina com a vitória da mímica não porque precisamente a mímica, desde o ponto de vista psicológico, seja a linguagem verdadeira do surdo, nem porque a mímica seja mais fácil, como dizem muitos pedagogos, mas sim porque a mímica é uma linguagem verdadeira cheia de riquezas e de importância funcional, e a pronúncia oral das palavras, formada artificialmente, está desprovida da riqueza vital e é só uma cópia sem vida da linguagem viva (VYGOTSKY, 1989: 190 **apud** SILVA, p. 35, 2001).

¹¹ Define-se como comunidade lingüística o grupo formado pelos locutores de uma mesma língua, que podem compreender-se entre si (WARNIER, 2000, p.17).

Concordamos com Vygotsky, pois a língua oral para o surdo é uma língua que precisa ser ensinada, requerendo métodos e técnicas, ao passo que a língua de sinais se dá de forma natural e é uma língua viva, pois à medida que interage na sua comunidade lingüística o surdo se desenvolve tal qual o sujeito ouvinte, e isso é cada vez mais constatado pelos estudiosos da área como Skliar (2001), Wrigley (1996), Eulália Fernandes (2003), Quadros (1997), Lucinda Ferreira Brito (1993) e outros.

Mediante essa discussão, Behares faz a seguinte consideração:

Ainda que a terapia da fala comece precocemente, não é cientificamente possível esperar que a língua se constitua imediatamente em um instrumento natural de interação e construção cognitiva (BEHARES, **apud**, SÁ, 2002, p. 67).

Diante de inúmeros fatores que sinalizam a importância do uso da língua de sinais, questionamos: Por que a língua de sinais não é aceita pela sociedade majoritária? Sabemos que a imposição de uma língua não é um fenômeno recente, sempre esteve ligado ao processo de dominação, marcado por uma visão etnocêntrica e colonialista, no qual essa relação de poder estabelece sua língua e sua cultura como referência para o outro diferente, cabendo, aos demais, sua adaptação, visto que esses outros são marginalizados, ignorados, inferiorizados e dominados.

Tendo em vista que as representações que são construídas nas relações sociais visam atender a interesses dominantes, fato comprovado mediante a historicidade dessas relações que foram estabelecidas em diferentes contextos históricos, temos a questão da surdez, ficando claro que o estabelecimento de uma língua marca, também, a identidade de um sujeito, como esclarece Sá (2002, p. 54):

A modalidade lingüística visual (a língua de sinais) que os surdos utilizam, ameaçam âncoras de entendimento da linguagem, e sua confrontação gera conseqüências como: As imprescindíveis mudanças nos objetivos educacionais, o desalojamento de posições de educadores ouvintes e o incentivo para formação e colocação de professores surdos, a necessidade de oficialização da língua de sinais e as obrigações estatais decorrentes, a providência de intérpretes de língua de sinais nos locais públicos, etc.

A Constituição Federal, no seu Artigo 3.^o afirma que: “ A construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento

nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, promover o bem de todos, sem preconceitos” (2006, p. 13). Temos claro dentro dos preceitos legais o direito de ter respeitado às diferenças, inclusive garantindo ações da não-exclusão.

No entanto, a situação real é totalmente contrária, vamos nos deter em analisar o direito negado da pessoa surda, na cidade de Manaus, por exemplo, que lugar público o surdo tem acesso a um intérprete? Como está ocorrendo a inserção do surdo no mundo do trabalho? Há acesso ao processo educacional que respeite sua diferença? Ou estão em salas de aula com 40 alunos ou mais com docentes sem formação e conhecimento em relação à surdez? Com relação às universidades, estão atendendo o que cita a Portaria n.º 284/12/2003?¹²

Acreditamos que nas práticas educativas ainda persiste uma ação pedagógica norteada pelo conceito do corpo danificado, ou seja, para que o surdo tenha uma inclusão social, terá de se comunicar oralmente, afinal essa é a forma de comunicação da maioria. E onde fica o respeito à sua diferença lingüística? Como ficam as garantias individuais do surdo e o exercício de sua cidadania, visto que alcançaram o respaldo legal com a Lei n.º 10.436/2002, que oficializa a Libras (Língua Brasileira de Sinais), outra Lei que também podemos mencionar é a de n.º 10.098/2000, que no capítulo VII, Artigos, 17 e 18, estabelece que o Poder Público deverá tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, a fim de garantir o acesso às pessoas com deficiências sensoriais. Será que temos de fato a ação do Poder Público no sentido de fazer com que as leis sejam efetivadas?

Na verdade, quando se fala em políticas públicas em uma sociedade que o primordial é o lucro, o melhor é permanecer negando as diferenças do que realmente legitimá-la. Nas reflexões de Skliar (2003, p. 162), este assinala que:

¹² III – quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada até que o aluno conclua o curso:

- a) De propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) De adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) De propiciar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

Para a maioria dos ouvintes a surdez representa uma perda da comunicação, um protótipo de auto-exclusão, de solidão, de silêncio, obscuridade e isolamento. Em nome dessas representações, construída quase sempre a partir da religiosidade, foram e continuam sendo praticadas as mais inconcebíveis formas de controle: a violenta obsessão por fazê-lo falar; a localização da oralidade do eixo único é essencial do projeto político pedagógico; a tendência de preparar os surdos jovens e adultos como mão-de-obra-barata; a formação paramédica e religiosa dos professores; a proibição de utilizar a língua de sinais e sua perseguição em todos os lugares de boa parte das instituições; ausência da língua de sinais na escolaridade comum; o desmembramento, a dissociação, a separação, a fatura comunitária entre crianças e adultos surdos, etc.

1.4.2 Um olhar sobre a Identidade: uma questão de reconhecimento individual

Língua e cultura estão no coração dos fenômenos de identidade (WARNIER, 2000, p. 16).

A identidade é definida como um conjunto de repertórios de ação, de uma língua e de uma cultura que permite uma pessoa conhecer sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele (CUCHE **apud** WARNIER, 2000, p. 16).

Pensar na identidade da pessoa surda é romper com barreiras de uma visão universal, homogênea e colonialista,¹³ pois o processo de dominação sempre esteve atrelado a um olhar etnocêntrico no qual a alteridade do outro acabou sempre sendo negada.

Hall em seus estudos aponta que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2003, p. 7).

O conceito de identidade, abordado neste trabalho, ancora-se nos estudos culturais, buscando compreender essa questão mediante a construção das relações sociais e culturais. Buscamos entender o conceito de identidade, não numa perspectiva biológica do corpo, como identidade sexual, maternidade e outros; propomos a compreensão da identidade pautada numa cultura, numa história e num grupo lingüístico.

¹³ O colonialismo pode ser descrito como uma relação de poder desigual entre dois ou mais grupos na qual um não só controla e domina o outro como ainda tenta impor sua ordem cultural ao grupos dominado(s) (WRIGLEY, 1996, P. 72).

O surdo, junto com a sua comunidade lingüística, constrói sua identidade e sua cultura, como também sofre influência da comunidade ouvinte, visto que também estabelece relação e integração. Segundo Hall (2003), as identidades são plurais, múltiplas, que se transformam e que não são fixas, imóveis e estáticas ou permanentes, que podem ser até contraditórias e que não são algo pronto.

Quando se fala dessas mudanças e de diferentes identidades, estas são definidas a partir de novas bases políticas definidas pelos movimentos sociais. Segundo Hall (2003, p. 21),

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

Nesta perspectiva, podemos elucidar os estudos de Manuel Castells (2003, p. 24) quando define três formas de origens de construção de identidade: Identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes; identidade de resistência, caracterizada pela resistência devido as condições desvalorizadas e ou estigmatizadas, e a identidade de projeto “atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade”.

Considerando essa discussão, situamos a comunidade surda como esses atores sociais que buscam ao longo de sua história o direito de serem respeitados, daí sua bandeira de luta pautada na política da diferença.

Fica clara a dinamicidade que são as relações sociais e que constantemente sofremos influências no nosso dia a dia, fato marcante com o processo de globalização que, de acordo com Hall, não é um processo novo, “sua história coincide com a era da exploração e das conquistas européias e com a formação dos mercados capitalistas mundiais” (2003, p. 35 e 36). Para Woodward (2000, p. 21):

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidades. A homogeneização cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode

reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

O olhar da identidade e da diferença deve partir de um questionamento da relação de poder, problematizar os conceitos binários que são construídos (normal/anormal, surdo/ouvinte, inclusão/exclusão) em torno dos significados que são construídos socialmente, visto que são classificatórios e potencializam um sobre o outro.

Como exemplo, temos a situação do sujeito surdo que para ter inclusão social e escolar precisa falar oralmente, ser como o ouvinte “dito normal”, pois o outro é anormal, numa perspectiva de um corpo danificado, ou seja, “as identidades diferentes podem ser construída como “estranhas” ou “desviantes” (WOODWARD, 2000, p. 32).” Assim, é fundamental entender a perspectiva apresentada por Pardo (**apud** SILVA, 2000, p. 101):

Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” ou “deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)”, mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outridade que não é outra “relativamente a mim” ou “relativamente ao mesmo”, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade.

Respeitar a diferença é despir-se desses valores colonialistas e etnocêntricos, é permitir que esse outro seja pensado muito além do que as situações são apresentadas, como verdadeiro e correto, no sentido de buscarmos superação dessas realidades construídas.

É interessante mencionarmos os estudos de Perlin (2001) ao classificar as múltiplas identidades surdas.

Para a autora, Identidades surdas – ser surdo é estar no mundo espaço visual e desenvolver sua experiência na língua de sinais. Já as Identidades híbridas – são os surdos que nasceram ouvintes, e que com o tempo se tornaram surdos, ou

seja, terão presente as duas línguas numa dependência dos sinais e do pensamento na língua oral. No entanto, sua identificação será com a identidade surda.

A autora chama a atenção para as Identidades surdas Flutuantes – os surdos vivem e se manifestam a partir da hegemonia dos ouvintes. Perlin (2001, p. 65) enfatiza:

Esta identidade é interessante porque permite ver um surdo “consciente” ou não de ser surdo, porém vítima da ideologia ouvintista que segue determinando seu comportamento e aprendizagem.

Elucidaremos a experiência de Perlin para compreendermos melhor essa relação:

Isso não é fácil de ser entendido, surge a implicação entre ser surdo, depender de sinais, e o pensar em português, coisas bem diferentes que sempre estarão em choque. Assim, você sente que perdeu aquela parte de todos os ouvintes e você tem pelo meio a parte surda, você não é um, você é duas metades (2001, p. 64).

Com relação às identidades flutuantes temos sujeitos surdos que não se relacionam com a comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem com a comunidade surda por não saber a língua de sinais.

Identidade surda incompleta “é apresentada por aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista¹⁴ latente, que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante”, ou seja, apesar de ser surda só se comunica pela língua oral e não quer usar a língua de sinais mesmo em contato com outro surdo (PERLIN, 2001, p. 64).

É importante destacar o que Cuche (2002, p. 182) observa: “a identidade se faz no interior dos contextos sociais que determina a posição de agentes e por isso mesmo, orientam suas representações e escolha”. Assim, as identidades vão depender do nível de aproximação desse sujeito com a cultura surda, portanto marcará a identidade que irá assumir dentro da sociedade.

¹⁴ Ouvintismo é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente; do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais (SKLIAR, 1998, p. 15).

1.4.3 Uma olhar sobre a cultura

Sam Supalla, surdo, em seu contato com uma amiga de infância ouvinte, que morava num apartamento ao lado do seu. Sam nasceu numa “Família Surda”, com muitos irmãos surdos mais velhos que ele e, por isso, demorou a sentir a falta de amigos. Quando seu interesse saiu do mundo familiar, notou, no apartamento ao lado do seu, uma garotinha, cuja idade era mais ou menos a sua. Após algumas tentativas, se tornaram amigos, Ela era legal, mas era esquisita: ele não conseguia conversar com ela como conversava com seus pais e irmãos mais velhos. Ela tinha dificuldade em entender gestos elementares! Depois de tentativas frustradas de se comunicar, ele começou a apontar para o que queria ou, simplesmente, arrastava a amiga para onde ele queria ir. Ele imaginava como deveria ser ruim para a amiga não conseguir se comunicar, mas, uma vez que eles desenvolveram uma forma de interagir, ele estava contente em se acomodar às necessidades peculiares da amiga. Um dia, a mãe da menina aproximou-se e moveu seus lábios e, como mágica, a menina pegou sua casa de boneca e moveu-se para o outro lugar. Sam ficou estupefato e foi para sua casa perguntar a sua mãe sobre, exatamente, qual era o tipo de problema da vizinha. Sua mãe explicou que a amiga dele, bem como a mãe dela, eram ouvintes e, por isso, não sabiam sinais. Elas falavam, moviam os lábios para se comunicar com os outros. Sam perguntou se somente a amiga e sua mãe eram assim, e sua mãe lhe explicou que era sua família que era incomum e não a da amiga. As outras pessoas eram como sua amiga e a mãe. Sam não possuía a sensação de perda. Imerso no mundo de sua família, eram os vizinhos que tinham uma perda, uma desabilidade de comunicação (PERLMUTTER **apud** BRASIL, 2002, p. 37).

Esse relato evidencia a situação de uma pessoa que nasceu e cresceu dentro de uma família de surdos, portanto sua identidade é surda, como também sua cultura, tanto que considera estranha sua amiguinha ouvinte, por esta ter uma forma diferente de estabelecer comunicação. “Com certeza, os filhos surdos de pais surdos são abençoados com acesso prematuro aos modelos lingüísticos completos e a experiência cultural dos surdos transmitida através das gerações” (WRIGLEY, 1996, p. 108).

Sem confundir cultura e língua, sabemos que as duas mantêm estreitas relações. As pessoas bilíngües e que participam de duas culturas, conhecem bem o problema: certas coisas, que são expressas em uma língua, não têm equivalente na outra. Assinalar uma cultura é primeiramente assinalar a sua língua (WARNIER, 2000, p. 15).

De acordo com Skliar, quando falamos de cultura surda, emergem inúmeros questionamentos e rejeição desta idéia, fato decorrente da relação de poder, como já comentamos anteriormente. Geralmente são pessoas que apresentam uma visão “que nada há fora do seu normal, de sua própria referencia cultural, então entendem a cultura surda como anomalia, um desvio, uma irrelevância” (apud SÁ, 2002, p. 92).

Outra situação que podemos também mencionar é quanto ao olhar de uma cultura universal. Na verdade, a impossibilidade de ver o surdo com uma cultura diferente do ouvinte não permite que se percebam como estes estabelecem relação com o teatro, o brinquedo, a poesia visual, a literatura em língua de sinais, e a tecnologia que utilizam para atender suas necessidades, a piada, a forma de comunicação e outros.

Segundo Perlin, “a cultura surda, como diferença, se constitui numa atividade criadora, a um mundo da experiência visual e não auditiva” (2001, p. 56).

No entanto, essas diferenças não são respeitadas, são desconsideradas, pois não correspondem a um comportamento de normalidade definido por uma sociedade colonizadora, portanto o surdo ainda sofre uma violência silenciosa. Nesta perspectiva, Perlin (2004, p. 79) enfatiza que:

A violência contra a cultura surda foi marcada através da história. Constatamos, na história, eliminação vital dos surdos, a proibição da língua de sinais, a imposição do oralismo, a inclusão do surdo entre os deficientes, a inclusão dos surdos entre os ouvintes. Tudo isso tem se constituído em trucidamento da identidade surda, em suicídio provocado pela presença do modelo de identidade ouvinte, em condescendência à automutilação ou ciborguização dos surdos.

Mediante esse caminhar à luz de vários estudos teóricos, percebemos que as histórias das comunidades surdas registraram uma opressão direta de suas linguagens distintas e de sua identidade cultural e social. Considerando esses fatores, como este processo se apresenta no mundo do trabalho? É a discussão que estabeleceremos no segundo capítulo.

CAPÍTULO II

INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO, MEDIANTE AS EXIGÊNCIAS PRODUTIVAS ESTABELECIDAS EM CADA CONTEXTO HISTÓRICO

Para compreendermos como está ocorrendo a inserção do surdo no mercado de trabalho na cidade de Manaus, buscaremos contextualizar, neste capítulo, como o processo de trabalho vem se organizando na sociedade capitalista diante das principais mudanças ocorridas com a globalização e a configuração das políticas neoliberais, onde as competências e qualificação são as palavras de ordem no mundo da escola e do trabalho.

Abordaremos as principais políticas de inclusão em relação ao acesso ao mercado de trabalho e suas contradições em relação à materialização dos preceitos legais.

2.1 Configuração do modo de produção na sociedade capitalista

O trabalho é considerado uma categoria essencial de análise, pois é uma ação primordial para a construção de qualquer sociedade. Braverman (1974, p. 53) ressalta que “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é sim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”. Portanto, é um processo mutável e histórico, que ao longo do tempo vai assumindo dimensões muito variadas no seio de cada sociedade.

O trabalho ocorre com a materialização da ação do homem sobre a natureza, sendo para ambos um processo de mudanças e transformações. E esse agir se difere dos demais animais. Enquanto os animais agem de forma instintiva e produzem somente o que é necessário para sua sobrevivência, o homem usa sua habilidade mental e criativa para realizar determinada ação, visando à construção de um produto, além do necessário para sua sobrevivência, fato que será primordial para a configuração do sistema capitalista com a produção excedente.

O homem é capaz de elaborar intelectualmente determinado objeto e propor que outro materialize sua produção. Podemos considerar que essa divisão do trabalho intelectual e manual no modo de produção capitalista será um marco essencial para a degradação e alienação do homem em relação ao domínio do processo de produção, em contrapartida será essencial para a acumulação do capital. Nos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, Marx (1963, p. 220) ressalta que “a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação”.

Portanto, é no modo de produção capitalista que a categoria trabalho vai se delineando como uma forma particular de expropriação e alienação em relação ao sujeito trabalhador. Se antes o trabalhador (agricultor rural, o artesão) era dono dos meios de produção e de sua subsistência, o qual tinha o total controle, neste novo modo de produção esses fatores tornam-se mercadorias, inclusive o próprio homem, considerando que passa a vender sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência.

É claro que não poderemos deixar de mencionar a forma bárbara como essas pessoas foram levemente roubadas, pois o que favoreceu a ascensão do modo de produção foi a expulsão e a expropriação das terras dos produtores rurais que, sem meios de produção e subsistência, foram obrigados a vender sua força de trabalho aos novos donos das terras, como diria Marx (2003b, p. 829): “a expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”.

Outros fatores podem ser apontados nos três momentos em que ocorreram as principais mudanças no modo de produção e na relação de trabalho que, segundo Marx (2003a, p. 375), “a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade”.

O primeiro momento é o da cooperação que é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou processos de produção diferente, mas conexos” (Idem, 2003a, p. 378). A reunião de trabalhadores no mesmo espaço ocasionou a criação de uma força produtiva nova e conseqüentemente o aumento da produção. No entanto, o trabalhador ainda detém certo controle sobre o processo de trabalho.

O segundo momento é denominado de manufatura, que de acordo com Marx (2003a, p. 391), se origina em dois momentos:

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de um determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as, individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial.

Com esse parcelamento do processo de trabalho, o trabalhador vai perdendo esse domínio e, como consequência, há uma redução de tempo na sua qualificação, visto que só terá de realizar uma tarefa específica. Para o dono do capital, essas mudanças são favoráveis, pois aceleram o processo na produção, reduzem os gastos na aprendizagem e há uma dependência cada vez maior do trabalhador, por causa da mutilação do seu saber.

O terceiro momento ocorre com o surgimento da maquinaria, que é o meio para produzir mais-valia, pois o dono do capital começa a empregar nas fábricas máquinas que substituem um número elevado de trabalhadores que antes era necessário para realizar determinada tarefa, ocorre a redução do tempo de trabalho empregado e aumento na produção.

O surgimento da Grande Indústria é marcado pelo avanço das tecnologias e pelas ciências, proporcionando a criação de novas formas produtivas, mais adequadas às exigências da valorização do capital, e tudo isso ocorrerá em consequência da elevação da sua capacidade de gerar mais-valia por meio do aumento ao mesmo tempo da produtividade e da intensidade do trabalho.

Com o surgimento da maquinaria, as relações de trabalho e produção sofrem novas transformações para atender a essa nova configuração. Temos de início o modo de produção Taylorismo¹⁵ e posteriormente o Fordismo¹⁶ que se caracterizam pela incorporação dos cálculos dos movimentos e tempo, em um sistema mecânico de ritmo regular e ininterrupto, supõe a subordinação do trabalhador à máquina. Esses sistemas de produção, durante um longo período, atenderam às necessidades do mercado financeiro mediante a produção em massa, proporcionando o acúmulo de riqueza, onde o “dinamismo das economias propiciava quase o pleno emprego, ao lado de uma política de bem-estar social” (KOBEL, 2004, p. 13).

¹⁵ O Taylorismo consiste “no controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador” (NETO, 2003, p. 21), ou seja, procura-se adequar o homem ao ritmo da máquina, dessa forma produzirá mais em menor tempo, sem contar a robotização da atividade, visto que exercerá uma função repetitiva e monótona.

¹⁶ O Fordismo consiste em “fixar o trabalhador em um posto de trabalho. O objeto de trabalho é transportado sem a interferência do trabalho vivo” (NETO, 2003, p. 21), ou seja, o trabalhador é abastecido por uma esteira, sem precisar sair do seu lugar, situação vivenciada ainda nas linhas de montagens das fábricas.

No entanto, na década de 70 se estabelece uma crise no sistema capitalista de produção, com inúmeras greves com reivindicações dos trabalhadores, como a que ocorreu em Lordstown: “questionavam a disciplina fabril e o espaço produtivo organizado para potencializar cada vez mais a extração da mais-valia” (HELOANI, 1996, 84). Outros denunciavam a insegurança e a insalubridade nos locais de trabalho.

Outro fator que podemos mencionar foi a crise do petróleo, em 1973, pois leva o Japão e a Europa a sofrerem déficits comerciais. Em razão dessa crise econômica, “os poucos aumentos salariais são compensados pelo desemprego, que implicou redução de consumo”, ocasionando a superprodução e redução do acúmulo do capital, pois não havia retorno do investimento financeiro empregado (Idem, 85).

O Estado de Bem - Estar Social sofre severos ataques pois, segundo Kober, “era visto como ineficiente, paternalista e produtor do déficit público, é pressionado a implantar medidas de contenção de gastos e políticas de austeridade”; devido esse novo papel o Estado passa a denominar-se Estado mínimo, e será usado como mecanismo para a superação da crise do capital (2004, p. 15). A respeito dessas crises, Harvey (1996, p. 140) salienta que:

Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram conturbados períodos de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências pode representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Essas medidas trarão inúmeras mudanças juntamente com o avanço da tecnologia e o acesso à comunicação, pois as produções passam a ser construídas mediante a necessidade do mercado, ocasionando uma produção flexível, visando o aumento da produtividade, redução de custo e o aumento do capital.

2.2 Crise do sistema capitalista e a estruturação do Toyotismo como uma nova lógica no modo de produção

Para responder à crise econômica estrutural que se degradou na década de 70, temos o surgimento do Toyotismo, um novo regime de produção centrado na flexibilidade, que, segundo Alves (2001, p. 181) vem ser “a ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital”.¹⁷

¹⁷ Com a mundialização, não há tempo e espaço o rompimento das barreiras territoriais do encolhimento do espaço, ou seja, cada vez mais o domínio financeiro e a comercialização se tornam mais rápida, considerando também os avanços tecnológicos.

O Toyotismo teve sua origem no Japão nos espaços das fábricas, tendo destaque na concorrência internacional, chamando a atenção das principais potências econômicas, visto que “a competência e a competitividade determinaram-se a partir da capacidade para satisfazer rapidamente pedidos pequenos e variados” (OLIVEIRA, 2000, p. 29).

Outra característica a ser destacada como principal é o domínio da subjetividade do trabalhador em prol da acumulação do capital, mediante diferentes mecanismos de controles¹⁸ ocultados e internalizados pela classe trabalhadora.

Para maior entendimento, Alves (2001, p. 42) nos apresenta as principais características desse modelo de produção, que vem dar impulso à saída da crise do sistema capitalista que se instalou na década de 70, como elucidamos anteriormente:

Produção muito vinculada à demanda; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções; ela é variada e bastante heterogênea; tem como princípio o **just in time**, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção segundo o sistema **kanban**, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produtivo no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela; a falácia da “qualidade total” passa a ter papel de relevo no processo produtivo.

Esse novo modo de produção contribuiu para o aumento das produções e, conseqüentemente, atendeu às novas exigências do mercado, porém acentuou-se a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, com o serviço terceirizado. Daí surge o conceito de empregabilidade¹⁹ e a necessidade de o trabalhador adaptar-se a esse novo modelo de produção, com perdas gravíssimas em relação a sua seguridade.

Além dessas características apresentadas, as empresas devem se adaptar a essa nova organização do trabalho exigindo nova postura de seus trabalhadores que segundo, Heloani, caracteriza-se (Idem, 96 e 97) por:

¹⁸ Esses mecanismos estão relacionados aos ganhos que o trabalhador tem ao produzir mais, é um ser participante e colaborador com a empresa, não é um simples trabalhador. Inclusive com premiações e destaques mediante sua ação produtiva, daí os programas 5S, GQT (Gestão de qualidade Total) e outrem. Outro ponto a ser mencionado é a internalização da culpa de não ter acesso ao emprego, por causa da ausência da competência desse sujeito.

¹⁹ Neste contexto, o mercado exige do trabalhador um novo perfil de mercadoria, ou seja, uma força de trabalho que seja capaz de se adaptar à flexibilidade, ou seja, às mudanças constantes, inclusive à rotatividade de emprego, considerando que cada vez mais o estabelecimento do emprego toma-se temporário. Daí o surgimento do conceito de empregabilidade.

Desenvolver a "iniciativa", a "atividade cognitiva," "a capacidade de raciocínio lógico" e o "potencial de criação para possibilitar respostas imediatas por parte de seus funcionários." Para manter a confiabilidade sobre as decisões delegadas, essa empresa deve organizar mecanismos de controle indiretos sobre atuação dos indivíduos. Por esse motivo, ao lado da autonomia concedida, a organização constrói situações que levam os indivíduos a assimilar as regras de funcionamento da companhia, a incorporarem-nas como elemento de sua percepção e, por último, a reordenagem até a sua subjetividade para garantir a persistência dessas regras.

Com essas novas exigências no mundo do trabalho, surge a noção de competência, pois não basta somente os saberes tácitos e uma qualificação específica comprovada pelo diploma. Neste contexto, não é mais suficiente saber fazer, são necessárias outras características no trabalhador, tais como: o saber ser, que perpassam pelos aspectos psicológicos, emocionais e cognitivos do sujeito trabalhador.

2.3 Qualificação e competência: configurando as novas exigências no mundo do trabalho

Para atender à nova organização do trabalho, que tem como princípio a flexibilidade, os trabalhadores deverão ser capazes de adaptarem-se²⁰ às transformações que são cada vez mais rápidas, inclusive mudar de posto ou atividade. "A polivalência e as máquinas integradas necessitam de atores autônomos, capazes de se adaptar a situações novas, de criar condições necessárias para uma máxima eficácia" (GUGUÈ, 2004, p. 25 e 26).

Em relação a essa questão, Mourão (2002, p. 12) aponta:

Refletindo a nova organização, as relações de trabalho se modificam. As equipes constituem uma metamorfose das relações anteriores, embora a situação se apresente diferentemente de acordo com cada empresa, sendo muito difícil generalizar as experiências. No entanto, pode-se dizer que quando o processo de automação se intensifica, exige uma forma de organização centrada no trabalho coletivo que altera a estrutura da equipe de trabalho. Verifica-se uma reclassificação dos postos de trabalho, uma

²⁰ A esse respeito da polivalência, Alves ressalta "não quer dizer que eles tenham se convertido em operários qualificados, mas representam, como salientou Anglieta, "o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto" (ANGLIETA, 1978, p. 106 **apud** ALVES, 2001, p. 99).

diversificação do papel da manutenção, uma tendência à superação do trabalho em cadeia, uma reorganização das seqüências de trabalho e uma transformação das equipes.

Essas novas exigências deflagram a discussão em torno do conceito de qualificação e noção de competência que, de acordo com Roche (2004, p. 39):

O deslocamento da qualificação para a competência se explicaria não somente pelas mudanças dos conteúdos à atividade, mas também por uma perda de referências na definição nos postos de trabalho, em sua classificação e na remuneração que lhes corresponde.

A qualificação esteve associada ao posto de trabalho, onde o “indivíduo era considerado qualificado quando possuía o conjunto de habilidades que permitia o desempenho da tarefa ligada ao posto de trabalho” (KOBBER, 2004, p. 27).

Nesta perspectiva, temos a valorização da experiência do trabalhador, ou seja, o conhecimento tácito; no entanto, com a nova lógica do modo de produção, é necessário o perfil de um novo trabalhador, sendo valorizado o “saber fazer” e o “saber ser”. Temos agora não só domínio da força física do trabalhador, mas também seu domínio psicológico, emocional e cognitivo, ou como enfatiza Alves (1999, p. 147): “a captura da consciência afetiva-intelectual do trabalho vivo”.

Para compreendermos essa discussão, buscaremos a análise na sociologia do trabalho, pois dispomos de estudiosos como Friedmann, Naville, Schwartzam, entre outros. Buscaremos fundamentar o conceito de qualificação numa perspectiva de construção histórica, estando esta relacionada ao processo do trabalho.

Com relação a essa discussão, Mourão (1996, p. 27) em seu estudo elucida que Friedmann “considera o trabalho como condição necessária para o homem viver em sociedade”. Friedmann fala de habilidade profissional e não o termo qualificação. Essas habilidades vão sofrendo modificações mediante as exigências do modo de produção.

Para compreensão dessa habilidade profissional, Friedmann utiliza um esquema trifásico, no qual explicita em cada fase o que era exigido do trabalhador para que pudesse desenvolver suas atividades e o tempo necessário de formação:

Artesanato exigia um intenso período de aprendizagem do ofício, o que exigiria maior qualificação, considerando necessário o domínio do processo de trabalho e o domínio da elaboração final do produto.

Manufatura, onde ocorre o parcelamento do trabalho e conseqüentemente sua desqualificação.

Automação, duas teses se destacam: a elevação crescente da qualificação (profissional)²¹ e a tese da desqualificação (especializado) (MOURÃO, 1996, p. 29).

Considerando os estudos de Friedmann, percebemos que a qualificação vai sofrendo mudanças, isto dependerá do que será exigido do trabalhador em cada contexto social.

Naville aponta que a técnica e a ciência vão sofrendo mudanças e transformações, mediante a relação homem natureza. Em sua análise sobre o avanço tecnológico, Mourão ressalta que Naville considera que (MOURÃO, 1996, p. 95): “à medida que há o desenvolvimento da máquina, há uma redução no papel do operário no processo do trabalho e, conseqüentemente, modificações das relações na fábrica, visto que o trabalho perde o seu sentido global”.

Naville destaca o parcelamento e a fragmentação do domínio do processo de produção, na medida em que ocorre o avanço da tecnologia temos a alteração no tempo de qualificação do trabalhador.

Forté considera que a qualificação passa por três fases: o determinismo tecnológico; o determinismo societal e o princípio da eficiência.

De acordo com Ramos (2001), essas etapas definidas por Forté complementam o esquema de Schwartz que aponta três dimensões:

A dimensão conceitual consiste na função do registro de conceitos teóricos formalizados e, então, dos processos de formação, associando-a ao valor dos diplomas.

A dimensão social coloca a qualificação no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e o reconhecimento social dessas atividades, remetendo-a às grades de classificação coletivas.

²¹ Trabalhador profissional é aquele que tem, de alguma forma, o controle de seu trabalho e não executa tarefas rotineiras e monótonas. Trabalhador especializado é aquele que executa trabalho parcelar, segmentado e rotineiro (MOURÃO, 1996, p. 36).

A dimensão experimental remete ao conteúdo das atividades concretas aos saberes e ao saber-fazer.

Considerando os estudos de Ramos (2001), que analisa o conceito de qualificação numa perspectiva dialética e aponta como um processo de atualização e construção histórica, portanto não pondera que a noção de competência substitua ou atualize o conceito de qualificação.

A autora fundamenta seus estudos nas três dimensões elaboradas por Schwartz, pois o conceito de qualificação abrange a dimensão conceitual, social e experimental e não desconsidera sua interligação, como acontece na noção de competência que não considera a dimensão social.

Outra questão que não podemos deixar de elucidar são as características individuais defendidas pela noção de competência que “tende a despolitizar as relações sociais, ao passo que na qualificação esta valoriza as relações tecidas entre os trabalhadores e entre esses e as gerências”, portanto assume um caráter político (RAMOS, 2001, p. 159).

“A marca cartorial observada na relação entre educação, emprego e prestígio social, provavelmente construiu um arco de proteção à qualificação na sua dimensão conceitual que parece pouco ameaçada pela noção de competência”, ou seja, os valores do diploma e da certificação continuam tendo suas exigências para o acesso ao mercado de trabalho (RAMOS, 2001, p. 157).

A convergência maior dessas dimensões entre qualificação e competência é o experimental, que consiste na materialização do conhecimento do trabalhador “saber fazer”.

2.4 Reestruturação produtiva: uma sociedade desigual

As narrativas surdas constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos. O problema histórico do povo surdo subsiste. O que é crucial para o ouvinte é simplesmente transformar essa noção de que há uma única cultura e aventurar-se pelo espaço do que significa viver no

diferente, noutra cultura, do que significa a existência de uma fronteira de diferença cultural e o ser portador de outras linguagens, de outras culturas (PERLIN, 2004, p. 80).

Como resultado dessa nova lógica de produção, temos a configuração de uma sociedade cada vez mais excludente e desigual. Como assinala Alves (2001, p. 138 e 139), “contingentes de novos excluídos sociais-desempregados estruturais ou subproletários tardios tornam-se parentes entre jovens. Este novo (e precário) mundo do trabalho”.

Na verdade, essa exclusão ocorre em várias instancias da sociedade, afinal vivemos em um sistema de produção econômico que para progredir necessita produzir e acumular riquezas e para que isso ocorra terá sempre que tirar do outro, fato que verificamos em seu processo histórico de construção. Assim, podemos associá-lo a uma erva daninha que para sobreviver absorve toda a energia de seu hospedeiro.

Como exemplo, temos as grandes potências econômicas que retiram dos países periféricos suas riquezas naturais, ditam normas e regras mediante ações de instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, quando há resistência, acabam sofrendo algum tipo de represália.

Em relação ao trabalho frente às diversas mudanças estruturais Alves (2001, p. 143) ressalta que:

Ocorre uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários “polivalentes”, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores. Temos, portanto, a tendência de constituição de um mercado de trabalho “dual”, adequada à lógica do toyotismo.

Temos claramente definido a divisão dentro do espaço de trabalho, os trabalhadores que apenas executam determinada função em seus postos de trabalho e os intelectuais que projetam para que os primeiros possam somente efetivar as ações. Nessa dualidade de qualificação há também as diferenças de salários que se diferenciam mediante as funções e cargos ocupados, como também a rotatividade pelos subproletariados.

Considerando a forma como o sistema político, social, cultural e econômico vem se estabelecendo, sustenta a constituição de uma sociedade onde a “normalização da exclusão começa a acontecer quando descobrimos que, no final das contas, em uma boa parte do mundo há mais excluídos do que incluídos” (GENTILI, 2003, p. 31).

Em relação a essa questão, Robert Castel (1997, p. 5) assinala que:

A exclusão vem se impondo pouco a pouco como um mot-valise para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. são excluídos.

O autor faz uma crítica em relação ao uso impreciso do termo exclusão, pois a tendência é ver os sintomas: o desempregado, o sem-teto, o analfabeto, a condição do sujeito, pessoas com necessidades especiais, no entanto não se verifica a causa. Como nos alerta Robert Castel (1997, p. 19), “falar em termos de exclusão é rotular uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”.

Nesta perspectiva, abordaremos algumas formas de exclusão denominadas por Robert Castel (1997).

A primeira denominada a “Supressão Completa da Comunidade,” que se caracteriza por extermínio de um grupo social. Como ocorreu com ação dos nazistas,²² Leis Eugênicas e outras.

A segunda, “Reclusão e Confinamento,” caracteriza-se pelo isolamento das pessoas em espaços fechados e isolados da comunidade, como as prisões, asilos, guetos, instituições onde ficavam as pessoas que apresentavam alguma necessidade especial, loucos e idosos.

Na terceira usaremos a denominação utilizada por Gentili (2003, p. 33). Segregar incluindo “significa que determinados indivíduos estão dotados das condições necessárias para conviver com os incluídos, só que com uma condição inferiorizada, subalterna”. Podemos denominar nessas características as minorias sociais em nossa sociedade ou usando a denominação de Robert Castel: uma categoria de subcidadãos.

A exclusão não é nem arbitrária nem acidental. Emanada de uma ordem de razões proclamadas. Ousar-se-ia dizer que ela é “justificada”, se entendemos por isso que repousa sobre julgamentos e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida (CASTEL, 1997, p. 39).

²² O século 19 foi marcado por uma época de forte discriminação em relação aos portadores de deficiência com o movimento eugenista, que defendia a reprodução de pessoas bem - dotadas e visivelmente perfeitas, com a finalidade de proibir a reprodução de pessoas portadoras de deficiência (LOPES, 2005, p. 17).

Temos claro que os fatos não ocorrem de forma transparente e ingênua, por trás existem interesses ocultos, inclusive legitimidade, daí a necessidade de um olhar dialético para ver o todo para poder conhecer as partes. Caso contrário, não será possível tal compreensão. Kosik (2002, p. 31) a esse respeito enfatiza que:

Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado.

Tendo esse foco de análise é necessário para percebermos as diversas formas de exclusão, vamos retornar à terceira, denominada segregar incluindo, fazendo uma relação com o acesso e oportunidades ao mercado de trabalho das pessoas surdas, no terceiro capítulo deste estudo.

2.5 Escolarização: Garantia de acesso ao Trabalho?

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferente quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produz, alimente ou reproduza as desigualdades (BOAVENTURA SANTOS, 1999, p. 62).

O acesso ao nível elevado de educação é considerado como uma condição necessária para a inserção no mercado de trabalho, competência e qualificação são as palavras de ordem neste mundo de constante contradição. No entanto, muitas pesquisas e situações elucidadas nos noticiários nos revelam que não é garantia para se conseguir ou permanecer no emprego.

Segundo Kober (2004, p. 10):

Pode-se dizer que esse consenso ideológico se dá por meio da aglutinação da relação educação-emprego em torno da noção de empregabilidade: quanto melhor sua escolaridade, mais empregável é o sujeito. Noção esta que transfere para o indivíduo total responsabilidade sobre sua educação e qualificação e conseqüente possibilidade de permanecer no emprego.

Como podemos perceber, são ideologias que passam a ser internalizadas pelo jovem, ou pelo próprio trabalhador que já disputam um espaço no mercado de trabalho. Quando não conseguem acesso ao trabalho assumem a culpa como sendo incapazes, por não terem um elevado nível de escolarização ou por não serem qualificados para competir no mundo do trabalho. O fato de ter um nível de escolarização somente garante a sua empregabilidade, visto que temos um contingente de trabalhadores com nível elevado de escolaridade, mas numa situação de baixo salário ou realizando atividades diferentes de sua formação. Acreditamos que a competência será no sentido de conseguir acompanhar esse processo de mutação no mundo do trabalho.

Em relação à pessoa surda, elucidamos no primeiro capítulo a trajetória educacional, a qual foi marcada por preconceito, discriminação, imposição e exclusão. Quando mencionamos o termo imposição, nos reportamos à forma como historicamente essa educação foi sendo constituída, pois “sob o empenho de fazer as pessoas surdas falarem, está o processo de disciplinação, de sanção e de poder empregados sobre elas, bem como a garantia de sua diferença – cada vez mais próximas de nós - ouvintes/normais” (LOPES, 2004, p. 41).

Como nos diz Robert Castel: “a exclusão não é arbitrária nem acidental, há uma legitimidade e, nessa questão, está um padrão de normalidade de homem. Ser normal é quem se comunica usando a fala oral”.

A dificuldade de o surdo ter alcance social em várias instâncias da sociedade não é uma realidade específica da cidade de Manaus, no entanto, são barreiras que o surdo ainda encontra, apesar de não negarmos os avanços que estão sendo alcançados.

A questão do baixo nível de escolaridade é um obstáculo na vida do surdo, principalmente em relação ao acesso ao mercado de trabalho, atualmente o mínimo de escolaridade exigido por uma empresa é o Ensino Médio completo.

Em razão da obrigatoriedade da lei, que estabelece que a empresa deva ter em seu quadro funcional, dependendo do número de empregados, um percentual de trabalhadores que apresentem necessidades especiais, temos uma “flexibilidade”²³ das empresas em relação ao nível de escolaridade exigida. Considerando que em relação ao surdo, como mencionamos anteriormente, o nível de escolaridade da maioria ainda é baixo.

Estamos nos reportando especificamente para empresas, por ser o local de trabalho da pesquisa e também onde encontraremos a maioria dos surdos trabalhadores.²⁴ Constatamos, mediante levantamento de dados numa escola específica para surdo, que quase todos os alunos que estão no mercado de trabalho se encontram em empresas do Distrito Industrial de Manaus. É evidente que encontramos muitos trabalhadores surdos que estão fora do mercado de trabalho; em suas falas registramos “não sei ler, não entendo as palavras, preciso aprender, não sei português, é muito difícil, na empresa tem prova escrita”.

Em relação às empresas, muitas argumentam que os surdos têm baixo nível de escolaridade, não têm formação profissional, dificuldades principalmente em relação à comunicação e outrem. Em uma reportagem, Sylvia Cury (2005), superintendente da Avape (Associação para a Valorização de Promoção dos Excepcionais), ressalta: “Enfatizamos o que ele pode fazer. Da forma como a inclusão acontece hoje, ela mesma é exclusiva. As empresas não contratam porque querem cegos que enxerguem e surdos que ouçam”.

Nas empresas encontramos arraigado o discurso da ausência de qualificação das pessoas com necessidades especiais, será que as empresas não poderiam valorizar as potencialidades, o que as pessoas poderiam desenvolver nas organizações? No entanto, essas representações e as relações de poder que permeiam nossa sociedade são ainda determinantes em nossas práticas sociais como o normal/anormal, qualificado/desqualificado, capaz/incapaz, inclusão/exclusão e assim vão construindo essas percepções nas práticas sociais.

²³ Destacamos a palavra flexibilidade por se tratar do acesso das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho uma obrigatoriedade legal, inclusive o não - cumprimento implica sanções legais como multas.

²⁴ Dado emitido pela Asmam e Feneis.

Para demonstrar quanto essas situações fazem parte do nosso cotidiano, vamos citar o relato de Emerson Ganas, 34 anos, atual presidente do Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, que tem formação mista de secretarias estaduais e organizações civis – a chegada da cadeira de rodas, após um acidente de moto a caminho do trabalho, resultou no seu afastamento da companhia (bin/bibliot/arquivo.cgi?=fsp2005& bannersarqfolha):

O curioso é que eu era desenhista, não fazia diferença estar em pé ou numa cadeira de rodas. Mas a empresa achou complicado e me aposentei por invalidez aos 19 anos. Depois dei baixa na aposentadoria e voltei para o mercado. Mas é difícil se encaixar porque só oferecem ao portador de deficiência vagas de digitador. Não é minha praia.

Como constatamos, o nível de escolaridade é o grande nó no histórico profissional das pessoas com necessidades especiais. No caso dos deficientes físicos e visuais, a dificuldade de locomoção é a primeira barreira, inclusive em uma das fábricas pesquisadas tivemos esta percepção, pois não existe cego na empresa por não poderem desenvolver nenhuma atividade na fábrica, segundo informações obtidas durante a pesquisa.

Quanto ao surdo, nos deparamos com a baixa escolaridade e a questão da comunicação que se torna também um entrave e, diríamos até, motivo de resistência das empresas em contratá-los.

Segundo Klein (2004), diante de inúmeras barreiras, os movimentos surdos tentam se mobilizar no sentido de romper as barreiras que impedem esses trabalhadores de terem acesso ao mundo do trabalho, apontaremos algumas questões que foram destacadas na I e II Conferências Estaduais dos Direitos Humanos dos Surdos, realizadas em Porto Alegre nos anos de 1999 e 2000.

Proposta do GT: Trabalho:

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

1 – Assegurar às crianças, adolescentes e adultos surdos educação em todos os níveis, como pressuposto a uma capacitação profissional. Possibilitar o ensino noturno para que os surdos possam ingressar no mercado de trabalho.

2 – Garantir a participação das entidades representativas e organizadas dos surdos na utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tanto na organização quanto na realização de cursos de capacitação profissional. Que tais recursos respeitem as capacidades das pessoas surdas e que sejam de qualidade e real qualificação.

OPORTUNIDADE DE TRABALHO

1 – Lutar pela extinção de listas de profissão para surdos que acabam atribuindo-lhes incapacidades para certos cargos e limitando-lhes oportunidades de emprego.

2 – Promover junto à sociedade em geral, e aos empresários em particular, campanha de esclarecimento sobre a situação dos surdos trabalhadores, no sentido de expandir suas oportunidades de emprego.

CONCURSOS PÚBLICOS

1– Garantir o cumprimento da Lei de Reservas de Mercado (10%) em todas as instâncias, procurando respeitar proporcionalidade entre as deficiências. Que os Editais dos Concursos Públicos sejam claros na especificação e comprovação por parte do candidato surdo.

2 – Assegurar o direito da presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no decorrer dos Concursos Públicos.

NO LOCAL DE TRABALHO

1 – Incentivar, nos locais de trabalho, a organização de Cursos de Sinais, com regularidade.

2 – Que seja respeitada a qualificação do surdo trabalhador nas funções a ele designadas (p. ex: surdo contratado como programador, que realmente exerça sua função, e não seja desviado para a função de digitador, e ali permaneça indefinidamente).

3 – Que aos surdos trabalhadores seja garantida a ascensão funcional e o acesso aos cursos internos de qualificação e requalificação profissional com a presença de Intérprete de LIBRAS.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1 – Estimular e apoiar as diferentes formas de organização de grupos de surdos trabalhadores, por exemplo, formação de cooperativas: microempresas e associações de artesãos (KLEIN, 2004, p. 94 e 95).

Reportando-nos a Perlin (2004), o surdo ainda é violentamente silenciado, pois o que está sendo apontado como reivindicação ainda está distante das práticas sociais, considerando que o acesso ainda permanece negado, principalmente em relação a sua inserção no mercado de trabalho.

2.6 Escolarização do Surdo e sua Perspectiva de Inclusão no Mercado de Trabalho

Como vem ocorrendo a implementação das políticas públicas em relação ao acesso educacional?

No período colonial, não havia políticas públicas que visassem o atendimento das pessoas com necessidades especiais, ficando a cargo da família zelar pela educação dos seus filhos, ou excluí-los do convívio social, prática freqüente em virtude da vergonha e do preconceito.

De acordo com estudos realizados pelas Anache (1994, p. 15), no Brasil a educação das pessoas com necessidades especiais deveria ter seu início no século 18 com o “projeto de lei apresentado pelo Deputado Federal Cornélio Ferreira França à Assembléia em 1835, que tinha como objetivo oferecer ensino das primeiras letras para cegos e surdos-mudos, na capital do Império e nas capitais das províncias”. A proposta, porém, foi desconsiderada, sendo arquivada.

Os surdos passaram a receber atendimento escolar em 1855, no entanto consistia em uma instrução elementar e iniciação técnica. Em 1957, com diversas campanhas, inclusive a Campanha Nacional de Educação do Surdo Brasileiro – Cesb, que objetivavam a ampliação dos atendimentos educacionais em todo o território brasileiro e forneceria subsídios técnicos e financeiros para entidades públicas e privadas que tratassem da questão, bem como incentivar a organização de cursos especiais e entidades educacionais (ANACHE, 1994).

Com a Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024/61, o Estado passou a garantir a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, integrando-as no ensino regular e assegurou apoio financeiro às instituições particulares no atendimento educacional.

No entanto, esse processo de integração não aconteceu, pois o atendimento permaneceu sob o encargo das instituições particulares, ou seja, o Estado continuou transferindo suas responsabilidades. Na Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024/61 temos:

Art 88 – A Educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na sociedade.

Art.89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação dos excepcionais, receberá poderes públicos, tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções.

É importante elucidar que os surdos estavam amparados pelos referidos artigos, considerando que todas as pessoas que necessitavam de um atendimento especializado eram consideradas pela etiologia de “Excepcional”. Sendo interessante analisarmos que uma pessoa é considerada deficiente, excepcional, diferente e outros, a partir de um padrão de normalidade estabelecido em cada momento histórico, ou seja, os conceitos e denominações sofrem alterações, mas não as atitudes e ações das pessoas na sociedade.

Na Lei de Diretrizes e Bases n.º 5.692/71, cujo objetivo fundamental é o ensino profissionalizante, pois visa favorecer a economia nacional daí a necessidade de qualificar o trabalhador. Verifica-se nesta nova diretriz um avanço em relação à de n.º 4.024/61, na medida em que existem ganhos e avanços em relação ao direito do atendimento educacional.

No que tange à Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 208 atribui o Estado o dever de oferecer: III - Atendimento educacional especializado a portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com a Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96, em seu Art. 58 enfatiza o que explicita a Constituição, no seu Art. 208, inclusive definindo com mais propriedade o atendimento da pessoa com necessidades especiais.

De acordo com a análise de Anache (1994), a Educação de um modo geral sempre foi estruturada para atender a ordem socioeconômica vigente do país, tanto que as primeiras preocupações em relação as pessoas com necessidades

educacionais especiais ocorreram no Brasil Império em 1835, cujo modelo econômico predominante era o agrário-exportador.

Nesta época, não era necessária mão – de - obra especializada, visto que as tarefas consistiam em colher, plantar, uma vez que a lavoura ainda não era mecanizada, portanto as pessoas com necessidades especiais poderiam adequar-se facilmente às atividades econômica da época, ou seja, a monocultura latifundiária na qual exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho.

O Ensino Especial tem como finalidade e objetivos fundamentais inserir as pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho. Se formos reportar ao primeiro atendimento educacional do surdo no Brasil, este se caracterizou como estabelecimento educacional voltado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos” com idade entre 7 a 14 anos, como vimos na citação de Mazzota anteriormente.

No entanto, essa inserção predomina uma mão-de-obra de baixo custo, não qualificada e sendo treinada para execução de tarefas simples, sem contar que serve de retenção dos alunos sob justificativas de insucesso, uma vez que, como já sabemos, o mercado de trabalho é incapaz de absorver a todos. Diante deste quadro percebemos que na sociedade industrial o homem é levado a pensar que o fato de não ter ascensão social é culpa e responsabilidade de si mesmo, na verdade somos absorvidos pelas ideologias que circulam no meio da sociedade, para que haja a ocultação das desigualdades que acontecem, as quais são frutos de um processo econômico, se expandindo na medida em que explora e detém todo o poder econômico, o qual é centralizado nas mãos de uma minoria.

Sacristán (2001, p. 31), à luz de seus estudos, nos aponta:

A carência de trabalho para os jovens nas sociedades mais desenvolvidas estende essa função por meio de uma escolaridade cada vez mais prolongada, que faz dela mesma um espaço conflitivo e de retenção da inserção no mundo, contraditório com outras de suas funções, pois retêm em uma situação de “vigilância” indivíduos, em realidade, adultos.

Considerando a citação de Sacristán, acompanhamos um dos mecanismos usados pelas sociedades capitalistas como forma de retenção do jovem o maior tempo possível nas escolas, como forma de retardar seu ingresso para o mundo do trabalho.

De acordo com Sacristán, “A inserção que a educação precisa realizar deverá acontecer em um mundo globalizado, onde o local está sempre mediatizado pelo que é externo ao que nos rodeia” (2001, p. 29).

E uma das acepções que predominam em nossa sociedade na inserção no mundo é a preparação para o trabalho. Sacristán (2001) nos aponta elucidando que a escola torna-se obrigatória quando as crianças não são mais necessárias nas atividades produtivas, em razão dos avanços tecnológicos que passou a dispensar a referida mão-de-obra, outra questão é que estas não deixam de ser preparadas para o mundo do trabalho que agora se torna mais complexa e essa preparação dar-se-á na escola por meio de conteúdos e métodos.

Segundo Frigoto (2004), o mundo do trabalho está dentro da escola, cria uma base social que o professor não pode esquecer, portanto é necessário refletir o que a escola está fazendo.

2.7 Aspectos Legais: Direito ao trabalho garantia assegurada para o processo de inclusão, porém uma situação contraditória

Um marco importante que desencadeou uma preocupação internacional com as pessoas com necessidades especiais ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, pois como resultado obteve-se um número elevado de pessoas mutiladas.

Esses grupos começaram a se mobilizar exigindo o direito de serem incluídos, onde surgem nos países da Europa e nos Estados Unidos organizações e entidades em defesa dos direitos dessas pessoas.

Considerando as ações internacionais, temos publicado em 1955, pela OIT, o primeiro texto abordando o direito ao trabalho das pessoas com necessidades especiais. Neste mesmo ano deu-se também a publicação da Recomendação n.º 99/1955 sobre adaptação e a readaptação dos profissionais portadores de deficiência. E posteriormente a Convenção n.º 111, em 1958, que trata, de forma mais abrangente, da não discriminação no emprego e na profissão (LOPES, 2005, p. 24).

Essas recomendações são importantes, visto que foram tratadas por vários Estados membros, inclusive o Brasil, portanto serão adaptadas e implementadas em nossas leis e decretos.

A Recomendação n.º 99/1955, segundo Lopes (idem), “considera que a adaptação dos portadores de deficiência ao mercado de trabalho é um poderoso instrumento de reintegração destas pessoas e, conseqüentemente, na diminuição de suas incapacidades”.

Com esta recomendação, temos a garantia do direito ao acesso ao trabalho, mediante adaptação dos espaços, adaptação profissional de acordo com suas possibilidades, formação profissional, cadastros, incentiva a criação de cotas e outrem.

A Convenção n.º 111/1958 aborda a discriminação no emprego e na profissão. Esta tem como base a Declaração de Filadélfia, que afirma “que todos os seres humanos, seja qual for a raça, credo ou sexo, têm o direito ao progresso material e desenvolvimento espiritual em liberdade e dignidade, segurança econômica e com oportunidades iguais”, e nos direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem que coíbem a discriminação.

Art. 3.º – ao Estados membros: “a- esforçar-se para obter a colaboração das organizações de empregadores e trabalhadores e outros organismos apropriados, com o fim de favorecer aceitação desta política; b – promulgar leis e encorajar programas de educação próprios a assegurar esta aceitação e esta aplicação; c – revogar todas as disposições legislativas e modificar todas as disposições ou práticas administrativas que sejam incompatíveis com a referida política; d – seguir a referida política no que diz respeito a empregos dependentes de controle direto de uma autoridade nacional; e – assegurar aplicação de referida política nas atividades dos serviços de orientação profissional e colocação dependentes de controle de uma autoridade nacional; f – indicar, nos seus relatórios anuais sobre a aplicação da Convenção, as medidas tomadas em conformidade com esta política e os resultados obtidos” (LOPES, 2005, p. 28).

Essas recomendações foram fundamentais para garantir que as pessoas com necessidades especiais tivessem direito de acesso ao mercado de trabalho. Daí a citação dessas reivindicações em nossas leis, decretos e resoluções.

Na Constituição Federal de 1988 temos em seus dispositivos legais não mais um enfoque centralizado em um modelo assistencialista, mas sim um enfoque à integração social dessa minoria em relação ao acesso à educação, saúde, transporte, ao mercado de trabalho e outrem.

A Lei n.º 7.853, de 1989, oficializada após a promulgação da Constituição Federal, garante aos portadores de deficiência o pleno exercício dos direitos à

educação, saúde, trabalho, lazer e previdência social e pune com reclusão de um a quatro anos quem recusar a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino ou negar trabalho por motivo derivado da deficiência.

Finalmente, a Lei n.º 8.213/07/1991 destaca em seu preceito legal o que garante a Constituição Federal em seu Artigo 37, inciso VIII.²⁵ A referida lei destaca em seu Artigo 93 que:

Um certo número de postos de trabalho nos empregos públicos deve ser ocupado por portadores de deficiência e, para a iniciativa privada, estabelece que empresas com 100 a 200 empregados reservem 2% de suas vagas para portadores de deficiência; de 201 a 500 empregados, 3%; de 501 a 1.001,5%.

É importante destacar que a lei passa a garantir o acesso ao trabalho das pessoas com necessidades especiais nas grandes empresas como pudemos constatar, porém isenta as empresas de pequeno porte, não tendo de acordo com os preceitos legais a mesma obrigatoriedade.

Enfim, temos sancionado o Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n.º 7.853/10/89. Este no seu Art. 36 dispõe:

A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I – Até duzentos empregados, dois por cento;
- II – De duzentos e uma a quinhentos empregados, três por cento;
- III – De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou
- IV – Mais de mil empregados, cinco por cento;

§ 5º compete ao ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no caput deste artigo.

²⁵ A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão (CONSTITUIÇÃO, 2006, p. 42)

Para que esses documentos legais sejam atendidos, temos em vigor a Portaria n.º 1.199/2003, que aprova normas para a imposição de multa administrativa variável, prevista no Art. 133 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, pela infração no Art. 93 da mesma lei, que determina “às empresas o preenchimento de cargos com pessoas portadoras de deficiência ou beneficiários reabilitados”.

Com relação a aplicabilidades dos preceitos legais, os cálculos da multa efetivada correspondem a seguinte proporção:

I – para empresas com cem a duzentos empregados, multiplicar-se-á o número de trabalhadores portadores de deficiência ou beneficiários reabilitados que deixam de ser contratados pelo valor mínimo legal, acrescido de zero a vinte por cento;

II – para empresa com duzentos e um a quinhentos empregados, multiplicar-se-á o número de portadores de deficiência ou beneficiários reabilitados que deixaram de ser contratados pelo valor mínimo legal, acrescido de vinte a trinta por cento;

III – para a empresa com quinhentos e um mil empregados, multiplicar-se o número de trabalhadores portadores de deficiência ou beneficiários reabilitados que deixaram de ser contratados pelo valor mínimo legal, acrescido de trinta a quarenta por cento;

IV – para empresa com mil empregados, multiplicar-se-á o número de trabalhadores portadores de deficiência, ou beneficiários reabilitados que deixaram de ser contratados pelo valor mínimo legal, acrescido de quarenta a cinquenta por cento (LEI n.º 8.213/91).

Como constatamos, esses documentos legais têm o propósito de garantir o direito de uma minoria que sofre desvantagem em relação à maioria das classes trabalhadora em consequência de diferentes fatores, como já mencionamos no decorrer de nossas reflexões.

Vale ressaltar que a condição de uma necessidade específica abrange qualquer sujeito em nossa sociedade, a esse respeito Major Isabel (**apud** LOPES, p. 91) destaca que:

Podem estar incluídos no universo das pessoas portadoras de deficiências homens ou mulheres de qualquer faixa etária, de qualquer raça ou etnia, de qualquer religião ou que tenham nascido deficientes ou que tenham adquirido a deficiência durante a vida. Portanto, o contingente de pessoas portadoras de deficiência é heterogêneo, e representa a única minoria social

à qual qualquer um poderá, em alguma ocasião, pertencer. A existência de pessoas portadoras de deficiência reflete simplesmente uma conseqüência da fragilidade da vida humana.

Enfim, faz-se necessário revermos nossos conceitos marcados por preconceitos e discriminação, pois eliminar, segregar o outro diferente, nos faz repensar quanto somos frágeis, e como seres humanos, temos necessidades diversas e que precisam ser respeitadas, caso contrário, permaneceremos disseminando uma prática de exclusão: “segregar incluindo”.

Em relação ao surdo, é importante ressaltar suas conquistas, como garantias individuais e o pleno exercício da cidadania, mediante o respaldo legal na Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2003, nesta é reconhecida o Estatuto da Língua de Sinais como língua oficial da comunidade surda. Considerando os preceitos legais, constatamos que o empregador deva favorecer o profissional surdo com um (uma) intérprete, a fim de favorecer sua comunicação, como também o respeito a sua diferença lingüística.

Portanto, as empresas ou locais de trabalho que tenham surdos como funcionários precisam propiciar as reais condições de inclusão social. Situação de luta, visto que cada vez mais sofremos com um sistema produtivo que aumenta as desigualdades sociais, eleva a concentração do poder econômico, como também a exclusão social, que além de gerar desemprego, dissemina a idéia do individualismo, ou seja, “cada um por si”.

Outra questão a ser destacada está relacionada à qualificação profissional, apontada pelas empresas como dificuldade na contratação de funcionários com necessidades especiais, pois são elucidadas como incipiente. A esse respeito Batista (2003, **apud** MIRANDA, 2006, p. 167) destaca que:

Essas pessoas estão pouco qualificadas para ingressar no mercado formal de trabalho. No entanto, conclui que as empresas não contratam pessoa com deficiência apenas pela falta de qualificação adequada dessa população, de fato existem outros fatores que influenciam esse comportamento das empresas. Ela constatou que a preocupação com a segurança no trabalho ainda é um dos maiores motivos para as empresas não contratarem pessoas com deficiência, somando-se a falta de conhecimento da capacidade dessas pessoas, ou até mesmo uma visão negativa dessas capacidades, acreditando que eles não são suficientemente produtivos e que poderiam trazer problemas para o ambiente de trabalho.

Verificamos, durante a pesquisa, que os surdos que estão nas empresas não recebem qualificações profissionais por não “terem” condições de acompanhar os cursos. Novamente a culpa num corpo mutilado, afinal estes não ouvem igual à maioria dos trabalhadores. Por isso lhe é negado o direito de participar pela ausência de um intérprete.

A respeito da inserção do surdo no mercado de trabalho em Manaus, Sá (2002, p. 167), em sua pesquisa, constatou que:

No distrito industrial da Zona Franca de Manaus, estão contratando surdos não porque acreditam na capacidade dos surdos, mas para não serem multados pelo Ministério do Trabalho. Infelizmente usam os surdos só na produção, pois os surdos do Amazonas ainda não têm um nível intelectual que possa fazê-lo subir na carreira. Nenhum surdo conseguiu passar para o próximo grau (supervisor), estão todos como montadores. Mais da metade não possui profissionalização real, além de muitos executarem serviços gerais. Poucos tiveram a sorte de seguir a profissão desejada, ainda que algumas sejam mal remuneradas. O restante realiza trabalhos por conta própria.

Enfim, temos a obrigatoriedade da lei do percentual de trabalhadores com necessidades especiais nos espaços das empresas, porém, para que haja uma inclusão social de fato, é necessário criar condições de acesso, uma política gerencial que favoreça de fato a inserção de todos, isso abrange todos os excluídos.

A educação e o mercado de trabalho para as pessoas com necessidades especiais não são questões novas ou desconhecidas. Novo, talvez, seja o início de uma mobilização que pode vir mudar a triste realidade desse grupo de pessoas em nosso país. No momento em que, movimento de meninos de rua, idosos, negros e índios, além de ações de apoio a doente em hospitais e tantos outros, ganham visibilidade, a situação das pessoas com necessidades especiais também desperta como tema a ser tratado, discutido e transformado.

CAPÍTULO III

INSERÇÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR

ELETROELETRÔNICO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

No terceiro capítulo temos como objetivo discutir a inserção do surdo no mercado de trabalho no setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus.

Para isso, iniciamos contextualizando a implantação, enfatizando seu desenvolvimento e sua importância para a região.

3.1 Zona Franca de Manaus: Início da Industrialização no Estado do Amazonas

Para compreendermos o surgimento da Zona de Franca de Manaus, nos reportaremos ao início da colonização no Brasil, afinal os fatos ou fenômenos não ocorrem de forma isolada e nem aleatoriamente.

Com as descobertas marítimas, temos a chegada dos portugueses ao Brasil, os quais vinham com a finalidade da exploração e encontraram um lugar rico em recursos naturais e mão-de-obra escrava. Durante o período colonial, tivemos as ordens religiosas, que exerceram durante longos anos seu poder hegemônico, principalmente na catequização e domínio da população indígena.

Tivemos o processo de colonização na perspectiva européia, ou seja, os colonizadores tinham a compreensão de serem possuidores de uma cultura superior, havendo necessidade, portanto, de elevar a cultura de outros povos primitivos ou selvagens, considerando que eram dessa forma denominados.

A respeito desse olhar da diferença em relação ao outro, Semprini (1999, p. 11) ressalta que "a diferença é, antes de tudo, uma realidade concreta, um processo

humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontram-se inseridas no processo histórico”. Todas essas diferenças são marcadas pela relação de poder.

Os povos indígenas foram massacrados fisicamente e suas culturas dizimadas. Ser diferente não era (não é) permitido, todos têm de ser “normais”, atendendo a um padrão definido pela sociedade, portanto ser negro, surdo, cego ou índio é um direito negado. Daí os diferentes mecanismos utilizados ao longo do processo histórico para neutralizar qualquer diferença como os genocídios, etnocídios, confinamento, isolamento e exclusão.

Em relação à ocupação na região amazônica, Mourão (2001) salienta que:

O processo de ocupação na Amazônia reflete a tendência globalizante do capital, visto que historicamente este se constitui e se efetiva como um modo de produção global. Assim, a descoberta, a posse e colonização do Amazonas vincula-se com a ruptura do sistema feudal na Europa, com o advento do Estado absolutista, com o mercantilismo e com a acumulação do capital (SALAZAR 1992; MELLO, 1999 **apud** MOURÃO, 2001, p. 2).

Portanto, a exploração da Amazônia vem atender a necessidade do mercado econômico, favorecendo o sistema mercantil, visto que encontrou um solo fértil em riquezas naturais, como a coleta das drogas do sertão. De acordo com Mourão, Salazar (1992) em seus estudos aponta três etapas do desenvolvimento capitalista no Amazonas:

Capitalismo mercantilista de exportação e comércio colonial (coleta das drogas do sertão), capitalismo mercantilista de exportação e comércio, matéria-prima (economia da borracha) e capitalismo industrial financeiro (implantação da Zona Franca de Manaus) (2001, p. 2 e 3).

É importante ressaltar que em nossa região tivemos durante longos anos o principal produto de exportação, que era denominado como o “ouro negro”, considerando sua importância para a fabricação industrial.

A princípio, o produto era exclusivo da região amazônica mas com a sua plantação na Malásia passamos a ter um forte concorrente econômico, tanto que

chegamos ao declínio da produção gumífera em nosso Estado em 1912, que coincidiu com a Primeira Guerra Mundial.

Em conseqüência desse fator, a região amazônica sofreu uma grave crise econômica, afinal não era mais possível a acumulação do capital diante de a nova concorrência da produção da matéria-prima, como também o acesso com menos custos financeiros ao produto.

Contextualizando o percurso realizado para o desenvolvimento da região amazônica, nos deparamos com inúmeros fatores que dificultaram sua sustentabilidade, como nos aponta novamente Salazar em seus estudos:

A economia espacial amazônica foi sempre marcada pelo isolamento da região em relação aos centros mais habitados do país, localizados ao longo da costa litorânea brasileira. Os povos amazônicos surgiram em decorrência da necessidade de se criar núcleos de apoio ao colonizador interessado na exploração de recursos da floresta e posteriormente em função da economia da borracha. A exportação dos produtos da floresta era a principal razão da existência desses povos que funcionavam como uma espécie de entreposto comercial; até há pouco tempo o extrativismo vegetal constituiu a base da estrutura econômica da região, sendo exercida de forma intensificada e sazonal de acordo com o regime das enchentes dos rios amazônicos ou em conseqüência das flutuações dos preços desses produtos extrativos no mercado internacional. O crescimento demográfico ocorria durante a intensificação da exploração extrativista e no momento em que a demanda se retraía, a população se estabilizava ou decrescia. Os custos de transportes apresentavam-se muito elevados, devido as enormes distâncias e dificuldades peculiares de acesso, seja no trecho fluvial mais freqüentado entre Belém e Manaus. Seja nos trechos mais desafiadores entre Manaus e as cabeceiras encachoeiradas dos altos rios amazônicos. Daí a necessidade de eleger produtos de elevado valor específico, com demanda, em nível internacional e preços compensadores, capazes de gerar receitas elevadas para cobrir e justificar os investimentos realizados (2006, p. 223 e 224).

Como vimos à colonização da região Amazônica ocorreu de forma diferente em relação às outras regiões do país, ou seja, de uma forma isolada e desigual principalmente em decorrência de sua característica geográfica.

Em decorrência das crises que se configuraram na região amazônica, foram elaborados vários planos alternativos, na tentativa de superar as barreiras econômicas que se estabeleciam na região como: Plano de Apoio à Borracha²⁶ instituído por Hermes de Fonseca em 1912, e mediante ajuda proveniente da

²⁶ Esse plano foi criado em razão da concorrência da produção da borracha na Malásia, no entanto, por falta de recursos orçamentários e sobretudo de vontade política, não saiu do papel (SALAZAR, 2006).

assinatura do Acordo de Washington²⁷ em 1942, onde o Brasil se comprometia a fornecer matérias-primas como borracha em troca de aço. Dessa forma a matéria-prima poderia ser novamente comercializada.

Apesar das várias alternativas para tentar integrar a Amazônia, não se obteve êxito. No entanto, foi no período da ditadura militar que a Zona Franca de Manaus foi implantada, a partir do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, pois sua criação permitia ocupar uma região despovoada, criando condições de infra-estrutura que atraísse capital nacional e estrangeiro. Nessa perspectiva temos o Artigo 1.º do referido decreto:

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, estabelecido com a finalidade de criar, no interior do Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos (**apud**, SALAZAR, 2006, p. 33).

É imperativo que não podemos deixar de elucidar o paraíso fiscal que as empresas multinacionais encontraram para a expansão do capital, afinal se depararam com uma mão-de-obra mais barata, um verdadeiro exército de reserva de trabalhadores, pois tivemos uma migração de pessoas oriundas de vários lugares do Brasil, como também do interior do Estado. Foram os incentivos fiscais, reduções de impostos e outros benefícios que garantiram seu desenvolvimento e crescimento econômico.

Botelho (2006, p. 34) destaca a caracterização do Pólo Industrial de Manaus constituída da seguinte forma:

[...] tem sua base na indústria eletrônica de consumo, veículo de duas rodas, informática e telefonia celular, dentre outros. São aproximadamente 430 empresas que geram, somente em Manaus, 71 mil empregos diretos, considerando as categorias terceirizadas e temporárias, e 330 mil indiretos, além de mais de 20 mil nos demais Estados da região.

²⁷ Em função dos os conflitos em decorrência da eclosão da 2.ª Guerra Mundial os Acordos de Washington possibilitaram ao governo Vargas destacar a Amazônia como uma região a serviço do Brasil e do esforço de guerra dos aliados. Por meio desses acordos, Vargas trocava a borracha amazônica pela tecnologia do aço (SALAZAR, 2006, p. 230).

Ainda caracterizando o Pólo industrial, Oliveira (2000, p. 34) destaca que o setor eletroeletrônico está dividido em dois grandes blocos:

O primeiro de eletrônica-bens de consumo final (eletrodomésticos e eletrônico-doméstico), que por sua vez subdivide-se em cinco áreas, a saber: componentes eletrônicos; instrumentação (equipamentos industriais, imagem e som; telecomunicações e informática.

Nos últimos anos, de acordo com Melo e Rosa (sd), as empresas de complexo eletrônico em Manaus foram severamente afetadas pelas transformações da política econômica ocorridas de 1990 em diante.

Os reflexos das mudanças nos modos de produção, principalmente em relação às políticas neoliberais que impulsionam a abertura e concorrência dos capitais internacionais, geraram algumas dificuldades para a Zona Franca de Manaus como: “redução das alíquotas de importação, em particular, fez com diminuísse drasticamente a competitividade da indústria brasileira de bens de consumo eletrônico ante a internacionalização” (Idem, 07).

Portanto, a Zona Franca de Manaus buscou se adequar às novas formas de organização de produção, implementando a automação, especialização, inovações de natureza gerencial e o aumento do importado.

É neste contexto que se discute a inserção do surdo no mercado de trabalho na cidade de Manaus.

3.2 Configurando o contexto do surdo inserido no mercado de trabalho no setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus

Tabela –1 – Caracterização dos entrevistados na empresa: 1

Participantes	Sexo	Formação Profissional	Cargo ocupado	Tempo de serviço
EP1-P1	Masculino	Administração com especialização em Administração de Recursos Humanos	Supervisor do RH	9 anos
EP1-P2	Masculino	Administração	Chefe do RH	16 anos
EP2-P3	Masculino	Psicologia	Chefe da área de desenvolvimento de competência	10 anos

Tabela – 2 – Funcionários surdos que fizeram parte da amostra da pesquisa – Empresa – 1

Sujeitos	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo de serviço	Função
S1	M	29	Ensino Médio completo	6 anos	Inspetor do processo de produção
S2	M	20	Ensino Superior (Cursando o 1.º período)	2 anos	Usinagem /Cargo oficial de produção
S3	M	34	Ensino Fundamental incompleto (5.ª série)	6 anos	Operador de produção
S4	M	22	Cursando a 4.ª série	1 ano e 1 (um) mês	Linha de produção
S5	M	20	Cursando a 4.ª série	1 (um) mês	Setor de produção
S6	M	33	Ensino Médio Completo	2 (dois) meses	Soldador
S7	M	41	Ensino Médio Completo	1 ano e 8 (oito) meses	Oficial de produção.
S8	M	22	Ensino Médio Incompleto	4 meses	Setor de produção

Tabela – 3 – Funcionários surdos que fizeram parte da amostra da pesquisa – Empresa – 2

Sujeitos	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo de serviço	Função
S1	M	18 anos	Cursando a 3.ª série	3 meses	Setor de montagem
S2	M	29 anos	Ensino Fundamental incompleto (5.ª série)	1 ano e 3 meses.	Auxiliar de produção
S3	M	22 anos	Cursando a 4ª série	2 anos	Montador da linha de produção
S4	M	24 anos	Ensino Fundamental incompleto (5.ª série)	2 (dois) anos	Setor de produção (montagem)
S5	M	29 anos	Ensino Médio Completo	1 ano e 6 meses.	Na linha de montagem
S6	M	20 anos	Ensino Médio Completo	3 meses	Na linha de montagem
S7	M	18 anos	Ensino fundamental Incompleto (2.ª série)	8 meses	Auxiliar de produção

3.2.1 Negação para o acesso no espaço de pesquisa: empresa

A linguagem se configura de diferentes formas, podemos denominar como: uma ação, um gesto, uma enunciação ou um silêncio. Em nossas relações sociais caracteriza-se com vários significados, que vão depender de que posição e lugar são apresentados.

O silêncio pode carregar inúmeros significados, daí a importância da contextualização para entendê-lo, pois pode indicar uma resignação, omissão, medo e ocultação.

Bakhtin enfatiza que (2004, p. 33) “todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer”.

Nesta perspectiva, temos a configuração do espaço da pesquisa que, conforme citamos anteriormente, o parâmetro utilizado para a escolha da amostra caracterizou-se pelas empresas que tivessem o maior número de surdos trabalhadores.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com inúmeras barreiras, principalmente pela burocracia e negação por parte de algumas empresas em nos conceder o espaço para a pesquisa. Fato que nos levou a desconsiderar as primeiras empresas selecionadas e realizar um novo levantamento para que pudéssemos realizar a coleta de dados em outras fábricas do Distrito Industrial. No entanto, são entraves que não deixaríamos de mencionar como primeiro dado de análise da pesquisa pois, como ressaltamos, o silêncio representa a marca de um discurso.

Enfatizamos a posição de algumas empresas em não nos conceder espaço para realização da pesquisa de campo, daí analisarmos sua resposta como silêncio em relação ao outro.

A análise que fazemos se constitui em alguns questionamentos, tais como:

Que motivos as empresas teriam para não nos atender? Deparamo-nos sempre com uma secretária eletrônica ou que a pessoa responsável pela entrevista estava sempre viajando por tempo indeterminado e o tempo passando.

Seria resistência ou medo das entrevistas que seriam realizadas com os trabalhadores surdos dessas empresas? Haveria um número considerado de trabalhadores surdos, no entanto, com índice elevado de rotatividade? Configurando o trabalho temporário e sua precariedade?

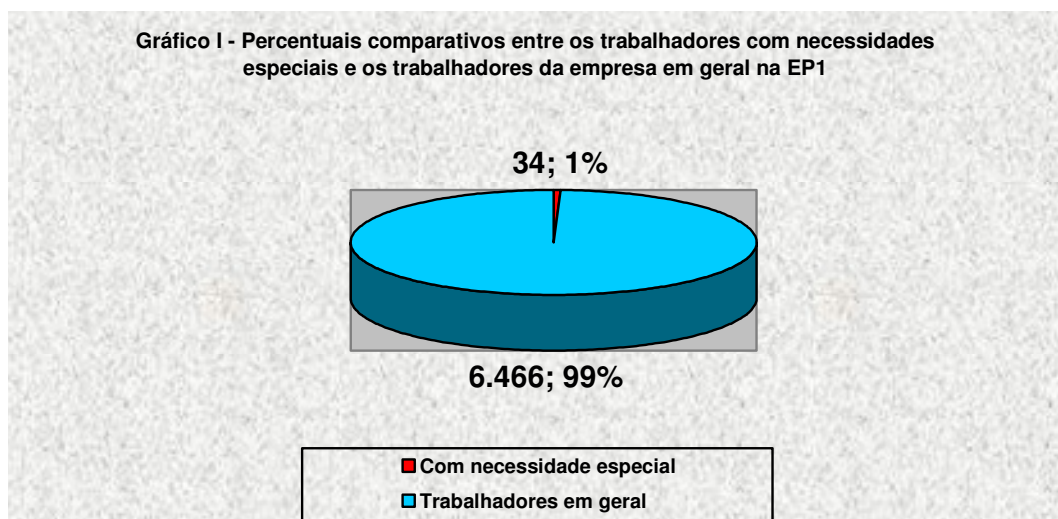
O número de trabalhadores com necessidades especiais não atenderia o percentual exigido pelo Decreto n.º 3.298/12/1999 que regulamenta a Lei n.º 7.853/89?

O que estaria por trás dessas vozes ocultas?

3.2.2 Preceito Legal Lei n.º 7.853/89 regulamentada pelo Decreto n.º 3.298/99 que garante a inserção de pessoas com necessidades especiais nas empresas

A Lei n.º 7.853/89 regulamentada pelo Decreto n.º 3.298/99 estabelece, que as empresas com cem ou mais funcionários são obrigadas a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com pessoas com necessidades especiais.

Em relação ao resultado dos dados obtidos nas empresas pesquisadas nos deparamos com os seguintes dados:



Fonte: Pesquisa de campo

Na amostra do Gráfico I da EP1, o percentual está distante do que é definido na lei, visto que os percentuais só chegaram a 1% enquanto deveriam ter em seu quadro funcional no mínimo 5% de funcionários com necessidades especiais.

Esses dados demarcam uma realidade que retrata a configuração de um mercado de trabalho, onde o acesso das pessoas com necessidades especiais ainda é bastante restrito. Fato decorrente de vários fatores como a própria qualificação profissional, visto que as exigências são cada vez maiores no mundo do trabalho como: maior nível de escolarização, diversidades de cursos, experiências profissionais, etc.

Com a nova organização do trabalho mesmo em atividades, onde o trabalhador tenha de desenvolver funções repetitivas, como a linha de montagem onde estão a maioria dos trabalhadores surdos, há exigência do “fazer” domínios de

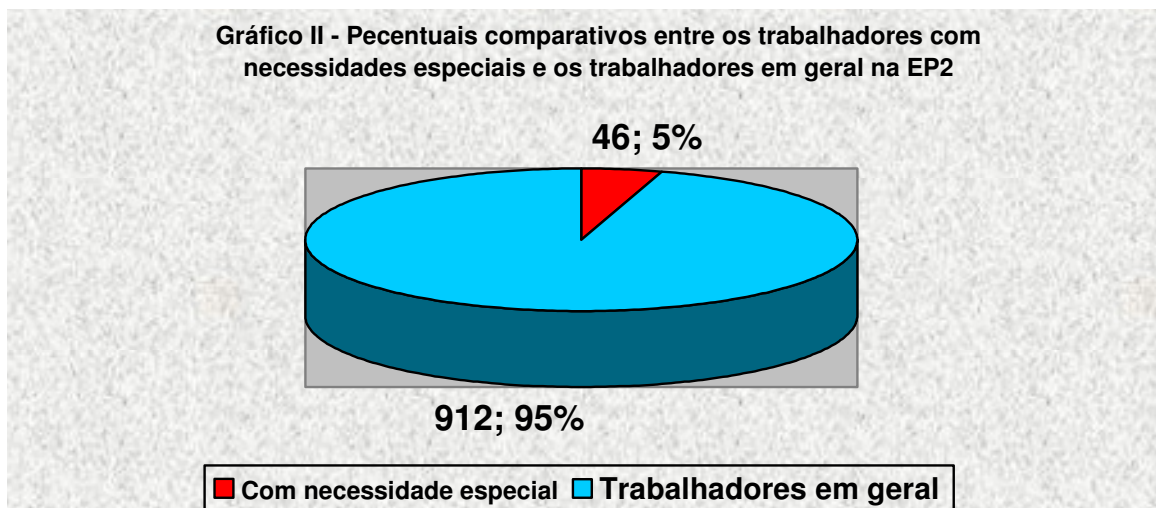
conhecimentos gerais, domínio da tecnologia, atitudes e comportamentos que favoreçam a flexibilização no processo do trabalho.

Nas empresas pesquisadas constatamos nas falas dos entrevistados, inclusive que o não preenchimento do percentual exigido é em decorrência da ausência desses fatores. Para o trabalhador surdo o peso maior está no baixo nível de escolaridade, questão que analisaremos posteriormente.

Destacando novamente o preceito legal, está prevista a fiscalização do Ministério Público que consiste no Artigo 5.º:

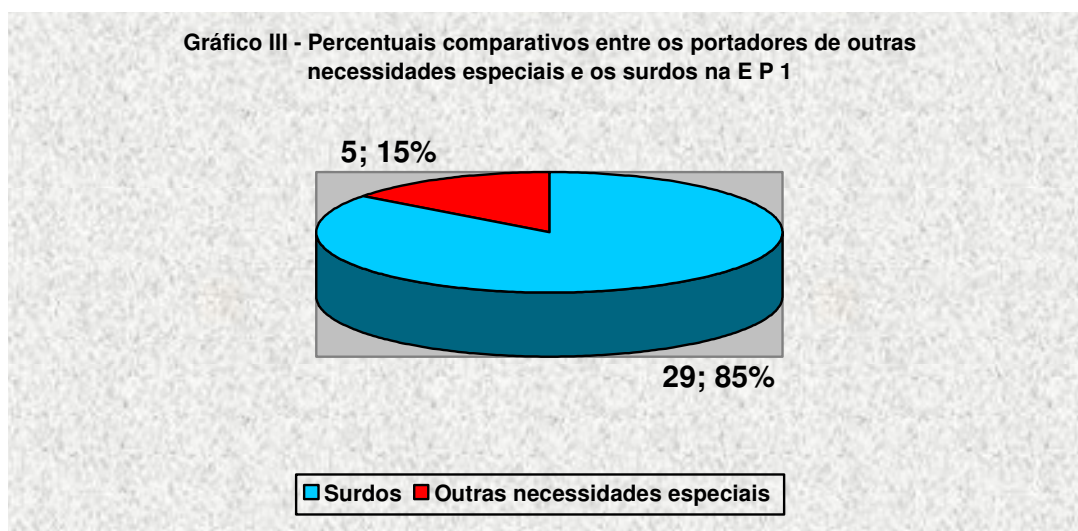
Estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no caput deste artigo (Direito à Educação, 2004, p. 261)

Diante do exposto, temos a obrigatoriedade da fiscalização do poder público, no entanto consideramos ações ainda muito precárias. Em razão desse fator muitas empresas ainda não apresentam interesse em possibilitar a acessibilidade ao trabalhador com necessidades especiais. Enfim, no imaginário social ainda se perpetua a visão do deficiente, do incapaz, do improdutivo.

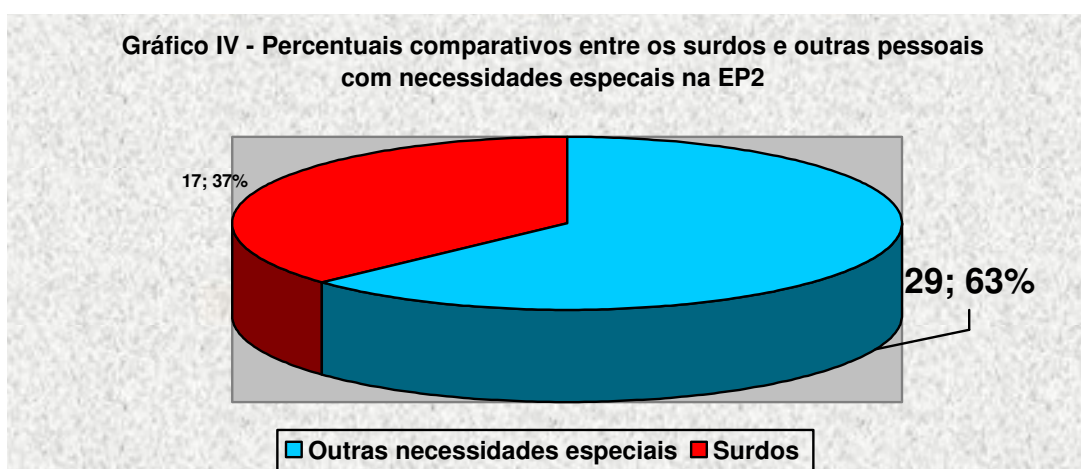


Fonte: Pesquisa de campo

Em relação aos dados da segunda empresa, temos uma realidade diferente da primeira empresa, como demonstra o Gráfico II. Inclusive atendendo aos percentuais de 5% de trabalhadores com necessidades especiais. Realidade que ainda está em processo de construção em nossa sociedade, isso implica não só a inserção no mercado de trabalho, mas em outras instâncias sociais como em relação à acessibilidade em diferentes locais públicos (hospitais, tribunais, secretarias, igreja e outros), escola, instituição para formação profissional, universidades e outros.



Fonte: Pesquisa de campo



Fonte: Pesquisa de campo

Fazendo uma análise comparativa dos Gráficos III e do IV iremos constatar que os percentuais de surdos trabalhadores nas empresas são um dado elevado em

relação a outras necessidades especiais, como: a deficiência física e visual. Vale ressaltar que somente a EP01 conta com alguns funcionários com deficiência visual.

Apesar de o surdo encontrar barreiras em relação ao acesso ao mercado de trabalho, verificamos que para o deficiente visual a acessibilidade torna-se muito restrita, atribuída principalmente a que tipo de função poderia desenvolver e até em relação a sua acessibilidade no espaço da fábrica.

A presença de um trabalhador com necessidades especiais nas empresas é uma barreira que precisa ser rompida, como sinaliza a advogada Lopes:

Ainda que não sofram de idênticas limitações de trabalho, sofrem igualmente no acesso aos postos de emprego com o preconceito desmedido de boa parte dos empregadores brasileiros, revelado em anúncios de vagas de emprego que trazem como requisitos “boa aparência”, “ jovialidade”, “fácil comunicação” (2005, p. 103).

Portanto, ao deficiente físico e visual fica a dificuldade da locomoção e da boa aparência e ao surdo a dificuldade na comunicação. Como podemos perceber nesses tipos de anúncios, temos evidente o preconceito, a discriminação e definido claramente um padrão de homem bonito, jovem e perspicaz.

Outra questão a destacar é a própria informação que os empregadores necessitam dispor em relação a que atividades poderiam ser executadas pelas pessoas com necessidades especiais, que tipo de acessibilidade poderiam ser desenvolvida para que fosse proporcionado a esses trabalhadores condições para desempenharem suas atividades no mercado de trabalho e cursos de capacitação profissional e preparação dos demais funcionários a fim de favorecer a inclusão no espaço das empresas do trabalhador com necessidades especiais. Afinal o preconceito, a discriminação ainda estão presentes no seio da nossa sociedade.

3.2.3 Como os trabalhadores surdos são encaminhados para as empresas

Destacaremos os meios utilizados pelas empresas e pelos próprios surdos para a inserção no mercado de trabalho. Nos enunciados dos empregadores temos:

[...] através de anúncio em jornais. Temos um banco de dados e como a nossa empresa é bastante, assim digamos conhecida na cidade de Manaus,

então os próprios portadores de necessidades especiais comparecem ao setor de recrutamento e seleção para fazer o cadastro. Também contamos com a Asmam e não o só com entidades ligadas à parte de surdos, mas também com outras associações como por exemplo as associações dos deficientes, tudo que trata de PNEs a gente tem contato direto. EP1.

Através de currículos que eles deixam e em contato, por exemplo, com órgãos como a Asmam e a Feneis. Eles conhecem algumas pessoas surdas ou têm currículos e ao solicitarmos entram em contato com a família dessas pessoas. Então pedimos para trazer o currículo ou entramos em contato com a família dessas pessoas, daí o surdo vem com a mãe, com o pai, com o irmão. EP2.

Considerando os enunciados das empresas e dos surdos trabalhadores, o acesso ao mercado de trabalho ocorre por intermédio da Asmam (Associação de Surdos do Amazonas); pela Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração da Pessoa Surda); pela Adefa (Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas); pelo Sine (Sistema Nacional de Emprego), sendo este sistema utilizado de forma geral pela maioria de trabalhadores desempregados; com ajuda de amigos que já estão no espaço da fábrica, pelo de currículo deixado nas empresas e anúncios em jornais.

Nos enunciados dos trabalhadores surdos, este encaminhamento para as empresas ocorre principalmente em virtude da ajuda de algum amigo surdo que já esteja trabalhando na fábrica:

Consegui através de um amigo que trabalhava na empresa. Fui chamado e tive que fazer uma prova de português. EP1. S2; S3; S6; S7e S8.

Deixei um currículo, um surdo que estava na empresa me ajudou, então fui chamado. EP 2. S3. S6 e S7.

Outros trabalhadores surdos conseguiram por meio da Asmam, Feneis, Sine, ou diretamente nas empresas:

Deixei meu currículo no Sine, então me telefonaram informando da vaga na empresa. EP1. S4 e S5.

Fui pessoalmente à fábrica e passei pela seleção do RH, não tive dificuldade. EP1. S6.

Procurei o emprego sozinho, fui à empresa e consegui, fiquei muito feliz. Lá fiz uma prova de português e matemática que foram muito difíceis. Mas sou inteligente e passei. EP2. S4.

Ao analisarmos os enunciados dos entrevistados, temos convergências nas informações que se caracterizam pelos diferentes caminhos para se chegar aos espaços das empresas. Temos demarcado a presença da família também no momento de admissão:

Então pedimos para trazer o currículo ou entramos em contato com a família dessas pessoas, então o surdo vem com a mãe, com o pai, com o irmão. EP2.

Saí procurando, meu irmão foi junto comigo, deixei currículo em várias empresas, então consegui. EP2. S3.

Diante dessa realidade, questionamos por que a necessidade de serem acompanhados pelos familiares, visto que são pessoas adultas?

A principal razão está associada à barreira da comunicação, pois não há a presença de um intérprete nas empresas gerando dificuldade do trabalhador surdo entender as solicitações e encaminhamentos para admissão.

Ao se conversar com a mãe de um trabalhador surdo, da necessidade de acompanhá-lo até à empresa, esta relatou que ocorre em função das inúmeras informações que são solicitadas pela fábrica, até o deslocamento para exames de admissão, como não há intérprete fica difícil compreender o que está sendo solicitado. O fato de não entenderem acaba deixando-os nervosos, ou até correm o risco de perder a vaga na ausência do entendimento dessas informações.

Tal fato é constatado na própria escola onde atendemos especificamente alunos surdos. Muitos surdos trazem o papel da empresa com várias exigências a serem preenchidas antes de serem admitidos. Então se pergunta o que significa cada critério como exame, documentação, local que devem comparecer e outros. Inclusive alguns surdos apresentam dificuldade no preenchimento da ficha, necessitando de ajuda por parte do professor.

Em relação a essa questão, percebemos a dificuldade da leitura e da escrita, situação que não envolve só o surdo. Há um contingente de analfabetos denominados de funcionais (não lêem, apenas decodificam os códigos), ou seja, pessoas que não exercem a função social da escrita, daí o estorvo no preenchimento, por exemplo, de uma ficha com dados pessoais.

No entanto, essa questão para o surdo ainda é mais grave, em consequência do percurso de sua educação haver uma imposição de uma educação respaldada numa perspectiva clínica e terapêutica, tendo como resultado o fracasso educacional, considerando que o objetivo consistia em fazer o surdo falar, ou seja, curar uma patologia por causa da ausência do desenvolvimento da linguagem oral.

Na história da Educação de Surdos, um marco histórico em sua educação foi o Congresso de Milão que ocorreu em 1880, neste foi determinado que os surdos fossem educados numa perspectiva oralista, sendo proibido o uso da língua de sinais.

Temos a marca da imposição de uma sociedade majoritária para a qual ser “normal” é falar oralmente, desde então foi legitimado, nesta prática, discursiva e social, a negação do surdo em relação ao uso da língua de sinais.

Desde então as práticas pedagógicas valorizavam o desenvolvimento da língua oral. Em Manaus, na década de 80, não havia o profissional fonoaudiólogo, cabendo, portanto, ao professor desenvolver a oralidade dos alunos surdos.

Neste contexto, o professor da sala de aula desenvolvia inúmeras técnicas de fala como: imitação de fonemas, ou seja, consistia em ensinar²⁸ a falar as vogais, as consoantes, inclusive havia uma seqüência de fonemas (T,V, M, L, D e outro); relaxamento, exercícios fonoarticulatórios, treino auditivo e ritmos.

Todos esses procedimentos eram realizados no horário de aula, exigindo, portanto, bastante tempo, ficando os demais conteúdos, diríamos, em segundo plano. Afinal antes de ler e escrever o aluno teria de ser oralizado. Skliar ressalta que o objetivo acabava sendo caracterizado como “o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes” (1998, p. 10).

Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, “isso provocou o surgimento de uma geração de pessoas que não apenas fracassaram em seu processo de domínio de língua oral, como também, generalizadamente, em seu desenvolvimento lingüístico, emocional, acadêmico e social (MEC, 2003, p. 70).

²⁸ O conceito de língua nestas práticas era de uma língua morta, sem vida. E não dinâmica, mutável, viva como nos ensina Bakhtin, a interação lingüística é fundamental para a construção dos significados, para a compreensão desse mundo simbólico. Se entendemos que falar é apenas articular fonemas essas questões nem são consideradas.

Esse fracasso demarca a vida de muitos surdos, que acabam desenvolvendo sentimentos de inferioridade em relação ao ouvinte. Quando um surdo assume a autonomia, ocasiona a possibilidade de romper barreiras. No enunciado do surdo trabalhador temos:

Procurei o emprego sozinho, fui à empresa e consegui, fiquei muito feliz. Lá fiz uma prova de português e outra de matemática as quais foram muito difíceis. Mas sou inteligente e passei. EP2. S4.

Percebemos o destaque em suas potencialidades por haver conseguido sozinho o emprego, e a possibilidade de ter conseguido passar na prova de português e matemática. Esse “mas” sou inteligente, implica dizer que apesar de ser surdo pode exercer e desenvolver as mesmas possibilidades que as pessoas que não são surdas, enfatiza a autonomia e sua capacidade intelectual e auto-realização.

3.2.4 Exigências da empresa para admissão de pessoas com necessidades especiais e principais barreiras encontradas pelo surdo para o acesso ao trabalho

De acordo com as informações obtidas por intermédio das empresas do Distrito Industrial, exige-se que os funcionários tenham no mínimo o Ensino Médio completo.

No entanto, em relação à contratação do trabalhador surdo na empresa, houve necessidade de uma “flexibilidade”, pois o nível de escolaridade da maioria é baixo. Nas falas dos entrevistados temos:

O nível mínimo seria o Ensino Fundamental (pelo menos a 4.º série) ainda flexível. A nossa grande preocupação com os PNEs é com relação à segurança, então o mínimo que a gente exige é que a pessoa possa, pelo menos, ler as placas de indicação para não ter problemas com acidentes. Que ele possa estar informado dentro da nossa organização. EP1.

Em relação às pessoas com necessidades especiais, tentamos inicialmente com nível mínimo exigido o Ensino Médio completo. No entanto, ao

verificarmos que havia uma demanda menor de trabalhadores surdos com o Ensino Médio, procuramos baixar o nível de escolaridade, a princípio para o 1.º grau, mesmo assim não foi suficiente. Nós tivemos muita dificuldade em recrutar pessoas com esse nível, porque todas as empresas estão querendo. Em função disso, hoje em dia nós deixamos um nível mínimo do saber pelo menos ler e escrever o nome. Nós não tivemos como fugir dessa situação. EP2.

Como destacamos anteriormente, a própria organização do trabalho exige que o trabalhador não apenas tenha habilidade em desenvolver somente uma atividade mecânica e repetitiva, é necessário o “saber fazer” e o “saber ser”, ou seja, cada vez mais são estabelecidos padrões de seleção, onde fica quem tem um atrativo diferenciado na oferta da força de trabalho.

Nesta perspectiva, temos o surdo trabalhador em desvantagem em relação às exigências da organização do trabalho, considerando que o baixo nível de escolaridade é um fator preponderante.

Com relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores, temos o seguinte quadro: Na EP1, constatamos que 3 têm o Ensino Médio completo, 1 cursando o Ensino Superior e 4 estão com o Ensino Fundamental incompleto (Ver quadro 2).

Quanto à EP2, dos 7 entrevistados apenas dois apresentam o Ensino Médio completo e 5 o Ensino Fundamental incompleto (Ver quadro 3).

Na EP2 há uma “preocupação” em ter em seu quadro funcional pessoas com necessidades especiais; em seu discurso, temos:

Nós nem exigimos que estejam estudando, porque se cobrarmos eles vão para outra empresa que não exige. E aí nós ficamos com nosso quadro aberto. EP2.

Essa preocupação está associada às sanções previstas na lei, mediante a Portaria n.º 1.199/2003, que aprova normas para a imposição da multa administrativa variável prevista no Art. 133 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, pela infração no Art. 93 da mesma lei, que determina às empresas o preenchimento de cargos com pessoas portadoras de deficiência ou beneficiários reabilitados. Inclusive nesta empresa constatamos que atende o número de vagas para pessoas com necessidades especiais previsto na lei.

O nível de escolaridade deixa de ser considerado em algumas situações em função, segundo as empresas empregadoras, da demanda ser inferior à

procura. Questão que nos reporta a uma reflexão, uma vez que ainda nos deparamos com inúmeros surdos desempregados. Outro ponto a ser destacado é a demora em serem inseridos no mercado de trabalho. Temos explicitada essa situação, na fala de alguns entrevistados:

Esperei um tempo, Ensino Médio é importante, tive dificuldade por isso, ainda estou na 4.^a série. EP1.S4.

Sim, foi difícil, o surdo tem muito problema em conseguir. Fiquei um bom tempo desempregado, minha família estava sem dinheiro e preocupada. Fui em três fábricas, num supermercado até que consegui uma vaga nesta empresa, mas foi difícil. EP1.S8.

Foi muito difícil, eu não conhecia muito as palavras, agora já sei, fiz prova de português e matemática e quem aplicou foi o japonês, tive dificuldade, mas o chefe me ajudou. EP1.S2.

Foram muitas, pois procurei sozinho e não consegui, só pediam pra preencher uma ficha, mas nunca chamavam, foi difícil. EP2. S4.

A dificuldade foi encontrar uma fábrica que tivesse vaga, procurei bastante, mas consegui. EP2. S5.

Outra questão é que não basta só ler e assinar o próprio nome, uma vez que para serem admitidos precisam passar por uma prova de português e matemática, ou seja, quem não tem um mínimo de conhecimento está fora do mercado. Afinal a exclusão dos saberes é um fator gerador também da exclusão social, perante a própria organização e estrutura de nossa sociedade.

Como constatamos, o nível de escolaridade é o grande entrave no histórico profissional da maioria das pessoas surdas.

No caso dos deficientes físicos e visuais, a dificuldade de locomoção é a primeira barreira, podemos constatar esse fato no seguinte discurso:

[...] na verdade nós temos mais facilidade de alocar o surdo do que o deficiente físico porque em geral os postos de trabalho exigem uma mobilidade que acabam ficando dificultosa para o deficiente físico, seja faltando uma perna, um braço ou alguma coisa assim. Deficiência visual nós não temos porque é complicado inseri-los em nosso processo, trabalhamos com máquinas aquecidas, circuitos elétricos, então é complicado trabalhar com o visual. EP2.

No enunciado temos claramente demarcado um olhar da deficiência, da incapacidade, de um corpo mutilado, a pessoa sendo uma coisa, a partir do momento que foge do padrão de normalidade estabelecido na sociedade,

tornando-se também improdutiva, uma vez que não existe possibilidade de colocá-los nos espaços em que têm potencialidades de desempenhar perfeitamente determinadas funções no espaço de trabalho. A ausência de acessibilidade neste caso é um dos principais fatores da exclusão.

Quanto ao surdo, o problema é o nível baixo de escolaridade e a barreira da comunicação que se torna também um entrave e diríamos até motivo de resistência das empresas em contratá-los, pois a contratação de um intérprete gera gastos administrativos.

Situação que podemos considerar antagônicas uma vez que há obrigatoriedade preceituada pela lei em ter em seu quadro funcional um percentual de trabalhadores com necessidades especiais, o que conflita com o investimento que deveria ser empregado para favorecer o acesso desses funcionários, considerando a estrutura de um sistema capitalista que visa o elevado nível de produção com baixo custo e o aumento do capital.

Nas empresas encontramos arraigado o discurso da ausência de qualificação das pessoas com necessidades especiais. Será que as empresas não poderiam valorizar as potencialidades, valorizando funções que poderiam ser desenvolvidas nos diferentes espaços de trabalho? Haveria necessidade de orientações quanto à qualificação desses trabalhadores nos espaços dessas empresas? Como viabilizar essas informações para o trabalhador surdo sem um intérprete?

No entanto, essas representações e relações de poder que permeiam em nossa sociedade são ainda determinantes em nossas práticas sociais, como o normal/anormal, qualificado/desqualificado, capaz/incapaz, inclusão/exclusão e assim vão construindo essas percepções nas práticas sociais dominantes e hegemônicas.

A questão da escolaridade é uma exigência e item de critério de seleção, como vimos anteriormente. Portanto, o trabalhador com o Ensino Médio terá garantido sua vaga ao trabalho? Analisando a fala do EP1. S1, temos:

Eu tive sorte, o mínimo que as empresas exigem em nível de escolaridade é o Ensino Médio e a maioria dos surdos não tem esse nível de escolaridade, ou seja, quem tem o melhor nível de escolaridade com certeza terá mais fácil acesso ao mercado de trabalho. EP1. S1.

Essa idéia de que o nível elevado de escolaridade garantirá melhores oportunidades no mercado de trabalho é disseminada como se o mercado absorvesse a todos. O que é contraditório, pois tivemos surdos com o nível médio que tiveram dificuldade em conseguir o emprego.

No segundo capítulo de nossos estudos abordamos a reestruturação produtiva, fato que não ocorreu de forma isolada e pontual. Mas sim, vem

acompanhado de todo um processo de construção e reconstrução de um sistema econômico que se configura pela anulação e exploração do outro.

Nesta nova forma de organização de produção e do trabalho, temos o discurso da competência, ou seja, o sujeito trabalhador nesta nova perspectiva tem de saber fazer e saber ser. As características individuais são extremamente valorizadas, inclusive é disseminado o discurso que quanto mais qualificado, melhores serão as oportunidades da empregabilidade.²⁹

Esses discursos são internalizados por jovens ou pelo próprio trabalhador, que passam a acreditar que não estão inseridos no mercado de trabalho em decorrência de não serem detentores das competências exigidas pelas empresas, como: Ensino Médio, Nível, Pós-Graduação, Mestrado, curso de Inglês, conhecimento de informática e várias outras exigências que são utilizadas como mecanismo de seleção e exclusão de uma massa de trabalhadores.

Neste contexto cabe ao trabalhador buscar atender essas exigências, pois sendo a força de trabalho uma mercadoria, esta terá de corresponder às necessidades do mercado econômico.

Como relação ao trabalhador surdo, essas questões tomam uma dimensão maior, em decorrência de vários fatores como estamos constatando no decorrer deste estudo tais como: baixo nível de escolaridade, ausência do acesso à comunicação no espaço de trabalho, formação profissional incipiente, perspectiva da deficiência.

Todos esses fatores desencadeiam a exclusão dos surdos dos espaços de trabalho, inclusive em desenvolver atividades fora do espaço de produção ou linha de montagem.

Como nos ensina Castel: “a exclusão se configura de diferentes formas e acaba sendo legitimada em virtude de diferentes mecanismos utilizados para negar a existência do outro”.

²⁹ Empregabilidade – os indivíduos constroem competências que permitirão que esteja sempre atualizado, desta forma, sempre inserido no mercado de trabalho. Traz a idéia que os sujeitos não estão no mercado porque não construíram condições para isso. Desloca a questão do desemprego para o indivíduo, mascarando todas as relações sociais de produção que permeiam a sociedade.

3.2.5 Principais dificuldades encontradas pelo surdo em relação ao atendimento educacional

Como podemos acompanhar em nossos estudos, a trajetória histórica da educação de surdos está marcada por preconceito, discriminação, imposição e exclusão. Quando mencionamos o termo imposição nos reportamos à forma como historicamente essa educação foi sendo constituída, pois “sob o empenho de fazer as pessoas surdas falarem, está o processo de disciplinação, de sanção e de poder empregados sobre elas, bem como a garantia de sua diferença – cada vez mais próximas de nós – ouvintes/normais” (LOPES, 2004, p. 41).

Em função dessas imposições de tentar normalizar o surdo, de práticas marcadas por uma concepção clínica e terapêutica, temos resultados nefastos, pois muitos surdos se encontram com defasagem de conhecimento e de escolaridade, e com uma reduzidíssima possibilidade de competir igualmente com “os ditos normais” no mercado de trabalho.

E ainda podemos perceber essas práticas sociais com as pessoas surdas, apesar de estarmos em pleno século 21. Nos relatos temos presente, esses sentimentos vivenciados:

[...] senti discriminação, desprezo e atitude de não terem o trabalho de me orientar e a comunicação também, porque lá a comunicação era rápida e ninguém tinha paciência comigo. EP1. S1.

Nesta fala temos a marca de um sofrimento ocasionado por práticas sociais excludentes. Reportando-nos a Robert Castel: “a exclusão não é arbitrária nem acidental, há uma legitimidade e nessa questão está um padrão de normalidade de homem”.

O surdo externa a dificuldade encontrada como barreira no estabelecimento da comunicação, isolamento, ausência da compreensão das atividades propostas no espaço em sala de aula. E a sua condição de ser surdo é vista como um peso. No fragmento de sua fala, temos:

[..] atitudes de não terem o trabalho de me orientar. EP1. S1.

No entanto, a atenção e a orientação são direitos de todos os alunos, solicitar uma ajuda não é uma condição específica de uma pessoa surda, porém o tratamento diferenciado como a rejeição, o isolamento e a negligência geram um sentimento de indignação, de inferioridade e de baixa auto-estima de qualquer ser humano. Principalmente quando ao longo de sua história de vida se depara constantemente com essas práticas sociais excludentes.

Vale destacar que este surdo entrevistado é oralizado e usa aparelho. Na visão oralista o fato de conseguir falar oralmente e usar uma prótese seria uma condição importante para sua integração social, visto que estaria mais próximo do padrão de normalidade/ouvinte. O fato de este surdo ter um perfil na perspectiva da sociedade majoritária garantiu sua inclusão ou continuou sofrendo preconceito, discriminação?

Podemos enfatizar que o fato de usar o aparelho já o torna diferente. Ou seja, é uma marca clara e evidente que aparece no corpo, recebendo uma resposta imediata, que é a exclusão. Todos nós, homens e mulheres, temos nossas diferenças, mas algumas diferenças são “naturalmente” estigmatizadas. E a naturalização da exclusão é algo ameaçador, uma vez que negamos a existência desse outro dito “anormal”.

A respeito da oralização, Quadros (1997) ressalta que “apesar do investimento de anos de vida de uma criança surda na sua oralização, ela somente é capaz de captar, através da leitura labial, cerca de 20% da mensagem”.

Sua integração social acaba sendo restrita, a compreensão maior são das pessoas próximas, as distantes apresentam dificuldades em entender o que o surdo está falando, outra questão está relacionada à ausência de paciência e a aceitação do outro diferente.

No que se refere ao processo de formação acadêmica, dos 15 surdos entrevistados, 14 passaram por uma escola específica para surdo. Sendo encaminhado para o ensino regular a partir da 5.^a série do Ensino Fundamental.

Em suas falas os entrevistados elucidaram as principais barreiras encontradas no ensino regular, que vão desde problemas com a comunicação, pois não há professores qualificados para lidar com a língua de sinais, até a questão do

ambiente, que muitas vezes não favorece o bem-estar emocional e psicológico. A este respeito os entrevistados se expressam:

[..] estudei numa escola particular que tinha experiência com surdo, mas lá as pessoas me discriminavam por causa da minha surdez. Mas a dificuldade maior foi na época no segundo grau, porque na escola a regra era quem já está no 1.º; 2.º e 3.º ano tem que se virar sozinho, havia uma competição entre os alunos e pra mim foi muito difícil. EP1. S1.

[..] As disciplinas eram difíceis, tinha dificuldade também na comunicação. Dificuldade em conhecer as palavras e seus significados. Então ensinei os sinais para um amigo, aí ele me ajudava. EP1. S2

Tive algumas dificuldades quando cheguei em Manaus, pois as pessoas eram muito oralizadas, a comunicação em Belém era melhor. Quando saí da escola de surdo e fui para a escola do ensino regular, tive muita dificuldade, primeiro as pessoas não falavam comigo, jogavam papel em mim. Os professores eram bons, mas não se importavam se eu estava aprendendo, não sabiam se comunicar comigo, foi difícil. EP2. S3.

Antes era mais difícil, era só oralização, agora a escola está usando Libras ficou melhor. EP1. S4. EP2. S3.

A dificuldade maior foi quando fui pro Ceja (Centro de Educação de Jovens e Adultos), as disciplinas eram difíceis e eu não conhecia muitas palavras, então era difícil entender e os professores também. EP1. S4.

Antes estudei no interior, em Manacapuru, lá estudei na Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), eu odiava as pessoas, só falavam, não entendia nada, ficava calado. A Libras é importante. EP2. S4.

Não encontro dificuldade, o que atrapalha é quando tenho que perder aula por causa do trabalho, principalmente quando ocorre extra ou troca de turno de trabalho, inclusive já repeti de ano por isso. EP1. S5. EP2. S7.

A professora não era qualificada, não sabia trabalhar comigo, foi complicado. EP1. S6.

[...] saí da escola de surdo e fui para a escola de ouvinte, eu falo um pouco. Lá eu dizia sou surdo deficiente, devido às dificuldades encontradas, meu amigo me ajudava, ele escrevia, então, acabava entendendo as coisas. EP1. S7.

[..] na escola de ouvinte a professora só copiava e fazia prova depois, sempre copiei muitos conteúdos. Eu só lia e escrevia, pois a professora também não sabia como falar comigo, não tinha intérprete, estudei sempre só. EP1. S8.

[..] estou na escola de surdos, na 1.ª série eu não sabia o nome das coisas, depois aprendi várias palavras, difícil é quando tem palavras que não conheço. EP2. S1.

[..] tive muitas dificuldades, principalmente quando fui para a escola de ouvinte, os professores não sabiam ensinar, eu perguntava eles não entendiam . Bem, não entendia nada, meu colega que me ajudava às vezes. EP2. S2. S4;

[..] tive dificuldades em várias disciplinas como Química, Física, Biologia, Português. Os professores da escola de ouvinte não sabem trabalhar com surdo, não entendem, é difícil. EP2. S5. S6.

Diante das falas dos entrevistados, as dificuldades e os fracassos na sua escolarização não estão na sua condição de ser surdo e sim nas barreiras sociais encontradas.

Em relação a uma Educação de Surdos, palpada no respeito por sua diferença, temos a Declaração de Salamanca em seu Artigo 21, que destaca a necessidade de se criar políticas educacionais que levem em consideração as diferenças individuais e em relação ao surdo o direito de ser ensinado em sua língua, que no caso do Brasil é a Libras. O referido artigo preceitua que:

As políticas educacionais deverão levar em consideração as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem de sinais como meio de comunicação para os surdos, a ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Devido às necessidades específicas dos surdos e das pessoas surdos-cegas, seriam mais conveniente que a educação lhe fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais, em escolas comuns (SALAMANCA, p. 25, 2003).

As políticas públicas devem ser pensadas no sentido de atender às necessidades educacionais dos surdos, a própria Declaração de Salamanca destaca a importância da educação ocorrer em um espaço que leve em consideração suas diferenças lingüísticas. Afinal o acesso não poderá ser considerado somente o alocamento físico, e sim a participação integral em todo o processo de construção e reconstrução do conhecimento.

No discurso dos surdos, temos presente um distanciamento da representação das escolas do ensino regular denominada “escola de ouvinte”, poderíamos até afirmar que não existe uma identificação com essa escola.

No imaginário da representação social para o surdo, a escola é um espaço distante e estranho. Não existe uma relação significativa, uma vez que os sentimentos são de discriminação, isolamento, estranhamento e negação.

Uma escola que não considera o aluno como um sujeito em processo de construção e reconstrução torna-se apenas reprodutora de conhecimentos. Diante dessa prática, que sujeitos estamos formando, visto que temos uma sociedade em constante processo de transformação? Será que ao favorecer apenas a memorização de conteúdos estaremos favorecendo uma formação significativa?

Em decorrência das práticas sociais excludentes, alguns dos surdos internalizam que sua condição de ser surdo o torna um deficiente, e precisa ser

tratado numa perspectiva da caridade, visão predominante na Idade Média. Na fala do entrevistado temos presente essa representação.

[...] saí da escola de surdo e fui para a escola de ouvinte, eu falo um pouco. Lá eu dizia sou surdo deficiente, devido às dificuldades encontradas, meu amigo me ajudava, ele escrevia então, acabava entendendo as coisas. EP1. S7.

A legitimação da negação do seu direito de ser cidadão acaba gerando esse sentimento de inferioridade em relação aos outros que não são surdos.

Temos também presente o sentimento de isolamento. Na fala do entrevistado:

[..] na escola de ouvinte a professora só copiava e fazia prova depois, sempre copiei muitos conteúdos. Eu só lia e escrevia, pois a professora também não sabia como falar comigo, não tinha intérprete, estudei sempre só. EP1. S8.

Esse “só” implica uma escola que não tem com quem conversar, uma professora que não consegue entender e a necessidade da busca de vencer as dificuldades que se materializam na vida de cada surdo.

Outro ponto a ser considerado é a própria identidade desse surdo. A esse respeito, Perlin ressalta a necessidade da identificação com seus pares no sentido da constituição de sua língua e sua cultura. Quadros (2005, p.33) enfatiza que:

As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvinte. Elas são de outra ordem, uma ordem com base visual e por isso têm características que podem ser ininteligíveis aos ouvintes. Essa cultura se manifesta da própria coletividade que se constitui a partir dos próprios surdos.

Nesta perspectiva, destacaremos o trabalho realizado por uma professora, numa escola de surdos com alunos da 4.^a série. Tratando do tema inclusão “Qual era o significado para cada aluno?” A resposta foi a seguinte: Seria sair da escola que atende surdo até a 4.^a série e passar para outra escola que atende de 5.^a à 8.^a séries alunos surdos.

Pensar na Educação de Surdos é pôr num espaço de discussão, inclusive onde o próprio surdo diga que tipo de escola deseja, afinal as mudanças

estão ocorrendo graças ao movimento que a própria comunidade surda está historicamente construindo. E não repetindo uma história de negação do direito de escolha, cabendo à sociedade majoritária definir.

As ações dos dirigentes da educação não poderão ser executadas de forma aligeirada e inseqüente. As condições oferecidas em nosso Estado ainda são incipientes, pois temos deflagrado o lema da inclusão; no entanto, observamos com um único olhar, o de incluir e não ouvir o outro.³⁰

Portanto, matricular um surdo numa escola onde não exista uma preocupação em assegurar em seu projeto político pedagógico às adaptações necessárias para seu acesso, é perpetuar os índices de fracasso escolar, com um agravante de “culpar” o sujeito que vive a condição de ser surdo.

Pensar a surdez é poder entender o surdo não como um sujeito mutilado, mas sim como um sujeito que apresenta uma diferença de língua, de cultura e de identidade.

Ao falarmos que a educação é para todos, *slogan* utilizado nas discussões educacionais, é preciso definir o que é esse todo. Não estaria demarcada por uma prática de segregar incluindo que, na definição de Gentili (2003, p. 33), significa “que determinados indivíduos estão dotados das condições necessárias para conviver com os incluídos, só que com uma condição inferiorizada, subalterna”. Podemos denominar nessas características as minorias sociais em nossa sociedade ou usando a denominação de Robert Castel, uma categoria de subcidadãos.

Infelizmente existe na nossa sociedade uma demanda cada vez maior de pessoas que vivem essas condições de subcidadãos, fato decorrente de inúmeros fatores como o social, político, econômico e cultural. E como diria Gentili (2003, p.30), “a exclusão se normaliza e, quanto isso acontece, acaba se naturalizando. Deixa de ser um ‘problema’ para ser apenas um ‘dado’”.

3.2.6 Ações e organização da empresa para inserção do surdo

Durante a pesquisa tentamos investigar como as empresas estão se preparando para atender em seu quadro de funcionários pessoas que apresentem

³⁰ O surdo que tem de estar na escola do ensino regular, no entanto nega-se sua diferença lingüística, cultura, identidade, ocasionando ausência de comunicação, sentimento de medo, revolta, angústia e resistência. Outros fatores a serem destacados: não existem professores intérpretes, na correção de sua produção escrita não há um entendimento da interferência de uma outra língua, ou seja, a língua de sinais. Diante dessas questões elucidadas entendemos que o fato de estar junto com o outro dito “normal” em um espaço físico, acaba sendo a configuração de uma inclusão. No nosso entendimento, demarca uma exclusão dissimulada o incluir segregando. Onde está o acesso? As condições de uma educação que leve em conta sua diferença? Será que a qualidade de ensino deve ser caracterizada apenas por dados estatísticos? Onde se diga apenas que se elevou o número de alunos com necessidades especiais no ensino comum? Será que os resultados futuramente para o surdo serão melhores diante da escola que estamos construindo? Não tenho resposta, apenas indagação.

necessidades especiais, principalmente, nos reportando às pessoas surdas. Durante as entrevistas obtivemos os seguintes enunciados:

[...] nós fizemos uma tentativa com várias instituições que trabalham com PNEs, que infelizmente nós não conseguimos capitar pessoas que nós desejávamos trabalhar aqui. EP1.

[..] como eu falei, eles chegam aqui dentro sem um preparo da empresa, então isso fica como uma obrigação legal, mas de certa forma as empresas não estão preparadas, as pessoas não estão preparadas, o processo não está preparado para trabalhar com eles e isso gera dificuldades muito relacionada à comunicação. EP2.

Considerando as falas dos entrevistados, fica evidente que a obrigatoriedade da Lei n.º 7.853/89, regulamentada pelo Decreto n.º 3.298/99, impulsionou as empresas a contratarem pessoas com necessidades, servindo até como uma abertura para a contratação de funcionários, que em outras circunstâncias, talvez, nem fossem absorvidos pelo mercado de trabalho, pelo mínimo de preparação exigido pelas empresas.

É importante destacar que entre os surdos entrevistados a maioria nunca fez um curso profissionalizante. As oportunidades vão surgindo na medida em que dão prosseguimento à vida acadêmica, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais globalizados vão abrindo espaços de conquistas.

Percebe-se, no decorrer do estudo, que a vida dos surdos é marcada por inúmeras barreiras, principalmente pela ausência de acesso ao ensino (ausência de um ambiente lingüístico, professores sem preparação para atendê-los e outros). Infelizmente, temos um número considerável de surdos que ainda não chegou a concluir o Ensino Fundamental.

Em vários momentos, os entrevistados ressaltam que nem as empresas e nem as pessoas estão preparadas para receber pessoas com necessidades especiais, é percebido, então, toda uma barreira social para o acesso, no caso do surdo, algo essencial para as relações humanas, a comunicação. Este discurso perpassa por todas as instâncias da nossa sociedade, uma vez que a maioria se diz não preparada, como a escola, a saúde, os órgãos públicos, a igreja, as faculdades, afinal quem está preparado? Acreditamos na necessidade de a sociedade rever seus conceitos e percepções em relação à aceitação das diferenças para que ações

concretas possam ser materializadas. Como nos ensina Klein (2004, p.88) “ As diferenças são sempre diferenças, não devendo ser entendidas como um estado não-desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade”.

Em relação a essa questão da normalidade, Veiga- Neto (2001, p. 107) destaca que:

Em outras palavras: ainda que os critérios das partilhas normal –anormal emergem da pura relação de grupo consigo mesmo, as marcas da anormalidade vêm sendo procuradas, ao longo da Modernidade, em cada corpo para que, depois, a cada corpo se atribua um lugar nas intrincadas grades das classificações dos desvios, das patologias, das deficiências, das qualidades, das virtudes, dos vícios.

É importante destacar que as leis em relação ao acesso ao trabalho para as pessoas com necessidades especiais estão aprovadas há algum tempo, como a Lei n.º 8.213/91, aprovada há 15 anos, no entanto sua implementação, como a maioria das leis no nosso país, ocorre em processo muito lento.

Constatamos que apesar de incipiente as empresas pesquisadas estão buscando desenvolver algumas ações que visam facilitar o acesso das pessoas com necessidades especiais aos espaços de trabalho das fábricas:

Foi feito um convênio Sine e Seduc, justamente para capacitar os PNEs. O curso irá começar dia 22 de agosto, com duração mais ou menos de 03 meses. Os temas a serem trabalhados na capacitação envolvem conteúdo de Língua Portuguesa, Matemática e os 5S, que envolve os *sensus* de organização, limpeza, relação interpessoal e outros. Nessa formação temos surdos e contamos com intérpretes, inclusive professores da rede estadual e os próprios colaboradores da empresa que tem essa facilidade na comunicação da Libras. EP1.

Na verdade está acontecendo de forma gradativa, nós temos colaboradores surdos na fábrica há mais de 04 anos [...] no início desse ano nós decidimos fazer nosso curso de Libras interno, nós fizemos um protótipo inicial com o modelo do curso, inclusive estamos aperfeiçoando. Para elaborar o curso nós pesquisamos especificamente nos locais onde os colaboradores surdos estavam inseridos, no setor de manufatura. Então colhemos com os líderes e colegas de trabalho desses colaboradores surdos, quais seriam as suas maiores necessidades de comunicação: as principais palavras que eles precisariam aprender para estruturar frases, vocabulário básico para estabelecerem comunicação. Exemplo: Já bateu o ponto? Qual o seu RE (Registro de emprego); Você é de que setor? Quem é o seu chefe? Atrasado? Hora extra? Férias? São termos funcionais para o estabelecimento da comunicação. EP2.

É fundamental que em todos os espaços da sociedade seja possível o acesso para todos, e isso envolve pessoas com necessidades especiais, negros, índios, homossexuais, idosos e outrem, pois são cidadãos e têm direitos assegurados em todas as instâncias da sociedade. Uma rampa, por exemplo, não deve ser vista apenas para o acesso de uma pessoa com deficiência física e sim para todos que dela necessitem, como para um idoso ou para uma pessoa impossibilitada de andar em caráter temporário.

Os cursos de Libras nas empresas são muito importantes, pois a maioria dos surdos entrevistados sofre pela ausência de comunicação e acabam sendo penalizados e excluídos de várias atividades na empresa.

A segurança e a saúde do trabalhador surdo também merecem ser observadas com atenção, em relação a essa questão temos:

Não temos intérprete, somente o líder que sabe algumas coisas em Libras. Isso é muito sério no médico não tem intérprete se sinto dor na cabeça, na perna, no braço aponto e se for no estômago como vou explicar o que estou sentindo se o médico não me entende, é difícil. EP1. S1.

No discurso do trabalhador surdo temos sua preocupação com a assistência médica, algo visível como uma dor no braço, na perna poderá apontar ou fazer uma mímica, mas em situações que tenha de descrever o que está sentindo, é complicado.

Se não existe esse vínculo de comunicação, como os surdos estão sendo atendidos quando têm problemas de saúde? Ou acidente na própria empresa? É interessante analisarmos esse enunciado:

Temos como o instrutor um surdo, é muito bom, usa excelente didática, até brinco nosso: melhor instrutor não fala e nem ouve. EP2.

É excelente, mas é surdo, temos presente a evidência de um discurso marcado pelo padrão de normalidade, e apesar da competência do instrutor há necessidade de explicitar sua condição de surdo. Outra situação é inteligente, mas é

negro, é homossexual, é índio. Temos claro que a diferença é uma marca evidente, gera uma estigmatização.

Ser surdo é ser uma pessoa que usa uma comunicação que envolve um canal espacial e visual e que desenvolve qualquer atividade, desde que lhe sejam dadas as oportunidades, como qualquer cidadão em nossa sociedade.

Nesta perspectiva de discussão, vamos verificar no próximo tópico que cargos e funções os surdos estão ocupando nas empresas.

3.2.7 Cargos ou funções ocupadas pelo surdo nas empresas

Conforme a Tabela 4, podemos constatar que os surdos trabalhadores entrevistados estão inseridos no setor de produção.

A questão de onde inserir as pessoas com necessidades especiais nos postos de trabalho nas empresas é considerada uma barreira. Como vimos na análise anterior, não há uma preocupação nas adaptações de espaço ou a possibilidade de valorizar as potencialidades do que esse trabalhador poderá desenvolver.

Tabela – 4 – Cargos ou funções ocupadas pelo surdo nas empresas

SUJEITO	EMPRESA 01-FUNÇÃO	EMPRESA 02 - FUNÇÃO
S1	Inspetor do processo de produção	Setor de montagem
S2	Usinagem/cargo oficial de produção	Auxiliar de produção
S3	Operador de produção	Setor de produção
S4	Linha de produção	Setor de produção
S5	Setor de produção	Na linha de montagem
S6	Função de Soldador	Na linha de montagem
S7	Oficial de produção.	Auxiliar de produção
S8	Oficial de produção.	

Em relação ao trabalhador surdo, nos enunciados da empresa temos em destaque a sua capacidade de atenção, capacidade de mão-de-obra, elevado índice

de produção e sua inserção e exposição em um alto nível de pressão sonora, inclusive poderíamos até dizer nocivo à audição humana.

[...] temos um setor chamado USINAYTI, que capta a maior quantidade de pessoas no caso surda. Nós temos lá uma área de jateamento onde a peça, digamos assim, é fundida, confeccionada e sobra ali pólos que eles acabam jateando essas peças e esse setor é bastante crítico porque faz muito barulho, então nós tivemos vários problemas com pessoas normais apesar da empresa oferecer equipamentos de proteção individual, nós notamos que o nível e Décibels (Db) é bastante elevado, então nessa área temos várias pessoas com necessidades surdas . Inclusive digamos assim eles têm um desempenho além do normal das pessoas que não tem problemas com essa deficiência. EP1.

Quanto ao surdo, os cargos ocupados são como operadores de máquinas (regula máquina, trabalha com produtos, embala, operações simples) e auxiliar na produção. EP2.

Reportando-nos a Max (2003, p. 272), temos a expropriação da força de trabalho, onde o trabalhador vende sua força de trabalho de acordo com as exigências da empresa, “a mercadoria que te vendo se distingue da multidão de outras, porque seu consumo cria valor, e valor maior que seu custo”.

A indústria emprega o surdo considerando o aspecto legal? Ou por que, simplesmente, atende à necessidade de um meio de produção específico? Considerando que por causa de sua perda auditiva deva ser uma apêndice desses espaços ruidosos nas empresas?

A respeito dessa questão temos a necessidade urgente de romper com essas práticas segregadoras e discriminatórias, onde o trabalhador surdo seja visto como um corpo mutilado, onde esta falta seja considerada parâmetro para preenchimento de cargo ou exploração no trabalho.

Com relação ao local de trabalho que sejam locais ruidosos, Soalheiro (1999, p. 62) destaca que:

A presença de alto nível de pressão sonora no ambiente é um fator de risco físico importante, desencadeador de agravos do tipo teratogênico, neurovegetativo, comportamental, auditivo metabólico, cognitivo, econômico, ambiental e psicossocial. O ruído, portanto, faz parte de fatores de risco físico determinantes de nocividade no ambiente de trabalho. A legislação não exclui o surdo.

É importante destacar que alguns trabalhadores surdos durante a entrevista apontaram seu espaço de trabalho como um local muito barulhento e que é inclusive perturbador. Nas fala temos os seguintes enunciados:

[..] não gosto me perturba. EP1. S5.

[..] lugar muito barulhento, percebo ruídos, sei que é muito forte, preciso usar protetor no ouvido. EP1. S8.

A insegurança ou medo de contratar surdos que apresentem potencial para preencher outros cargos que não seja da linha de produção, é uma realidade que ainda atinge muitas empresas em nosso país. Destacaremos uma situação vivenciada por um dos trabalhadores surdos entrevistado:

[...] precisavam de um surdo que tivesse o 2º grau para trabalhar como administrativo então eu fui lá, mais não era administrativo e sim para trabalhar na produção. Antes de ser contratado trabalhei um ano e meio com serviço provisório temporário. O que significa o contrato provisório? Durante o período de um ano e meio eu estava sendo avaliado e só depois fui efetivado pela empresa. EP01 S01.

Outra questão apresentada neste enunciado, é o reflexo do novo modelo de produção, no qual o trabalhador não dispõe do emprego, mais sim da empregabilidade, novo conceito que se materializa frente a essas mudanças na organização da produção e do trabalho. Caracteriza-se pela expansão do trabalho parcial, temporário, precário, com o serviço terceirizado e total insegurança social³¹.

O emprego temporário é uma realidade de muitos surdos trabalhadores, pois percebemos essa situação no espaço da escola, gerando em alguns casos, a desistência do aluno do ano letivo.

3.2.8 Participação dos surdos nas diferentes atividades desenvolvidas nas empresas (palestras, cursos, reuniões, eventos e outrem)

³¹ A segurança deveria fazer parte dos direitos sociais na medida em que a insegurança constitui uma falta grave ao pacto social. Viver na insegurança no dia-a-dia é não poder mais fazer sociedade com seus semelhantes e viver sua vizinhança sob o signo da ameaça, e não do acolhimento e da reciprocidade (CASTEL, 2005, p. 91).

Quando nos reportamos às ações para a inserção das pessoas com necessidades especiais no espaço da empresa, envolve o todo, o que significa o direito de participar de cursos, reuniões, promoções, eventos e outros.

Com relação às ações desenvolvidas pelas empresas pesquisadas temos as seguintes informações:

Quando é encontro, participam através de treinamentos setoriais. A empresa está se preparando pra que possa estar junto. Nas reuniões com setores espera-se chegar o nível de ter o palestrante e a presença do intérprete e não estamos longe. EP1.

È um grande “calcanhar-de-aquiles” no momento. Um treinamento técnico, a gente está começando a tomar providência agora, estamos remanejando uma pessoa de outro setor, são as primeiras providências. Essa pessoa tem proficiência ou conhece a Libras?

Não, ela fez o curso, ela não está habilitada, como eu falei a atividade dela será pontual, pois estará 97% em atividades do setor. EP2

Como as empresas ainda estão se preparando, e sendo ainda a participação do surdo “calcanhar-de-aquiles”, consideramos que esse enunciado evidencia um entrave, um problema.

Vencer as barreiras que impedem a inserção da pessoa com necessidade especial ainda é um processo longo, pois esse acesso para o surdo é muito incipiente. Podemos constatar nas falas dos próprios trabalhadores que esclarecem que as oportunidades de participação em cursos, palestras, reuniões não ocorrem em função das barreiras da comunicação:

Na empresa eu fiz curso de interpretação de desenho técnico, também mecânica e industrial. EP1. S1

Na empresa ainda não tive oportunidades, porque não tinha intérprete para me ajudar. No curso o professor fala e escreve e eu sou surdo como vou entender? EP1. S2.

Vou para as palestras e reuniões, mas, não entendo porque não tem interprete. Um amigo procura me explicar depois algumas coisas. Se quebra por exemplo um equipamento, há problema na produção, então fazem a reunião e eu não entendo nada. EP1. S3.

Encontrei muita dificuldade, porque eu tenho baixo nível de escolaridade, outros ouvintes conseguiam e eu sofria muito. Muitos viajam para fazer curso em São Paulo, mas nunca viajei, meu estudo é baixo. Os japoneses são muitos ríspidos, exigentes, as oportunidades são para os ouvintes. Eles

estão sempre olhando, qualquer problema mandam embora. Nas palestras procuro alguém para me ajudar, tem um amigo que sabe um pouco de Libras, ele me ajuda. Às vezes fico só olhando, o chefe falou sobre salário, pra mim ficou como um segredo. Sempre são os ouvintes que têm melhores oportunidades, paciência. Acredito que temos o direito de ter as mesmas oportunidades que as outras pessoas na fábrica. EP 1 .S4.

Fiz um pela Cipat (Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho), realizei a leitura do material, era sobre acidente de trabalho. Nas palestras fico só olhando, pois ainda não temos intérprete. Para comunicar as reuniões usam o microfone, então o amigo manda mensagem celular e vejo no final do dia. EP1. S8

Na empresa 1 temos presente nos enunciados dos surdos trabalhadores a negação do direito em ter acesso aos cursos, às palestras ou às reuniões, contrapondo com os procedimentos apresentados pelas empresas, uma vez que o fato de estar num espaço não é garantia que estejam participando e tendo as mesmas oportunidades de trabalhadores ouvintes, o que ocorre é apenas um alocamento.

No enunciado dos sujeitos percebemos claramente que sua inserção depende exclusivamente da ajuda de um amigo que aprende a se comunicar com esses surdos, caso contrário, ficariam mais excluídos, pois essa comunicação para o surdo ainda está distante.

Percebemos novamente no enunciado do sujeito 4, o desabafo em relação à negação dos seus direitos comparando com os demais funcionários, a questão do baixo nível acadêmico como principal barreira para participação efetivamente das atividades desenvolvidas na fábrica, inclusive o sentimento de vigilância no seu trabalho por parte de seus chefes e o medo de errar e ser demitido.

Neste enunciado “sempre são os ouvintes que têm melhores oportunidades, paciência” temos externado o sentimento que envolve a relação de poder, o imaginário social de inferioridade em relação ao outro. A “paciência” é uma expressão que evidencia a consciência da impotência diante desse fato, sendo necessário ter a capacidade de esperar.

A empresa 2 ressalta que disponibilizará uma pessoa para atuar como intérprete. Na sua fala temos:

[..] agora., estamos remanejando uma pessoa de outro setor, são as primeiras providências. **Essa pessoa tem proficiência ou conhece a**

Libras? Não, ela fez o curso, ela não está habilitada, como eu falei a atividade dela será pontual, pois estará 97% em atividades do setor agora.

A empresa explicita que a funcionária exercerá dupla função, as relacionadas ao seu posto de trabalho e como intérprete, a esse respeito suscitamos dois pontos de reflexão. O primeiro é conhecimento que se tem sobre a Libras. Geralmente é entendida como mímicas ou simplesmente alguns gestos que servem para estabelecer comunicação.

É necessário entender que a Libras é a segunda língua oficializada no Brasil, um idioma que apresenta uma regra lingüística,³², igual às demais línguas, como a portuguesa, francesa, inglesa e outras.

Diante desta questão vamos propor as seguintes reflexões: Uma pessoa que não tem proficiência numa língua pode exercer o papel de intérprete? Será que o estabelecimento da comunicação será eficaz? Vamos nos pôr na situação do surdo, com um intérprete que não domina a Língua de Sinais. Sendo que somos falantes da Língua Portuguesa ouvindo uma palestra em inglês, onde o tradutor não tenha domínio da língua. Como será nosso entendimento? Ou paciência em ouvir informações fragmentadas?

Outra questão está nas exigências que o mercado de trabalho faz, configurando em “saber fazer” e em “saber ser”. O profissional tem de ter a capacidade de atender às exigências do mercado de trabalho, caso contrário, a sua força de trabalho não poderá ser absorvida.

O trabalho, uma mercadoria que precisa ter um atributo a mais para poder concorrer em um espaço com inúmeros trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho. Em relação a essa questão é exigido a polivalência do trabalhador nos

³² No que se refere a língua de sinais, a **fonologia** é representada pela querologia (significa articulação das mãos e dos pulsos). Do mesmo modo que a fonologia é representada por meio dos fonemas de uma língua, concretizados pela articulação dos sons da fala, a querologia é representada pelos queremas, através da articulação dos sinais. (FERNANDES, 2003, p. 40).

Plano Morfológico que caracteriza-se pelo estudo da forma. O que diferencia de algumas línguas orais-auditivas é que, ao contrário da maioria dessas, a língua de sinais são sintéticas. Por esta razão, a língua de sinais não tem artigo, como ocorreu no latim clássico (FERNANDES, 2003, p. 42).

Plano Sintático é o estudo das inter-relações dos elementos estruturais da frase e das regras que regem a combinação das sentenças. A sintaxe da língua de sinais atestam como característica principal o sincretismo.

Plano Semântico-Pragmático são determinados em qualquer língua, quando em seu uso no texto. Nas línguas de sinais podem aparecer por intermédio de traços prosódicos que se realizam pelas expressões faciais (sorriso, musculatura facial, de modo geral), manuais (lentidão ou rapidez, suavidade ou rigidez da mão ao mover-se, para produzir expressão) ou corporais (FERNANDES, 2003, p. 43).

espaços das fábricas. Considerando essas mudanças, Mourão (2002, p. 12) destaca que:

Refletindo a nova organização, as relações de trabalho se modificam. As equipes constituem uma metamorfose das relações anteriores, embora a situação se apresente diferentemente de acordo com cada empresa, sendo muito difícil generalizar as experiências. No entanto, pode-se dizer que quando o processo de automação se intensifica, exige uma forma de organização centrada no trabalho coletivo que altera a estrutura da equipe de trabalho. Verifica-se uma reclassificação dos postos de trabalho, uma diversificação do papel da manutenção, uma tendência à superação do trabalho em cadeia, uma reorganização das seqüências de trabalho e uma transformação das equipes.

Neste contexto, temos a situação da funcionária que, para atender às necessidades da empresa, terá de desenvolver suas funções específicas, como também dar conta em outro momento, de ser intérprete. Nesta situação, perpassa também a questão econômica da empresa em contratar, por exemplo, um intérprete.

Em relação à empresa 2, os enunciados não são tão diferentes em relação à empresa 1, no entanto já ocorre o conhecimento de que algumas ações estão sendo desenvolvidas para proporcionar acesso à comunicação desses trabalhadores surdos:

Cursos ainda não, me deram só um livro para eu estudar, devolvi, fiquei surpreso só eu, só deram o material pra estudar sozinho, só que tive dificuldade em ler o material. Lá na empresa, tem palestra aí a moça que é minha amiga interpreta para mim. Agora tem o instrutor surdo que ensina Libras, às 3 horas vai um grupo para ele ensinar, tem muitas pessoas aprendendo, inclusive minha amiga. EP2. S1.

Particpei do curso dos 5S, mas não entendi nada, não tinha intérprete. Nas reuniões tem um colega que me ajuda. EP2. S2.

Fiz 2 cursos, um ligado à montagem de computadores, no curso meu amigo ouvinte me ajudava, o outro curso esqueci o nome. EP 2. S4.

Quando tem palestra, um homem inteligente dá informações, escreve no quadro, meu amigo ouvinte tenta me explicar, mas é difícil, ele não sabe bem a Libras. Então fico só olhando. EP2. S4.

Não fiz o curso ainda, pro surdo é um pouco complicado, devido a dificuldade na comunicação, nas palestras meu amigo me ajuda explicando ou escrevendo as informações. EP2. S6. S7.

Particpei de um curso de computação e ao meu lado tinha uma amiga que me ajudava, mas foi difícil, às vezes não conseguia entender as coisas. Quando somos chamados para as palestras ficamos sentados olhando. Agora talvez melhore, chegou uma mulher de Curitiba que vai fazer as traduções. EP2. S7.

Apesar das barreiras existentes para a inserção do trabalhador com necessidades especiais no mercado de trabalho, não podemos negar os avanços como as leis, os decretos e resoluções e algumas iniciativas de proporcionar o acesso nos espaços das empresas, como, por exemplo, de favorecer a comunicação dos surdos. Fator apontado como uma das principais barreiras para sua efetiva participação na empresa.

Percebe-se ao longo das discussões que os discursos estão carregados de uma relação de poder onde o outro diferente “funciona como depositário de todos os males, como portador de falhas sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre, a deficiência é do deficiente e a exclusão é do excluído” (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 124).

Portanto, esse outro no olhar do outro que define as normas etnocêntricas não existe. E a sociedade continua, ao longo de sua história, negando a existência desse outro diferente que não atende às exigências de sua organização social, política, econômica e cultural, situação que pode ser observada claramente nas construções arquitetônicas de nossos prédios, escolas e demais.

A respeito do poder imposto por esse outro etnocêntrico ao outro estigmatizado, trataremos no próximo tópico de discussão como ocorre essa relação no espaço da fábrica.

3.2.9 Percepção em relação à discriminação e preconceito por ser surdo

Quando falamos de preconceito, não podemos deixar de falar de discriminação. Segundo Marques (2006, p. 107), “o preconceito legitima a discriminação³³ e esta, por sua vez, gera o preconceito”.³⁴

Esses valores demarcam a exclusão e a desvalorização do outro que não atenda às exigências impostas por um padrão de homem, que vem se constituindo ao longo de sua história. Discutiremos fenômenos sociais que nos possibilitam acompanhar melhor esse movimento histórico da relação humana.

Quando perguntamos aos trabalhadores surdos se já haviam sentido ou percebido algum tipo de preconceito e discriminação por serem surdos, tivemos os seguintes enunciados:

Como falei antes, fui discriminada no início por ser surdo. Hoje sou muito conhecido na empresa, me considero como respeitado. EP01.S1

Tem gozação, brincadeiras e bagunça de alguns funcionários. EP2. S2.

Sempre, normal, eu fico com raiva, nervoso, mas deixo pra lá. Há muito tempo os surdos brigavam a acabavam sendo mandado embora, então aprende com essa situação, agora ignoro. EP1. S3.

Não percebi nada. EP1. S4. S5.

Discriminação não, mas percebo algumas brincadeiras pesadas, piadinhas (que o deficiente é “homossexual”, curiosidade sobre a vida sexual do surdo). EP1. S6.

Normal, eu sou o único surdo, preciso de intérprete para comunicar. Meus amigos bons, brincam. Meu chefe gosta muito de mim, eu presto muita atenção no trabalho, não dou problemas. EP1. S7.

Lá é muito rígido, todo mundo faz o trabalho calado, só pode conversar no almoço, até porque o chefe é muito sério, rígido. Por ser surdo muitas vezes o chefe fica observando, às vezes chego até a me assustar. Observa meu trabalho. As pessoas parecem ser falsas comigo. Eu percebo sempre estarem perguntando a meu respeito, observam meu trabalho se estar certo ou errado, podem até me acusar que estar errado. O chefe fica observando se estou fazendo corretamente e por ser surdo tem de ser vigiado. EP 1. S8.

³³ É o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros (MARQUES, 2006, p.106).

³⁴ É uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (MARQUES, 2006, p. 106).

Nos enunciados dos trabalhadores surdos da EP1, a maioria encontrou algum tipo de discriminação, preconceito, levando-os ao sentimento de raiva, desconfiança em razão da vigilância por parte do empregador nas atividades desenvolvidas ou nas próprias relações com os colegas de trabalho, o medo de ser demitido, caso fizesse alguma coisa errada ou provocasse alguma briga na empresa.

Essa questão de briga nas empresas, o surdo acaba sendo penalizado, em consequência de não saber se defender ou justificar o motivo que o levou a brigar, afinal no momento de cólera a única forma talvez que tenha de externar sua raiva é partindo para a briga, ocasionando um transtorno em sua vida social e econômica.

No discurso do S3, este deixa claro que já houve trabalhador surdo despedido por esses fatores, como ressalta “ignorar” o que está acontecendo foi uma forma de lidar com essas questões.

Nos enunciados dos trabalhadores da EP2, nos deparamos com situações similares em relação a EP1, como poderemos perceber nos discursos apresentados abaixo:

Antigamente sim, agora não. As mulheres não eram pessoas educadas, falavam alto comigo, então falei para o meu chefe e ele falou que elas estavam erradas, que não deviam me tratar daquela forma e que precisavam ser mais educadas. Elas eram más. No começo as pessoas tinham muita dificuldades, as pessoas não ajudavam, não tinham paciência, agora estão aprendendo a me respeitar, agora todo mundo é amigo. EP2.S1.

Tem sim, já aconteceu, por exemplo às vezes as pessoas ficarem criticando, acusando e fazendo gozação. EP2. S2.

Às vezes os ouvintes fazem gozação, eu não ligo EP2. S3 e S4

Fazem bobagem, me enganam, são às vezes muito chatos, fico calado pois meu chefe pode ver, então nem ligo. Eu não posso brigar, então, para não ser chamado atenção pelo chefe prefiro ficar calado. Aprendi, outros surdos já foram demitidos por causa de briga. EP2. S5.

Às vezes tem confusão como não quero ser mandado embora por causa de fofoca. EP2. S6.

Normal, às vezes percebo que estão falando de mim, mas não estou nem aí. EP2. S7.

No enunciado do S1, este reclama das colegas de trabalho, pois apesar de serem surdos não impede de perceber as diferentes formas de tratamento. A

presença de um surdo na empresa favorece o conhecimento de outros trabalhadores no sentido de compreender que são pessoas com potencialidades e que podem desenvolver e executar as atividades no espaço de trabalho.

As maiores barreiras para as pessoas com necessidades especiais estão nas barreiras sociais, portanto temos de desconstruir e desmistificar essas representações e ações preconceituosas, discriminatórias e excludentes em nossa sociedade, caso contrário, teremos as leis, mas sua implementação continuará sendo negada.

IV– CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Reconstruindo caminhos de uma voz silenciada, mas emergindo num espaço, num corpo e num gesto

Considerando o estudo realizado, percebemos a necessidade de ruptura de uma visão de sociedade pautada em concepções etnocêntricas, preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com necessidades especiais. Não negamos as mudanças que gradativamente vêm sendo implementadas com a ajuda da ciência, estudos, pesquisas, inclusive com garantias definidas em textos legais.

No entanto, apesar de estarmos em pleno século 21, nos deparamos com situações de exclusão, confinamento e negação da existência do outro, principalmente os que apresentam uma marca visível e a própria naturalização desses fatores sociais existentes.

Daí os movimentos da própria comunidade surda, fazerem seus gritos “ecoarem”, no sentido de dizer que são diferentes sim, no entanto são homens, mulheres, cidadãos, que estão presentes nesta sociedade que insiste em negar a sua existência. Inclusive, criando mecanismos que legitimam sua exclusão. Como, por exemplo, não lhe concedendo o direito de escolher que educação se deseja. Temos novamente uma imposição, mediante o discurso de uma Educação Inclusiva. Em relação às pessoas com necessidades especiais, o lema é o oferecimento de sua escolarização no ensino comum, no entanto as condições de acessos não são proporcionadas ficando novamente no caso do surdo com sua educação negada.

É lamentável que a qualidade de ensino esteja exclusivamente atrelada a dados estatísticos, portanto a preocupação é elevar números, ficando o processo do ensino-aprendizagem em segundo plano.

O radicalismo e a imposição provocaram resultados nefastos na vida de muitos surdos, como elucidamos no decorrer desta pesquisa.

É importante destacar que a vida é um processo contraditório, e na sociedade a luta de classes se faz presente. Gadotti enuncia que “a transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, numa repetição do velho” (2003 p. 26). Por isso, enfatizamos que na sociedade ocorrem rupturas e continuidades, e nesse processo, que é dialético, novas relações sociais se estabelecem.

Se ao surdo foi negado ao longo de sua história o direito de usar uma língua diferente do padrão da normalidade, cabe neste momento histórico refletirmos sobre a possibilidade de romper com esse olhar, marcado pela incapacidade e pela deficiência. Inclusive, entendendo a surdez como uma experiência visual, espacial e gestual. E não num olhar concentrador que evidencia somente a falta.

Os preceitos legais garantem o direito de acesso ao mercado de trabalho, afinal são pessoas com necessidades especiais, mas são pessoas produtivas, no entanto as barreiras sociais são suas grandes inimigas.

Os surdos são pessoas que encontram inúmeras dificuldades, como o baixo nível de escolaridade, visto que o mínimo exigido pelas empresas é o Ensino Médio. No entanto, sabemos que o acesso ao trabalho é uma barreira em nossa sociedade, não só para os surdos, por causa da configuração do mercado capitalista.

Outra questão a ser destacada é a incipiência do acesso, principalmente as barreiras da comunicação que impossibilitam o surdo de participar de cursos, palestras, reuniões.

A visão na perspectiva da incapacidade, da deficiência, pelos empregadores gera: insegurança em contratá-los, dificuldade em colocá-los em outros espaços que não seja na linha de produção, resistência em atender à lei, dificuldade ou ausência de ações que favoreçam a participação em cursos, visto que a grande maioria de surdos se sente excluída das oportunidades concedidas a outros funcionários da empresa.

A questão da inserção das pessoas com necessidades no mercado de trabalho também precisa ser discutida, como foram apontadas neste estudo ainda persistem muitas barreiras.

Talvez se tenha necessidade de estabelecer cada vez mais as identidades definidas por Manuel Castells (2002) como: identidade de resistência, em função das

condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas e a identidade de projeto “atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade”.

Portanto, essas identidades poderão ser construídas mediante os movimentos, mobilizações e as construções constantes de novas propostas, como a que aconteceu na I e II Conferências Estaduais dos Direitos Humanos dos Surdos, realizadas em Porto Alegre nos anos de 1999 e 2000. Acreditamos que são reivindicações pertinentes ao atendimento da necessidade do trabalhador surdo.

Com relação à inserção do surdo no mercado de trabalho na cidade de Manaus, já temos algumas iniciativas das empresas em relação ao acesso, no entanto os resultados dessas ações para o surdo ainda são mínimos, visto que ainda não sentem ou vivenciam os resultados dessas ações no cotidiano das empresas, fato observado nas falas dos trabalhadores pesquisados.

4.2 Apontando caminhos diante da realidade pesquisada e elucidando vozes silenciadas

Diante do percurso desta pesquisa suscitamos alguns caminhos, no sentido de contribuir para a reconstrução da realidade constituída e que precisa ser alterada, afinal “o pensamento é como a águia que só alça vôo nos espaços vazios do desconhecido. Pensar é voar sobre o que não se sabe” (ALVES, 2000, p. 78). Daí o grande desafio do processo de construção do conhecimento e sua contribuição para transformação da realidade. Neste sentido suscitamos, algumas ações tais como:

- 1) Garantia da participação dos surdos nos cursos de qualificações profissionais com a presença de intérprete;
- 2) Ampliação e continuidade do curso de Libras nas empresas;
- 3) Parceria com a Feneis, Asmam e Escola Específica para surdos, com a finalidade de orientação e ajuda como: palestras; cursos de Libras, encaminhamento para o trabalho e outrem.
- 4) Ao Ministério Público, maior atuação de fiscalização quanto à implementação do cumprimento das reservas de mercado às pessoas com necessidades especiais.

- 5) Ampliação nas instituições de qualificação profissional com vagas para pessoas surdas, presença de intérpretes e adequações necessárias para sua inclusão.
- 6) Desmistificar mediante orientações e palestras a limitação de cargos e funções que poderão ser desenvolvidas pelo trabalhador, visto que poderá exercer diferentes atividades.
- 7) Intensificar por intermédio da Asmam e Feneis um programa de orientação profissional e orientação à família.
- 8) A escola deverá tornar-se espaços de discussão onde a questão lingüística, a identidade e a cultura do surdo fossem entendidas numa perspectiva de respeito à sua diferença, desta forma contribuirá para resignificação das práticas docentes.

Com relação à continuidade deste estudo, estabeleceremos um tempo, pois consideramos que não existe uma verdade absoluta, a partir de nossa discussão se construirão novos diálogos, reflexões e inquietações. Afinal o homem é um ser histórico e social e, por isso, suas identidades se constroem e se reconstroem de forma constante e dialética. As categorias da mediação, da contradição e da totalidade permeiam este movimento. Daí a relevância de novas pesquisas e novos olhares em relação à temática abordada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

_____. Dimensões da globalização: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ANACHE, Alexandra Ayach. Educação e deficiência: estudo sobre a educação da pessoa com deficiência visual. Campo Grande, MS: CECITEC/UFMS, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação. 2ª. edição. São Paulo: Moderna, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 11ª. edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BERNADINO, Elidéa Lúcia. Absurdo ou lógica? Os surdos e suas produções lingüísticas. Belo Horizonte: Profetizando vida, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensino da Língua Portuguesa surdos: caminhos para a prática pedagógica: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. CORDE. Trabalho e Emprego: Instrução da Identidade pessoal e social/ por Maria Salete Fábio Aranha- São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003 (Série coleção Estudos e Pesquisas na Área da deficiência; v. 9).

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho do século xx. Tradução de Natanael C. Caixeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro 1987. Tradução de Labor and Monopoly Capital: The degradation of Work in the Twentieth Century.

BRITO, Lucinda Ferreira. Integração & Social: Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BOTELHO, Antônio José. Redesenhando o projeto: Zona Franca de Manaus. Manaus: Editora Valer, 2006.

CALDEIRA, José Carlos Lassi. Programa Comunicar: aquisição e desenvolvimento da língua de sinais. Belo horizonte: Clínica Escola Fono, 1998.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandinio Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTEL, Robert. A insegurança Social: O que é ser protegido? Trad. Lúcia M. Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COMÊNIO. Didática Magna. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução: Viviane Ribeiro. 2ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, Sylvia. Bin/bibliot/arquivo.cgi?=[fsp2005&bannerssarqfolha](#). Acesso em ,30de abril de 2006.

Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva/Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. (Saberes e práticas da inclusão)

Direito à educação: necessidades educativas especiais: Subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro/ Organização e Coordenação: Francisca R. Furtado do Monte, Ivana Siqueira, José Rafael Miranda.-Brasília: MEC, SEESP, 2001.

Direito à educação: Subsídios para gestão dos sistemas educacionais: ORIENTAÇÕES GERAIS E MARCOS LEGAIS/Organização e Coordenação Marlene de Oliveira Gotti. [et.al.].- Brasília: MEC, SEESP, 2004.

DUGUÊ, Elisabeth. A lógica da competência: o retorno do passado. Antônio Tomasi (org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR Carlos.O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação.Org. Jorge Larrosa e Carlos Skliar. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FALCON, Francisco Moura Gerson. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus,1989. (Contribuições em ciências sociais).

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das Pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA-Ed., 2004.

Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos: Desenvolvimento do surdo “Enquanto Pessoa”. Belo Horizonte - MG. 1995.

FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto alegre: artmed, 2003.

FRIGOTO, Gaudêncio. Escola básica e articulação entre conhecimento, cultura e trabalho. S.Luis, MA, Educar e Eventos, 11 de jul. 2004. Registro realizado no V Congresso Internacional de Educação: Os desafios no processo de aprendizagem.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética: um estudo introdutório. 14^a. edição. São Paulo: Cortez, 2003.

GALEANO, Eduardo. INES Instituto Nacional de Educação de Surdos. Espaço: Edição Comemorativa 140 anos. Colaboração: Solange Rocha. Belo Horizonte: Editora Littera, 1997.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto: com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças Zapatistas. Petrópolis: Vozes, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Clara Luz, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. Reflexões sobre o funcionamento do discurso do outro: de Bakhtin à análise de discurso. In. ZANDWAIS, Ana. Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

GUGUÉ, Elisabeth. A lógica da competência: o retorno do passado. (org.) Antônio Tomasi. As qualificação a cpmpetência: pensando o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004.

<http://wwwi.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp2005&banner=bannersarqfolha>-acessado em 29/12/2005

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7^a. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David, A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

HELOANI, Roberto. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. 2^a. edição. São Paulo: Cortez, 1996.

INIGUEZ, Lupicinio. Prática da Análise do discurso: Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Trad. Vera Lúcia Joscelyne -Petroópolis: Vozes, 2004.

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KAUACHE, Samira. Comunidade surda: As demandas identitárias no campo dos direitos, inclusão e da participação social. In. : et al. Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

KLEIN, Madalena. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In. : Adriana da Silva Thoma e Maura Corci Lopes (Org.). A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

KOSIK, Karel. (1926). *Dialética do Concreto*. Trad. Célia Alves e Alderico Toríbio. 7.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976/2002.

KOBER, Claudia Mattos. *Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LACERDA, Cristina B. F. de. et al. *Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe*. São Paulo: Plexus, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3. ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. *Deficiência e trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmica do nosso Tempo)

LOPES, Maura Corcini. *A natureza educável do surdo: A normalização surda no espaço da escola de surdos*. In. : Adriana da Silva Thoma e Maura Corci Lopes. (Org.) *A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

LOPES, Gláucia Gomes Vergara. *A inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho: A Efetividade das Leis Brasileiras*. São Paulo: LTr, 2005.

LULKIN, Andrés Sérgio. *Identidades surdas*. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*: Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998, p. 51-73.

MAZZOTA, Marcos J.S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, Cristiani. *Discriminação no emprego*. Org. Luiz Alberto David Araújo. *Defesa dos direitos das pessoas portadores de deficiência*. São Paul: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 1953. *Obras escolhidas*. São Paulos: Editora Alfa-Omega sem data.

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosoficos*. Trad. Artur Mourão. Edições 70. S/d.

MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital: crítica da Economia crítica*: Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 19.^a edição. São Paulo: 2003a.

_____. 1818-1883. *O Capital: crítica da Economia crítica*: Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 21.^a ed. São Paulo: 2003 b.

MARQUES, Cristiane. *Discriminação no emprego*. Org. Luiz Alberto David Araújo. *Defesa dos direitos das pessoas portadores de deficiência*. São Paul: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MEC. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos? Coordenação geral*. SEESP/MEC; Organização:

Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.) Saberes e práticas da inclusão).

MELO, Paulo Roberto de Souza e ROSA, Sérgio Eduardo Silveira da. A indústria eletrônica na Zona Franca de Manaus. Disponível no Google. Acesso em 15 agosto de 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Trabalho e deficiência: velhos desafios e novos caminhos. Organização Eduardo José Manzini. Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a escola. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A qualificação profissional e a automação na obra de Georges Friedmann. Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 1996.

_____. A fábrica como espaço educativo - a qualificação do trabalhador frente às exigências tecnológicas e organizacionais: estudo de caso em uma fábrica do setor eletroeletrônico, na Zona Franca de Manaus. São Paulo: PUC, 2002. Tese Doutorado.

_____. Da qualificação à competência: Novas relações entre o trabalho e a educação? Manaus: BK Editora, 2005.

_____. O processo de globalização na amazônia: Discutindo a Zona Franca de Manaus. 2001 Trabalho não publicado.

NETO, Alfredo Veiga. Incluir para excluir. (Orgs.). LAROSSA Jorge e SKLIAR, Carlos. Habitantes de babel. Trd. Semíris Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NETO. Benedito de Moraes. Século XX e Trabalho industrial: Taylorismo/fordismo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

OLIVEIRA, Selma Baçal de. Reestruturação produtiva e Qualificação profissional na Zona Franca de Manaus. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do trabalho. 4ªed. São Paulo: Ática, 2003.

PANUZZIO. Daniele. Panorama sobre os portadores de necessidades especiais e sua inserção no mercado de trabalho. In: NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira (Org.). Direito das minorias: proteção e discriminação no trabalho. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

PERLIN, Gládis T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças: Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998, p. 51-73.

_____. O lugar da cultura surda. (Org.) Adriana da Silva Thoma; Maura Corci Lopes. A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação dos surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHE, Janine. A dialética qualificação - competência: estado da questão. (org.) Antônio Tomasi. Da qualificação a competência: pensando o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SÁ, Nídia Limeira de Educação e Surdos: A caminho do Bilingüismo. Niterói: EdUFF, 1999.

_____. Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALAZAR, Admilton Penheiro. Amazônia: Globalização e sustentabilidade. 2ª ed. Manaus: Valer, 2006

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1999.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire. Conhecendo a análise de discurso: Linguagem, sociedade e ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006.

SACRISTÀN, J. Gimeno. A Educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Tradução: Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Tradução: Alfredo Barcelos Pinheiro Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SEMPRINI, Andréa. Multiculturalismo. Trad. Laureano Pelçegrin - Bauru, SP, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. (org.). Sturt Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de Sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SKLIAR, Carlos. (Org.). Um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia da diferença: e se o outro não estivesse aí? Trad. Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Educação Especial: Múltiplas leituras e diferentes significados. (Orgs.). Shieley Silva e Maria Vizin. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil – ALB, 2004. (Coleção Leitura do Brasil)

SOALHAEIRO, Márcia. Trabalho em ambiente com altos níveis de pressão sonora: adequação ou não para a pessoa surda. Anais do Seminário Educação, trabalho & surdez, INES 1 a 3 de setembro de 1999.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

VEER. René Van Der e VALSINER Jaan. Vygotsky: Uma síntese. Trad. Cecília C. Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VYGOTSK, L.S. Pensamento e linguagem. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WARNIER, Jean-Pierre. A mundialização da cultura. Tradução. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

WRIGLEY, Owen. The Politics of deafness. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

Documentos Consultados

Lei 7.853/89 – Trata do apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração em diversas instâncias da sociedade. Relevância no acesso ao mercado de trabalho.

Lei 8.213 – Trata do acesso das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho.

Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei 10.436/2002- Trata da oficialização da Libras.

Decreto 3.298/99 - Trata da regulamentação da Lei 7.853/89.

Constituição Brasileira.

Portaria 284/12/2003- Trata do acesso das pessoas com necessidades especiais na universidade.

Portaria 1.1999/2003 – Trata da imposição da multa em empresas que não atendam o percentual mínimo de cargo exigido em lei, de trabalhadores com necessidades especiais.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – 1 – EMPRESAS

1-Nome da fábrica.

2-Nome do entrevistado.

3-Nível de escolaridade.

4-Tempo de serviço na empresa.

5-Qual o nível mínimo de escolarização exigido pela empresa para seus funcionários em geral?

6-Qual o número de funcionários na empresa?

7- empresa contrata trabalhador com necessidades especiais? Quais as necessidades especiais e o número?

8- empresa contrata trabalhador com necessidades especiais? Quais as necessidades especiais e o número?

9-A Qual o número de funcionários surdos?

10-Como é realizado o encaminhamento dos surdos para a empresa?

11-Quais as exigências da empresa para empregar um trabalhador surdo? (nível de escolaridade).

12-Quais os cargos e funções ocupados?

13-Como se dá a política de emprego para a inserção do surdo na empresa? (referência aos aspectos legais).

14-Há uma rotatividade de empregados surdos? Qual a causa?

15-Como ocorre o processo de comunicação? Há interpretes?

16-Os surdos participam de palestras, treinamentos, eleição da Cipa, eventos e outros?

17-Ocorre o processo de promoção de um funcionário surdo para outro cargo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – 2 – TRABALHADORES

IDENTIFICAÇÃO

1-Nome:

2-Idade:

3-Sexo: Masculino ()

Feminino ()

4-Nível de Escolaridade:

() Ensino Fundamental de 1^a a 4^a série ()

() Ensino Fundamental de 5^a a 8^a série ()

() Ensino Médio ()

() Ensino Superior ()

5- Local de trabalho:

6-Tempo de serviço:

7-Qual o cargo ocupado?

8-Horário de trabalho:

9-Quanto tempo está trabalhando na empresa?

10-Já recebeu alguma promoção de cargo?

11-Como foi encaminhado para a empresa?

12-Encontrou algum tipo de dificuldade em ser inserido no mercado de trabalho?

Qual?

13-Com relação ao processo educacional onde estudou?

14-Houve dificuldade em sua vida acadêmica? Quais?

15- Como se sente no espaço da empresa?

16- Se relaciona bem com as pessoas (colegas, chefes e demais funcionários) na empresa?

17-Como se comunica? Tem dificuldades? Quais?

18-Já realizou algum curso profissionalizante pela empresa? Teve acesso á interprete? Houve dificuldade qual?

19-Participa de todos os eventos promovidos pele empresa como cursos, palestras e outrem?

20- Há intérprete na empresa?

21- Você percebe ou percebeu por algum momento algum tipo de discriminação pelo fato de ser uma pessoa surda?